

CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS:

Democracia, Demandas e Desafios

Volume 1 - 2022

Jader Silveira (Org.)



CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS:

Democracia, Demandas e Desafios

Volume 1 - 2022

Jader Silveira (Org.)



**Editora
MultiAtual**

© 2022 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Jader Luís da
Ciências Sociais e Políticas: Democracia, Demandas e Desafios -
Volume 1 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG):
Editora MultiAtual, 2022. 174 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89976-64-6

DOI: 10.5281/zenodo.6909865

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Democracia. 4.
Demandas e Desafios. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 362

CDU: 36

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os
fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

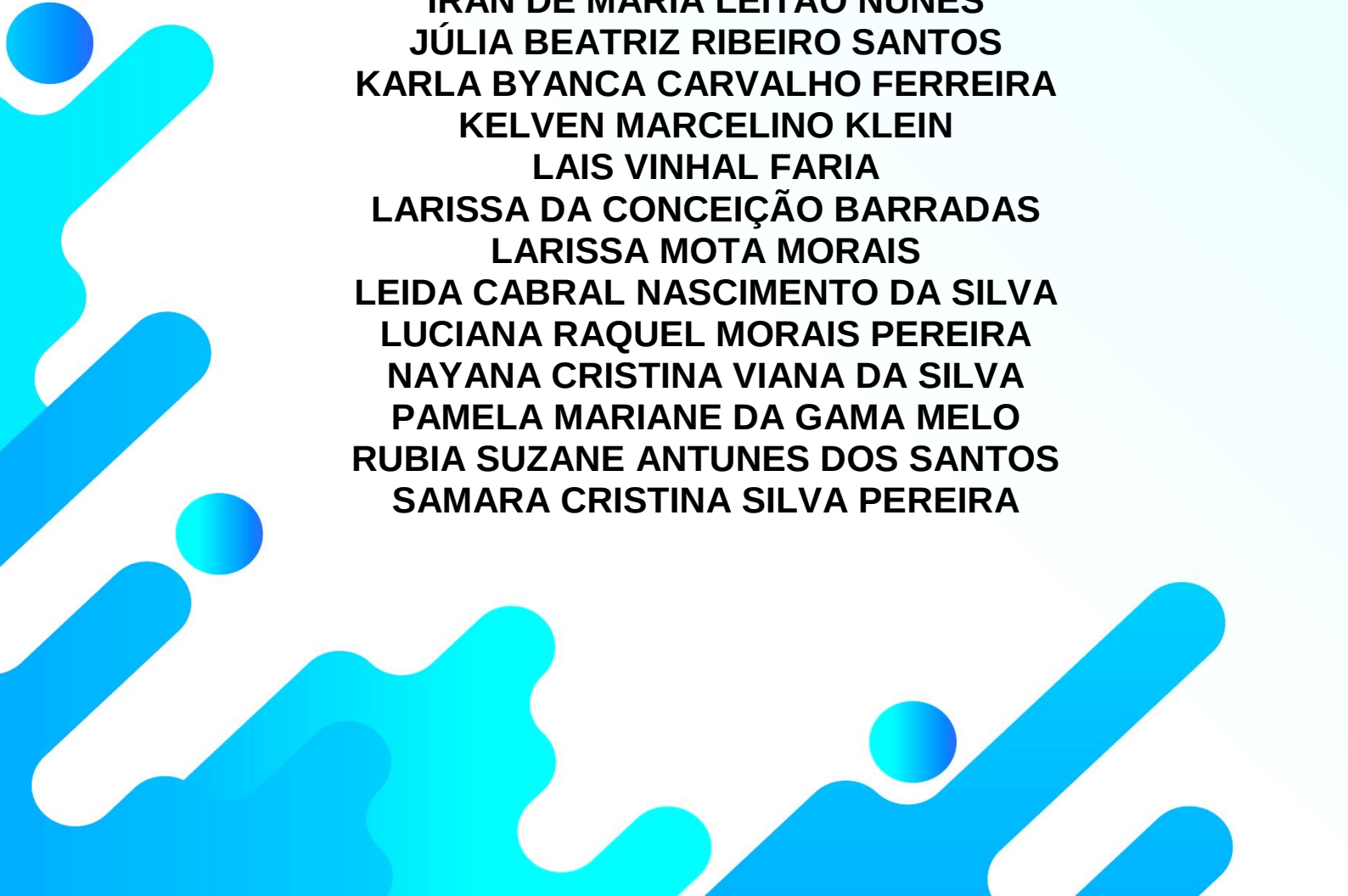
Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoramultiatual.com.br/2022/07/ciencias-sociais-e-politicas-democracia.html>



AUTORES

**ANNA BEATRIZ CORREA RODRIGUES
BERNADETE PEREZ COELHO
CESAR ALBENES DE MENDONÇA CRUZ
CLEITON JOSE LEMOS DE OLIVEIRA
DAYSE DOS SANTOS SARAIVA
DELAINE MELO
EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA
EDUARDO PINHEIRO MONTEIRO
ELANE RODRIGUES SOUSA
ELIANY CRISTINA DOS SANTOS FONSECA
FERNANDA DO SOCORRO PINHEIRO DE SOUZA
GABRIELLA MORAIS DUARTE MIRANDA
GLAUCEJANE GALHARDO DA CRUZ DE CASTILHO
IRAN DE MARIA LEITÃO NUNES
JÚLIA BEATRIZ RIBEIRO SANTOS
KARLA BYANCA CARVALHO FERREIRA
KELVEN MARCELINO KLEIN
LAIS VINHAL FARIA
LARISSA DA CONCEIÇÃO BARRADAS
LARISSA MOTA MORAIS
LEIDA CABRAL NASCIMENTO DA SILVA
LUCIANA RAQUEL MORAIS PEREIRA
NAYANA CRISTINA VIANA DA SILVA
PAMELA MARIANE DA GAMA MELO
RUBIA SUZANE ANTUNES DOS SANTOS
SAMARA CRISTINA SILVA PEREIRA**



APRESENTAÇÃO

As políticas são denominadas “públicas” porque devem atingir o público. O governo tem a responsabilidade de garantir que essas políticas beneficiem efetivamente todas as camadas da população. Elas são consequências de demandas apresentadas pela sociedade, nas mais diversas áreas. Sendo assim, podemos afirmar que políticas públicas é “o Estado em ação”, ou seja, é quando o Estado implanta projetos de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As políticas sociais configura-se como possibilidade de reconhecimento das demandas de seus usuários no intuito de ampliação de cidadania, da democracia e medida de proteção social visando garantir segurança de sobrevivência, de acolhida, e convívio familiar. Neste sentido, a contribuição das políticas sociais no Brasil constitui estratégia fortalecedora de direitos sociais e de proteção, reconhecendo na pobreza o eixo desencadeador das desigualdades sociais.

As demandas políticas e sociais tornam-se cada vez maiores em função da desresponsabilização do Estado, por omissão de serviços essenciais, o que gera uma tensão social latente. A obra “Ciências Sociais e Políticas: Democracia, Demandas e Desafios” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos da área de Políticas Públicas e Sociais, aliados às temáticas das práticas ligadas a a inovação e aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 MÃES UNIVERSITÁRIAS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA <i>Lais Vinhal Faria; Larissa da Conceição Barradas; Larissa Mota Morais; Nayana Cristina Viana da Silva; Pamela Mariane da Gama Melo; Rubia Suzane Antunes dos Santos</i>	9
Capítulo 2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS <i>Cleiton Jose Lemos de Oliveira</i>	26
Capítulo 3 RACISMO E ENVELHECIMENTO DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL <i>Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho; Iran de Maria Leitão Nunes</i>	42
Capítulo 4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MARCOS NORMATIVOS DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA LUZ SOBRE O DEBATE DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DIGITAL <i>Cesar Albenes de Mendonça Cruz; Eduardo Pinheiro Monteiro; Kelven Marcelino Klein</i>	59
Capítulo 5 GÊNERO E ENVELHECIMENTO: AS RELAÇÕES DESIGUAIS DE PODER E DOMINAÇÃO EXPRESSAS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER IDOSA <i>Leida Cabral Nascimento da Silva; Iran de Maria Leitão Nunes</i>	73
Capítulo 6 HIP-HOP COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE PERIFÉRICA <i>Fernanda do Socorro Pinheiro de Souza; Dayse dos Santos Saraiva; Eliany Cristina dos Santos Fonseca</i>	88
Capítulo 7 UMA ANÁLISE DO PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO COMBATE AOS CONFLITOS NO CAMPO MARANHENSE <i>Anna Beatriz Correa Rodrigues; Elane Rodrigues Sousa; Júlia Beatriz Ribeiro Santos; Karla Byanca Carvalho Ferreira; Luciana Raquel Morais Pereira</i>	102
Capítulo 8 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS CHACINAS COMO POLÍTICA DE VIOLÊNCIA: UM PANORAMA DOS PRINCIPAIS MASSACRES NO BRASIL <i>Eduardo Armando Medina Dyna</i>	117

Capítulo 9 SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS: IMPASSES NA PROTEÇÃO SOCIAL E NO CUIDADO A CRIANÇAS E FAMÍLIAS <i>Delaine Melo; Gabriella Moraes Duarte Miranda; Bernadete Perez Coelho</i>	138
Capítulo 10 A POLÍTICA PÚBLICA FRENTE AO PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS: O CASO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO IFPI <i>Samara Cristina Silva Pereira</i>	153
AUTORES	170

Capítulo 1
MÃES UNIVERSITÁRIAS: UMA PESQUISA
ETNOGRÁFICA

Lais Vinhal Faria

Larissa da Conceição Barradas

Larissa Mota Moraes

Nayana Cristina Viana da Silva

Pamela Mariane da Gama Melo

Rubia Suzane Antunes dos Santos



MÃES UNIVERSITÁRIAS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Lais Vinhal Faria

Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais – UEPA (2019 -) E-mail: lais.faria@aluno.uepa.br

Larissa da Conceição Barradas

Graduada em Serviço Social – Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ (2018). Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais – UEPA (2019 -) E-mail: larissa.barradas@aluno.uepa.br

Larissa Mota Moraes

Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais – UEPA (2019 -) E-mail: larissa.moraes@aluno.uepa.br

Nayana Cristina Viana da Silva

Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais – UEPA (2019 -) E-mail: nayana.silva@aluno.uepa.br

Pamela Mariane da Gama Melo

Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais – UEPA (2019 -) E-mail: pamela.melo@aluno.uepa.br

Rubia Suzane Antunes dos Santos

Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais – UEPA (2019 -) E-mail: rubia.santos@aluno.uepa.br

Resumo: Nesta pesquisa buscou-se compreender historicamente os desafios e as perspectivas para as mães que são universitárias, fomentando o debate crítico acerca da construção romântica de maternidade e falta de políticas públicas na universidade para acolher as mães e seus filhos/as. Para que deste debate, surjam soluções acerca das dificuldades das estudantes mães, de se manterem na academia. A partir disso, por meio de pesquisa etnográfica, realizada no segundo semestre de 2019, baseou-

se em dados coletados por meio de conversas registradas em diário de campo com quatro mães universitárias, de diferentes setores pertencentes à Universidade do Estado do Pará – UEPA, sobre a experiência de ter sido mãe durante a permanência na universidade, e de que forma elas sentiram-se invisibilizadas nessa jornada. Dentro do método utilizado, foram encontrados impasses semelhantes passados por essas mães, no sentido de não ter um local na universidade destinado às mães universitárias, tornando esse, um ambiente hostil para elas. Desse modo, é preciso exigir e cobrar pela disponibilização de creches, banheiros adaptados, espaços onde essas mães tenham o suporte necessário para a manutenção do fazer acadêmico, cobrar dos professores das instituições que sejam flexíveis e empáticos com as alunas, buscando sempre o acolhimento e a superação dos desafios travados por elas.

Palavras-chave: Gênero. Universidade. Maternidade.

Abstract: This research sought to historically understand the challenges and perspectives for mothers who are university students, fostering critical debate about the romantic construction of motherhood and the lack of public policies at the university to welcome mothers and their children. So that from this debate, solutions arise about the difficulties of the mother students, to remain in the academy. From this, through ethnographic research, carried out in the second half of 2019, it was based on data collected through conversations recorded in a field diary with four university mothers, from different sectors belonging to the University of the State of Pará - UEPA, about the experience of having been a mother during their stay at the university, and how they felt invisible on this journey. Within the method used, similar impasses passed by these mothers were found, in the sense of not having a place at the university for university mothers, making this a hostile environment for them. In this way, it is necessary to demand and charge for the provision of day care centers, adapted bathrooms, spaces where these mothers have the necessary support to maintain their academic life, to demand that the professors of the institutions are flexible and empathetic with the students, always seeking reception and overcoming the challenges faced by them.

Keywords: Gender. University. Maternity.

1 INTRODUÇÃO

A jornada universitária exerce do indivíduo tempo, esforço e dedicação. Contudo a realidade o qual vivenciamos expõe a rotina de sujeitos que conciliam universidade, trabalho, e em alguns casos, a maternidade, e dessa forma enfrentam uma série de dificuldades ao longo de sua trajetória acadêmica. Neste estudo fomos em busca de compreender historicamente os desafios e as perspectivas para as mães que são universitárias, fomentando o debate crítico acerca da construção romântica de maternidade e falta de políticas públicas na universidade para acolher as mães e seus filhos/as. A pesquisa etnográfica, realizada no segundo semestre de 2019,

baseou-se em dados coletados por meio de conversas registradas em diário de campo com quatro mães universitárias, e com diferentes setores pertencentes a Universidade do Estado do Pará - UEPA, a gestão atual da coordenação do curso de Pedagogia do Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE campus I e o Diretório Central dos Estudantes – DCE UEPA, do qual uma das mães faz parte. Esta pesquisa está dividida em um tópico e três sub tópicos. As principais categorias analisadas foram gênero, universidade e maternidade discutidas pelas autoras: Santos (2010); Chaui (2003), e Cordeiro (2013), respectivamente. No primeiro tópico serão analisadas as condições históricas das mulheres e os desafios de acesso à educação, e à universidade. No primeiro sub tópico começaremos com o relato das mães, analisando aspectos do passado e do presente, levando em consideração as diferentes conjunturas vivenciadas por elas. No segundo sub tópico serão analisados o relato das mães com relação ao acesso à políticas que garantam sua permanência na universidade, e também o relato institucional da UEPA, por meio da coordenação atual do curso de Pedagogia do CCSE campus I. No terceiro sub tópico trará o relato da discente, que é mãe, universitária e membro do DCE UEPA, destacando a vivência dela e os posicionamentos e lutas do DCE UEPA acerca do assunto.

2 MÃES UNIVERSITÁRIAS: CONDIÇÕES HISTÓRICAS E DESAFIOS

Quando abordada a temática da desigualdade de gênero, não há relatos históricos ou científicos que confirmem as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres como algo que ocorra desde o início história da humanidade, no entanto, segundo Teixeira (2010) pode-se encontrar relatos mais recentes na história em que as diferenças de gênero se pautam numa concepção metafísica e posteriormente, numa concepção biológica. De acordo com a autora:

[...] até o século XVIII, o sexo masculino era considerado como “dominante, regulador, perfeito”. Com a Revolução Francesa, imbuída de ideais de igualdade para todos, surgiu um “masculino” superiorizado atestado pela “razão” biológica, tratado como uma referência, como um modelo de perfeição. Nessa visão, homens e mulheres são diferenciados, identificados como complementares anatômico e fisiologicamente, alocados em espaços e papéis sociais distintos, padronizados segundo suas maneiras de relacionarem entre si (TEIXEIRA, 2010, p.37).

Nos séculos XIX e XX, com a concepção de “igualdade de direitos”, surge o conceito de gênero que trabalha as diferenças e semelhanças entre homens e

mulheres enquanto produto de construções sociais (TEIXEIRA, 2010). Para Scott (1995) essa nova visão distingue o conceito de sexo e gênero, refutando uma concepção biológica e mudando radicalmente a compreensão sobre os comportamentos e papéis socialmente construídos para homens e mulheres.

No entanto, os processos de dominação sobre a mulher continuam se construindo socialmente, se transformando e se fortalecendo ao longo da história. Às mulheres foram relegadas atribuições marcadas nas diferenças de gênero, como a maternidade e trabalhos domésticos, fora do âmbito público, destinado aos homens. Segundo Santos (2010), os trabalhos domésticos e de maternidade realizados pelas mulheres são historicamente desvalorizados:

Os trabalhos da maternidade realizados, há muitos séculos pelas mulheres, também são desconsiderados, cuja contribuição nunca é valorizada, visto que atividades domésticas como: preparo de alimentos, cuidado com saúde, higiene do corpo, limpeza do ambiente doméstico, zelo com a família representam responsabilidade praticamente exclusiva das mulheres na maioria das sociedades. A divisão, que é socialmente construída, segrega atividades entre homens e mulheres e atribui um menor valor ao trabalho realizado pelas mulheres. (SANTOS, 2010, p. 223).

Por ser relegado às mulheres o âmbito privado da vida e das relações sociais, as dificuldades no acesso à educação também são evidentes. Isto ocorre pois não seria esperado da mulher que frequentasse ambientes acadêmicos, situados no espaço público, local conferido aos homens. É imposto que as mulheres que estudam tenham uma tripla jornada, se dividindo entre ser mãe, trabalhadoras (dentro e fora de casa) e em últimos casos, estudantes, as vezes não conseguindo conciliar a vida acadêmica com a maternidade. Segundo Chauí (2003) a universidade é uma instituição social e revela de maneira determinada a estrutura e a forma de desempenho da sociedade em sua totalidade. Como exemplo é possível perceber que no interior da instituição universitária existem opiniões, atitudes e projetos diferentes que se caracterizam nas divisões, contradições e conflitos da sociedade. Também é possível perceber a universidade como um espaço plural, que foi sendo conquistado historicamente por meio de muitas lutas realizadas por mulheres, negras e negros, pessoas com deficiência, pessoas das periferias, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, dentre outros. A luta das mulheres por acesso à educação no Brasil vem se construindo desde o século XX, no qual as mulheres vieram conquistando um espaço crescente, primeiro na luta pelo acesso à escola, como processo fundamental de

letramento que levou anos para ser instituído, e depois o ingresso de mulheres nas universidades. Mesmo com a ascensão das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, continuam sendo delegadas a elas os espaços domésticos e uma posição de dominação e subordinação em relação aos homens. Segundo Saffioti (1978):

A escolarização de nível superior, incorporada pelos estratos sociais médios, como requisito para a ascensão social do homem, não constitui, porém, uma exigência para a formação intelectual da mulher, na medida em que esta se liga a uma possível carreira. A perspectiva do casamento, valor social superior à carreira profissional, e o namoro precoce operam como fatores limitativos da qualificação da força de trabalho feminina, de um lado, em virtude do fato de casamento e carreira serem frequentemente pensados como incompatíveis e, de outro, por causa do papel subsidiário desempenhado pelo trabalho feminino em relação ao do chefe da família (SAFFIOTI, 1978, p. 128).

Para as mulheres que são mães e querem acessar a universidade, ou que são mães durante a estada na universidade, são diversas as dificuldades de permanência na vida acadêmica e conciliação com a maternidade. Na tentativa de compreender como esses processos histórico-sociais se expressam na realidade, realizamos pesquisa etnográfica com duas estudantes universitárias e mães, sendo estas atualmente discentes da UEPA e com uma pedagoga, formada pela extinta Universidade Vale do Acaraí - UVA, que em sua época de universitária passou pela experiência da maternidade que serão trabalhadas no sub tópicos a seguir.

2.1 O RELATO DAS MÃES

Conversamos com três universitárias e mães, sendo uma que foi universitária e duas que são universitárias. Para nos referirmos a elas, usaremos como pseudônimos o primeiro nome de três mulheres negras cientistas brasileiras: *Nilma* Lino Gomes, *Zélia* Amador de Deus, e *Lélia* Gonzalez, respectivamente, pois as mães, sujeitas da pesquisa neste primeiro momento também são mulheres negras.

Nilma tem 52 (cinquenta e dois) anos, quando iniciou o curso de pedagogia na UVA tinha 39 (trinta e nove) anos e era mãe de três filhos (na época as crianças tinham oito e seis anos) e já trabalhava em uma creche municipal. *Nilma* relata que não encontrou grandes dificuldades em criar a/os filha/os, pois trabalhava pela manhã e cursava pedagogia pela tarde, porém, apesar de não ser tão difícil foi muito cansativo

conciliar essa jornada. *Nilma* saía pela manhã e deixava sua/seus filha/os para “cuidar dos filhos dos outros” (Sic), e posteriormente ia aprimorar seus conhecimentos no curso de pedagogia. Ao chegar em casa ainda cuidava de sua/seus filha/os, verificava as atividades escolares, arrumava as mochilas das crianças e depois desse longo dia ainda ia estudar. Ela diz que nunca precisou levar sua/seus filha/os ao seu curso, pois já trabalhava e seu marido também, e juntos conseguiam pagar uma pessoa para ficar com as crianças, relatando que a única vez que as levou foi para participarem de um projeto desenvolvido por ela e sua equipe relacionada ao desenvolvimento de brincadeiras.

Zélia tem 22 (vinte e dois) anos, é discente do 3º semestre matutino de pedagogia do CCSE campus I da UEPA. Tem uma filha de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses, e atualmente está grávida de 7 (sete) meses de um menino. *Zélia* relatou que quando passou no vestibular estava grávida, fez sua matrícula e começou a estudar no segundo semestre do curso de pedagogia, em que as aulas começaram em setembro de 2018. Ela levava sua filha com apenas 4 meses para a UEPA, pois ainda não tinha com quem deixar. No ano de 2019 começou a deixar sua filha com sua mãe, que toma conta dela enquanto ela está na universidade. *Zélia* também relatou que nunca teve problemas com a sua turma ou com professoras/es, e mesmo quando sua filha começou a andar e falar, e por ela ser “agitada” (Sic), nunca atrapalhou as aulas e o aprendizado dela. *Zélia* comentou que há uma “romantização” (Sic) com relação as mães que estudam na UEPA, pois são vistas como “guerreiras”, “heroínas” por levarem suas/seus filhas/os para a universidade, não somente por parte das/os discentes do campus, mas por parte da coordenação, servidoras/es e afins. *Zélia* expressou a dificuldade que será daqui em diante criar mais uma criança e conciliar com os estudos, mas ela não pretende deixar a universidade. Seu parto está marcado para janeiro de 2020, nas férias, e ao retornar as aulas, ela passará a levar sua filha diariamente e deixar o seu filho com a sua mãe, pois sua mãe não pode ficar com as duas crianças ao mesmo tempo. Ela também falou das dificuldades financeiras para criar duas crianças, e a partir de janeiro as despesas ficarão maiores, e falou da dificuldade de arrumar estágio, pois tem uma filha e também está grávida. Ela está tentando uma vaga de estágio numa creche, onde sua filha irá ficar ao mesmo tempo em que ela estagiará, mas até o momento essa vaga não está certa.

Lélia tem 21 (vinte e um) anos, é discente do 6º semestre vespertino do curso de letras do CCSE campus I da UEPA. Tem uma filha de 3 (três) anos. Quando ela

passou no vestibular, sua filha estava com apenas 1 (um) mês e por conta disso não pode cursar o 1º semestre do curso, a coordenação informou que ela não poderia trancar o curso e ela foi reprovada neste semestre. Antes de tudo acontecer, em seus planos, ela pretendia levar a filha para a universidade, mas quando as aulas começaram não foi fácil e ela decidiu ficar em casa para cuidá-la. No segundo semestre, a discente retornou as aulas e deixava sua filha com o seu marido que também estuda na UEPA, no turno da noite e pode ficar com a filha no período da tarde. Ela também relatou a respeito da dificuldade de locomoção que encontra quando vai para a universidade e precisa levar a filha, pois a parada é longe e precisa caminhar com a criança, o que torna tudo mais cansativo. Ela também relatou que a turma dela é tranquila com relação a levar a criança para a aula, mas tem professoras/es que não gostam que levem crianças, pois atrapalham e fazem barulho. Quando tem que levar sua filha, ela avisa previamente a/o professor/a, e se ela/e não concordar ela tem que faltar aula.

É possível perceber aspectos em comum na fala das universitárias, como a entrada delas na universidade em que já estavam grávidas, ou com filhas/os, bem como a dificuldade em conciliar os estudos com a maternidade, pois são afetadas por outros fatores como locomoção, a parte financeira, o bem-estar das crianças, não ter com quem deixar que cuide das crianças para possam estudar, fazer tarefas domésticas, dentre outros. Além da consciência delas de que esse processo é árduo, socialmente construído e romantizado, fica nítido que os processos vivenciados por *Nilma* no passado são semelhantes aos processos vivenciados hoje por *Zélia* e *Lélia*, confirmando o que foi descrito anteriormente.

Também é possível notar as diferentes vivências das universitárias que são mães apesar dos semelhantes processos que viveram ou vivenciam, como a dificuldade que foi em trabalhar, estudar e cuidar das crianças, como foi relatado por *Nilma*, que apesar de ser estável e ter trabalho para pagar alguém que ficasse com sua/seus filha/os, foi um processo cansativo; a dificuldade em estudar, ser mãe, estar grávida, e das dificuldades financeiras em sustentar dois filhos sem estar trabalhando como foi relatado por *Zélia*; ou da dificuldade de conciliar estudos e maternidade, se tornando um processo cansativo tanto para a mãe quanto para filha que é levada constantemente a universidade como relatou *Lélia*.

Sobre esse assunto, Silvestre (2019) afirma que a entrada na vida acadêmica exige dedicação das/os que dela fazem parte, portanto sendo bastante difícil

empenhar-se exclusivamente a dois processos ao mesmo tempo, o que para as mulheres que são estudantes universitárias e mães se torna muito desgastante, já que para estas as demandas exigidas pela maternidade não podem ser desconsideradas.

Por isso, a luta das mulheres, principalmente das universitárias que são mães, persiste no sentido de garantia de direitos a elas e suas/seus filhas/os por meio das representações estudantis como o DCE UEPA, que tem como membro uma universitária e mãe que pretender realizar um projeto para as outras universitárias e mães da UEPA, como será tratado no sub tópico a seguir.

2.2 O DCE DA UEPA

Neste sub tópico traremos o relato da universitária de 21 (vinte e um) anos, concluinte do curso de Licenciatura em Educação Física do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS campus III, representante da atual gestão do DCE UEPA, e mãe de um filho de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses. Para nos referirmos a ela, usaremos como pseudônimo o primeiro nome da antropóloga brasileira *Mariza* Peirano.

Mariza nos narrou sua vivência enquanto universitária e mãe dizendo que engravidou durante o curso, ia para a universidade grávida, assistia as aulas e participava das atividades, no entanto, enfrentou dificuldades no seu oitavo mês de gravidez, pois teve um problema nos ossos e foi aconselhada pelo seu médico a tirar licença da universidade. *Mariza* deu entrada nos trâmites legais para receber atendimento domiciliar, no entanto, foi reprovada em duas disciplinas, fisiologia e psicologia, pois os professores não concordaram em passar provas e trabalhos para que ela fizesse em casa. *Mariza* relata que teve ajuda de duas servidoras da UEPA para a procurar os professores e relatar a situação. Ao mesmo tempo que enfrentou dificuldades na universidade, teve problemas com sua mãe, que adquiriu depressão e ansiedade nesse período, e o pai da criança a abandonou depois do parto. Após 23 (vinte e três) dias do parto, que foi uma cesariana, *Mariza* foi obrigada a ir à universidade fazer prova de fisiologia, pois o professor não concordou em passa-la por e-mail para ser feita em casa; ela teve que levar seu filho e sua mãe ficou com o recém-nascido na lanchonete enquanto ela realizava a prova; por ter seu direito violado, *Mariza* pensou em acionar juridicamente o professor, mas desistiu, pois ele é muito influente na UEPA e teve receio de se expor e ser prejudicada ainda mais.

Mariza passou a levar seu filho com três meses diariamente para a universidade, levava para a sala de aula, trocava ele nos bancos de madeira do campus, pois os banheiros não tinham suporte para trocá-lo. Relata ainda que não teve muito apoio do Centro Acadêmico de Educação Física - CASEFI, pois na época a gestão era uma atlética e não era voltada para pautas político estudantis. Por ter reprovado em duas disciplinas, *Mariza* tentou e lutou muito para dar conta do seu semestre e das duas disciplinas pendentes, sendo que ela tinha que vir dois turnos para a UEPA, sendo dois dias a noite, tendo que levar seu filho em todas as aulas. *Mariza* disse que teve apoio de alguns colegas de turma, e alguns professores foram receptivos quanto a levar seu filho para a aula, mas mesmo assim ela teve que desistir do semestre, pois não tinha com quem deixar seu filho, e ficava muito cansativo para ela e seu filho irem todos os dias para a universidade, sendo que em dois dias da semana eram em dois turnos, um a noite, o que se tornava perigoso também, pois ela reside em outro município, Ananindeua – Pa. No outro semestre, *Mariza* retornou aos estudos e passou a deixar seu filho com a sua mãe, o que segundo ela é muito complicado, pois sua mãe estava adoecida psicologicamente, estava em tratamento, mas tinha receio de sobrecarregá-la. Ela passou para a turma da noite, e quando não pode deixá-lo com sua mãe ela o leva para a universidade.

Sobre a gestão do CASEFI, *Mariza* disse que houve uma mudança, e agora a nova gestão é politizada e a recebe com seu filho por lá. O CCBS campus III tem uma brinquedoteca, assim como o CCSE, porém não é utilizada para receber as/os filhas/os das estudantes, um problema também enfrentado no CCSE.

Mariza relata que enquanto mãe universitária e membro do DCE UEPA, tem um projeto para implantar um espaço, ou até mesmo na brinquedoteca, que acolha as/os filhas/os enquanto as mães estão estudando. Além de espaços para que possam trocar as crianças nos banheiros, ou até mesmo a implantação de uma creche. No momento ela não pode estar escrevendo o projeto pois está em período de conclusão do seu curso. Mas pretende começar o projeto em breve. As dificuldades em realizar o projeto estão na disponibilidade de orçamento para sua realização, pois a UEPA não disponibiliza os dados no portal da transparência, além de despertar o senso político dos/as estudantes da UEPA para a pauta das mães universitárias enquanto uma luta coletiva.

Concordamos com *Mariza*, que a luta e resistência das universitárias que são mães não são lutas individualizadas, mas lutas coletivas, que diz respeito a todo corpo

estudantil, a universidade e suas representações. Além disso, o projeto deve ser materializado, e apesar das dificuldades não pode ser deixado de lado. Mas para isso é necessário a conscientização das/os estudantes, da universidade como um todo sobre a situação concreta das universitárias que são mães. Para isso o DCE UEPA deve levantar e discutir essas questões com o corpo estudantil a fim de que haja uma conscientização e participação em massa acerca da pauta das universitárias que são mães dentre outras, e essa participação deve ser real, com o relata Dallari (1985):

Participação real é aquela que influi de algum modo nas decisões políticas fundamentais. Isso não quer dizer que a participação política só é real quando leva imediatamente à obtenção de todo resultado desejado. Os interesses particulares dos indivíduos e dos grupos participantes podem ser conflitantes, como também podem ser divergentes as concepções de bem comum. Isso obriga a atitude de conciliação e muitas vezes só permite avanços gradativos no sentido de algum objetivo político (DALLARI, 1985, p. 92)

A necessidade da utilização da brinquedoteca da UEPA, tanto do CCBS campus III quanto do CCSE campus I é urgente enquanto espaço que atenda a demanda das universitárias que são mães. É perceptível no discurso institucional que há uma não prioridade em atender as universitárias que são mães, jogando única e exclusivamente a responsabilidade para elas. Ainda há o discurso da ajuda, da compaixão com relação a essas universitárias e mães, como se fossem guerreiras e devessem carregar o peso dessa palavra (e carregam) no seu dia a dia e não o discurso da luta para garantir o direito delas de permanecer na universidade. Esse assunto será discutido no sub tópico a seguir.

2.3 A BRINQUEDOTECA

Na conversa com as universitárias e a pedagoga que participaram da pesquisa, perguntamos sobre o suporte de creches e/ou espaços que acolham as crianças no período em que as mães se dedicam ao estudo. Diante da indagação todas elas ressaltaram a importância de ter um espaço que de suporte as crianças enquanto elas estudam. Não necessariamente uma creche, mas até mesmo a brinquedoteca já existente na UEPA.

Nilma ratifica a importância em especial para os campis da interiorização em que, segundo ela, já é difícil acessar recursos na capital, quem dirá na interiorização.

Nilma ressaltou a necessidade de espaços para as/os filhas/os das universitárias que são mães e que as/os próprias/os estudantes de pedagogia poderiam ser monitoras/es, não na questão de cuidadoras/es, mas com atividades lúdicas para entretenimento das crianças. Ela exemplifica com a biblioteca da escola onde ela trabalha, em que as/os estudantes de melhor rendimento da escola auxiliam a coordenadora da biblioteca no projeto de incentivo à leitura no contra turno do seu horário de aula.

Zélia reclamou sobre a acessibilidade do campus CCSE da UEPA, tanto para ela que está grávida, quanto para as pessoas com deficiência que estudam na UEPA. Ela também falou sobre a utilidade da brinquedoteca, pois quando entrou na universidade a brinquedoteca não era conhecida, e ela e sua filha nunca fizeram uso desse espaço. Segundo *Zélia*, a brinquedoteca poderia ser utilizada sim para acolher as crianças das universitárias que são mães, não enquanto creche, mas como um espaço didático, para realizar oficinas, e para entreter as crianças.

Lélia falou a respeito da brinquedoteca que não é utilizada para deixar as/os filhas/os das universitárias e a coordenação nunca se posicionou em relação ao espaço. Ela até relatou a história de uma amiga que engravidou e precisou trocar de turno quando o bebê nasceu, pois não tinha com quem deixar a criança quando ia para as aulas, a coordenação informou que não podia usar a brinquedoteca para deixar a criança lá porque não tinha pessoas capacitadas para cuidar dela. *Lélia* também falou da necessidade que a UEPA tem de ter um espaço para os/as filhos/filhas das universitárias ficarem enquanto elas estão em aula, até mesmo para as crianças ficarem estudando como forma de distração e também aprendizado. Ela disse que já viu várias crianças na faixa etária de mais ou menos três anos nos corredores da universidade, que poderiam estar lá estudando enquanto as mães estavam em aula. *Lélia* confessou que já até pensou em desistir do curso quando sua filha esteve doente, pois não tinha alguém para cuidar da criança quando ela precisava ir para a aula. Ela chegou a estagiar, mas não continuou porque precisava cuidar de sua filha e não queria se tornar ausente no trabalho. Segundo *Lélia*, o momento mais difícil foi quando amamentava e ela precisava sair da sala de aula correndo para chegar na sua casa e amamentá-la, e algumas vezes precisou fazer trabalhos da universidade amamentando a filha no colo.

No que diz respeito ao posicionamento da coordenação do curso de Pedagogia do CCSE Campus I – Belém, a atual coordenadora começou relatando que assumiu

a gestão da coordenação de curso em 2018.2, neste período a brinquedoteca encontrava-se fechada, e antes era usada como sala de aula. Vendo a situação, ela juntamente de uma professora do curso de pedagogia e uma discente do curso de pedagogia tentaram reabrir a brinquedoteca, organizando o espaço, limpando, no entanto, perceberam que somente elas três não conseguiriam dar conta de todo o trabalho. Em 2019.1 conseguiram duas bolsistas de pedagogia, onde organizaram o espaço da brinquedoteca, fizeram levantamento dos materiais que faltavam, elaboraram oficinas de formação que foram ministradas no espaço da brinquedoteca, inicialmente com os/as discentes de pedagogia, e estas/es discentes, posteriormente, levaram as oficinas para dentro das escolas com Ensino de Jovens e Adultos – EJA em que estagiavam. Ao ser indagada do objetivo da brinquedoteca, a coordenadora enfatizou que este espaço é voltado como laboratório das atividades, realização de oficinas do curso de pedagogia e outros cursos da UEPA, que esta informação foi passada na última reunião do Conselho de Centro da UEPA – CONCEN para todos os cursos. A brinquedoteca possui uma agenda de funcionamento, de segunda a quinta, pela manhã e tarde. A coordenadora ressaltou da importância da brinquedoteca e das atividades realizadas lá. Quando indagada acerca da situação das universitárias que são mães, ela relata que a situação é urgente e preocupante, pois as mães de pedagogia, quando não tem com quem deixar seus filhos/as, levam para a universidade, cheias de coisas, carrinho de bebê, mamadeiras, fraudas, e as crianças assistem aulas com as mães e as vezes ficam estressadas, pois não tem como dormir ou brincar, e uma mãe uma vez utilizou espaço da brinquedoteca para ficar com seu filho antes da aula começar, para que ele pudesse brincar um pouco, mas foi uma situação isolada, esse tipo de situação não é recorrente. Relata que as mães são amparadas pelo regimento da UEPA, após o parto, onde tem um tempo que são cobertas legalmente, tendo conteúdos e trabalhos enviados por e-mail, sendo que para receber tal direito devem protocolar previamente vários documentos. Ela ressaltou que a criação de uma creche dentro do CCSE seria ideal para atender essas mães que vem para universidade com seus filhos/as, pois teria o espaço adequado, com banheiro, local para dormir, brinquedos, pessoas capacitadas para cuidar das crianças (profissionais de saúde), que inclusive há um projeto escrito pelo último diretor do CCSE, que prevê a construção de uma creche, no entanto, o impasse está na disponibilidade de espaço para alocação da creche.

As quatro sujeitas da pesquisa, tanto as três universitárias da UEPA quanto a pedagoga, denunciam a importância de um espaço que acolha as crianças na universidade enquanto as mães estudam, não como um favor, mas como um direito que deve ser garantido pelo poder público, como a implantação de creches ao redor ou dentro das universidades públicas e privadas, a utilização da brinquedoteca e ou ações com as crianças que são filhas/os de universitárias dentro do campus da UEPA.

No entanto, as dificuldades impostas pela realidade são inúmeras e podem ser sentidas pelo discurso institucional, por meio da fala da coordenadora do curso de pedagogia, que ciente da situação das universitárias que são mães e da existência da brinquedoteca, joga a responsabilidade para a universidade e para as universitárias, numa posição de “neutralidade” e acomodação com relação a pauta das universitárias que são mães. Sobre isso Freire (1996) alerta que:

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade (FREIRE, 1996, p. 30, grifos do autor)

Sendo assim, outras estratégias poderiam ser adotadas no sentido de começar a implantação de um projeto para crianças dentro da brinquedoteca para atender as/os filhas/os das universitárias enquanto elas estão em aula, no sentido do letramento dessas crianças. Além da reforma nos banheiros, com um espaço para trocar bebês, ou até mesmo a implantação de creches nos campi da UEPA, tanto na capital, como na interiorização. E por último fazer valer a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que prevê exercícios domiciliares para as mães que estão grávidas a partir do oitavo mês de gestação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Cordeiro (2013) a maternidade começou a ser exaltada para além dos interesses econômicos devido aos valores iluministas de igualdade e felicidade

individual em que Jean-Jacques Rousseau enalteceu a maternidade, tendo grande contribuição na persuasão de mulheres a “aflorar” seus “instintos maternos”, pois numa perspectiva biológica, somente elas poderiam procriar. As ideias rousseauianas foram muito difundidas e perduram até hoje. O mito construído sobre a maternidade cria a ideia de que todas as mulheres nasceram para serem mães, cheias de amor e fraternidade, seres puros e dóceis para administrar a vida no lar.

Essas ideias se perpetuam até a atualidade e apesar de toda a luta feminista travada ao longo da história para conquistar direitos sociais, civis e sexuais sobre seus corpos, as mulheres têm de estar afirmando o tempo todo o seu espaço e desconstruindo conceitos romantizados que foram criados e vem sendo reforçados nos últimos anos. Por isso a importância de estudos sobre o tema universidade e maternidade como interseccionais, urgentes e necessários, não para que estes estudos se esgotem em si mesmo, mas para que estes estudos tenham rebatimentos na realidade concreta das universitárias que são mães, principalmente num contexto de desmonte de direitos, voltados para o conservadorismo, restaurando conceitos fundamentalistas no que tange o papel das mulheres na sociedade.

A UEPA conta com cinco campi na capital, Belém-Pa, e quinze campi em quinze municípios do Pará, sendo uma das universidades mais interiorizadas do Brasil. Pelo menos na capital, os campi não contam com creches para as mães universitárias e segundo informações coletadas nas pesquisas etnográficas, o CCBS campus III e o CCSE campus I contam com uma brinquedoteca cada um, sendo que estas não são utilizadas para acolher as/os filhas/os das estudantes universitárias que são mães, o que dificulta mais ainda a conciliação da universidade com a maternidade.

Em pesquisas na internet conseguimos ver reportagens que mostram que algumas universidades públicas do Brasil contam com algum grupo ou rede de apoio as universitárias e mães, como as mães universitárias da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar que contam com o auxílio de bolsas e creche em São Carlos; um grupo de mães universitárias da Universidade Federal de Alagoas que recebem apoio para levar suas/seus filhas/os para a universidade; e estudantes que criaram uma rede de apoio para as mães universitárias dentro das universidades do Rio de Janeiro.

Além dessas reportagens, acessamos um vídeo no YouTube chamado “Vida de Estudante T05 E03 – Mães Universitárias” produzido por estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP que traz debates acerca vivências das universitárias que são mães e também o relato institucional. A UFOP conta atualmente

com um pré-natal e apoio psicológico as mães, a partir de um convenio com especialistas da área de medicina e o centro de saúde, o acesso a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 que garante provas e trabalhos em domicilio e a permanência de recebimento de bolsas caso seja bolsista de algum programa da universidade, tem creche de apoio e vila universitária (que não pode ser acessada por pessoas com filhas/os), mas há um debate acerca disso para pensar estratégias, fortalecendo a rede pessoal dessa mãe e a rede institucional também.

Esses são uns dos exemplos possíveis de serem aplicados na UEPA, enquanto uma instituição pública, que tem por obrigação e dever garantir a permanência das mães na universidade, investindo em infraestrutura e suporte que atendam às necessidades dessas mães e universitárias. E como possibilidade primeira e imediata, disponibilizar o espaço da brinquedoteca para que as crianças fiquem enquanto as mães estão em aula.

REFERÊNCIAS

Alunas criam rede de apoio para as mães dentro das universidades do RJ. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 12 maio 2019. Disponível em:

<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/12/alunas-criam-rede-de-apoio-para-maes-dentro-das-universidades-do-rj.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044 de 1969, e dá outras providencias. DF: Presidência da República, [1975]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm. Acesso em: 03 jul. 2021.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, p. 5-15, 2003.

CORDEIRO, M. S. Mãe: a invenção da história. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Florianópolis, p. 1-12, 2013.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Grupo de mães universitárias da UFAL recebem apoio e levam filhos para instituição. **Ministério da Educação**, Brasília, 10 maio 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=75871>. Acesso em: 03 jul. 2021.

Mães universitárias superam dificuldades e contam com a ajuda de bolsa e creche em São Carlos. **Portal G1**, São Carlos e Araraquara, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/amp/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/03/13/maes-relatam-os-desafios-em-equilibrar-maternidade-e-vida-universitaria-em-sao-carlos.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: vozes, 1978.

SANTOS, L. P. Deficiência e maternidade. *In*: MACHADO, C, J, S.; SANTIOAGO, I. M. L. F.; NUNES, M. L. S. **Gênero e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 221-230.

SILVESTRE, D. L. **Maternidade e vida acadêmica**: um estudo sobre os desafios enfrentados por estudantes universitárias mães do campus da UFPA em castanhal. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

TEIXEIRA, A. B. M. Magistério do gênero. *In*: MACHADO, C, J, S.; SANTIOAGO, I. M. L. F.; NUNES, M. L. S. **Gênero e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 37-50.

Vida de Estudante T05 E03 – Mães Universitárias, 2017. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal TV UFOP, Disponível em: <https://youtu.be/LTOJRlu49PA>. Acesso em: 03 jul. 2021.

Capítulo 2
A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Cleiton Jose Lemos de Oliveira

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Cleiton Jose Lemos de Oliveira

*Concluinte do Curso de Serviço Social pela Universidade da Amazônia – UNAMA,
2018.2. saneamentoambiental13@gmail.com*

RESUMO: Este artigo objetivou analisar a percepção da população em situação de rua enfatizando a problemática social vivenciada por elas. O trabalho abordou também o conceito de população em situação de rua e os fatores que os levam a fazer da rua o seu lar. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, o *lôcus* da pesquisa é o Centro Pop Icoaraci, os sujeitos da pesquisa foram usuários atendidos, Assistentes Sociais e os demais profissionais da instituição. Foi feita uma observação e pesquisa-ação, e apresentadas possíveis propostas de intervenção social. O presente estudo destaca a importância de se ter uma rede socioassistencial e que esta seja articulada para melhor andamento dos serviços.

Palavras-chave: População em situação de rua. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the perception of the homeless population, emphasizing the social problems experienced by them. The work also addressed the concept of homeless population and the factors that lead them to make the street their home. Bibliographic and documentary research were carried out, the locus of the research is the Centro Pop Icoaraci, the research subjects are users assisted, Social Workers and other professionals of the institution. An observation and action research were carried out, and possible proposals for social intervention were presented. This study highlights the importance of having a social assistance network and that this is articulated for a better progress of services.

Keywords: Population in street situation. Human rights. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente milhares de pessoas estão em situação de Rua no Brasil, e sofrem com a falta de condições básicas para viver, e com a constante discriminação, porém, nenhum indivíduo pode ter seus direitos negados, é necessário olhar para todo e qualquer ser humano com atenção.

O interesse em discutir este tema nasceu a partir do momento em que surgiu uma proposta de trabalho acadêmico em sala de aula, em que se discutia a

problemática sobre o preconceito concernente as pessoas em situação de rua, desde então me despertou o interesse de se trabalhar essa temática, assunto esse, que atraía muito a minha atenção desde os tempos da graduação, eu como bacharel em Serviço Social senti a necessidade de me aprofundar, conhecer mais afincado o contexto por trás dessa realidade, os impactos causados sobre a população em situação de rua que tem seus direitos humanos negados, e o interesse por essa abordagem já faziam parte de minhas reflexões.

Nesse contexto, insere-se a população em situação de rua como: grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais.

Este artigo objetivou analisar a percepção da população em situação de rua enfatizando a problemática social vivenciada por elas. O trabalho abordou também o conceito de população em situação de rua e os fatores que os levam a fazer da rua o seu lar.

O referencial teórico se fundamenta em estudiosos, na legislação específica para a população em situação de rua, e também as políticas sociais brasileiras, políticas públicas voltadas para a população em situação de rua e os Direitos Humanos. As principais referências foram: Silva (2009), Raichelis (2011), Couto et al (2014) e alguns documentos legais condizentes à temática do estudo.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso VI alínea “a” está prevista, “a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade de direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, e a propriedade”. No artigo 6º, o texto constitucional preconiza: “são direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade, a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Os princípios norteadores da Seguridade Social estão inseridos no parágrafo único do artigo 194 da Constituição Federal. Além desses princípios citados no texto

constitucional, a doutrina elaborou outros, sendo que o mais importante é o princípio da solidariedade.

A política de Assistência Social, nos termos do artigo 203 do texto constitucional destinam-se a amparar, gratuitamente, as camadas sociais menos favorecidas, através de programas e ações de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como promoção de integração ao trabalho, habilitação e reabilitação e integração na vida social de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Partindo desta premissa, no âmbito legal temos a Tipificação dos Serviços Sociassistenciais, um instrumento normativo e organizador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em níveis de proteção, recomendações quanto à oferta de serviços de acolhimento institucional.

O estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconheceu à atenção a população em situação de rua, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Para a PNAS, esta parcela da população é considerada em situação de risco, por ter direitos violados e encontrar-se em situação de vulnerabilidade social, portanto, sendo atendido por meio da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Lei 8.742/1993 também conhecida como, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi criada como forma de regulamentar o disposto nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento da Assistência Social.

A LOAS traz um novo significado para a Assistência Social enquanto política pública de Seguridade Social, direito do cidadão e dever do Estado e prevê um sistema de gestão descentralizado e participativo. Cria também o Conselho Nacional de Assistência Social, com composição paritária, deliberativo e controlador da política de Assistência Social, para que fossem aplicados os pressupostos da C. F e LOAS; Tendo como objetivos, a proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93 - LOAS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) creditam a toda pessoa direitos socioassistenciais, aos quais se somam outros, para segmentos específicos, estabelecidos por legislação esparsa.

Ademais, através da Resolução nº 20 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 24 de abril de 2012, foram instituídos Centros de Referência Especializados em População em Situação de Rua – Centros Pop – unidades públicas voltadas para o atendimento especializado à população em situação de rua, em âmbito individual e coletivo (BRASIL, 2015).

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, de natureza pública e estatal, voltada especificamente para o atendimento à população em situação de rua.

3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO SOCIAL.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) divide a proteção social em básica e especial. A primeira tem cunho de prevenção a situações de risco social à indivíduos e famílias que vivem em fatores de vulnerabilidade. Sua estratégia central são as ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários no combate as expressões da pobreza e da desigualdade social. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é o equipamento responsável pelas atividades da proteção social básica que englobam o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), entre outros serviços sociais.

Segundo a PNAS (2004):

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade consiste em estratégias de ação que são voltadas para os casos de violação de direitos em que ainda se permaneçam os vínculos familiares e afetivos. Nesse campo, se insere o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que desenvolve serviços e ações técnicas direcionadas à orientação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, temos o trabalho voltado para a proteção integral de indivíduos e famílias que estejam em total

desamparo, isto é, sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando serem retirados do núcleo familiar ou comunitário.

Sabendo que a pessoa em situação de rua é uma questão complexa e desafiadora, a Política Nacional de Assistência Social (2004) foi criada visando ofertar serviços aos sujeitos e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, conforme preconiza a Constituição Federal (1988), que estabelece que a “família é a base da sociedade” (Art. 226).

De acordo com a PNAS (2004) a rede socioassistencial é formada por um conjunto de ações que têm iniciativas públicas e da sociedade, que oferecem e efetuam serviços, projetos, programas, benefícios; estão organizadas entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, que se articulam entre si e junto às demais unidades de proteção social, composta pelas políticas de Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e Geração de Renda, Segurança Pública e etc.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c), a Assistência Social, em consonância com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, atende a esses usuários por via dos seguintes serviços: no âmbito da média complexidade, existe o Serviço Especializado em Abordagem Social, operado no CREAS, buscando realizar trabalho social, orientando e encaminhando para acolhimento institucional.

De acordo com Couto et al (2014), muitas experiências são fragilizadas pelo baixo investimento público e a segregação das ações mudam de Município a Município, sem o rigor estipulado nas políticas sociais.

A implementação do Creas constitui questão das mais desafiantes para a consolidação do Suas, sobretudo por não existir desenvolvimento anterior nessa modalidade. Traz inúmeras indagações para exame que, por sua vez, parecem exigir um novo estágio de formulações. São questões que emergem do processo de sua implementação e do próprio Suas e apontam necessidades de orientações técnico metodológicas e desenhos de gestão e gerência para sua operacionalização. (COUTO et al, 2014, p.208).

O fundamento disso está na responsabilidade de o Estado prover saúde (art. 196), educação (art. 205), habitação (arts. 182 e 23, IX), proteção à família (art. 226) e assistência social (arts. 194 e 203), o que só ocorre por meio da realização de políticas públicas, o que inclui a necessidade de política especial para as pessoas em situação de rua (LIMA, 2015, p.267).

Conforme Raichelis (2011, p.88), “ as políticas sociais são parte integrante das políticas públicas e participam das estratégias de mediação entre Estado e sociedade, situando-se dentro do repertório de respostas a serem mobilizadas para fazer face às expressões da Questão Social”

Silva (2009, p.10) nos diz que:

As políticas em si mesmas não são capazes de eliminar as desigualdades sociais e assegurar a realização plena da cidadania, todavia, quando reconhecidas legalmente e implementadas como direitos e numa perspectiva universalizante, possibilitam avançar na direção da igualdade de direitos.

A efetivação de políticas públicas racionaliza esse tipo de gestão. Em nome da proteção da vida, das condições de vida esses mecanismos de controle são acionados.

Neste sentido, as situações de vulnerabilidade e desigualdade social, produzidas no âmbito da economia capitalista, aparecem como importantes para o desenvolvimento de políticas públicas sociais que visam minimizá-las. Portanto, tais condições imprimem uma demanda por políticas públicas, constituindo um campo sobre o qual irão desempenhar função relevante sobre a vida destes sujeitos (SILVA, HÜNING, 2013, p.52).

O Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, na busca de uma definição legalmente amparada esse Decreto estabelece, em seu art. 1º, o conceito jurídico de população em situação de rua:

Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto. Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

De acordo com Silva (2009), visualizamos de forma ampla este fenômeno e que confere à análise sobre a população em situação de rua. Com relação a este fenômeno social sobre as pessoas em situação de rua, no município de Belém, a Fundação Papa João XXIII (Funpapa), oferece a proteção social, que pode ser dividida em três categorias: Básica, Especial de Média e de Alta Complexidade.

4 FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) foi criada através da Lei Municipal nº 6.022, de 08/05/1966, esta desenvolve atividades de amparo e proteção de populações que vivem em situação de risco pessoal e social causados pela pobreza, abandono ou isolamento familiar. A FUNPAPA também atende casos de maus-tratos físicos, psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, trabalho infantil, entre outras ações que violam os direitos do indivíduo.

Segundo Chaves (2006), quando a FUNPAPA foi criada sua função era administrar abrigos e registrar viajantes e imigrantes em transito pelo Município de Belém. O objetivo da FUNPAPA passou a ser o de atender crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, ou seja, vítimas de maus tratos, exploração sexual, usuários de substâncias psicoativas, menores em conflitos com a Lei, abandonados e com vivência nas ruas (CHAVES, 2006: p.23).

Cabe a FUNPAPA a prerrogativa de coordenar todos os programas assistenciais da Cidade de Belém, inclusive o trabalho com pessoas que usam substâncias psicoativas, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Guarda Municipal de Belém. Sendo assim, as pessoas em situação de rua são atendidas pela Prefeitura de Belém, através da Funpapa, por meio dos Centros Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop).

4.1 A ATUAÇÃO DO CENTRO POP E O SEU FUNCIONAMENTO

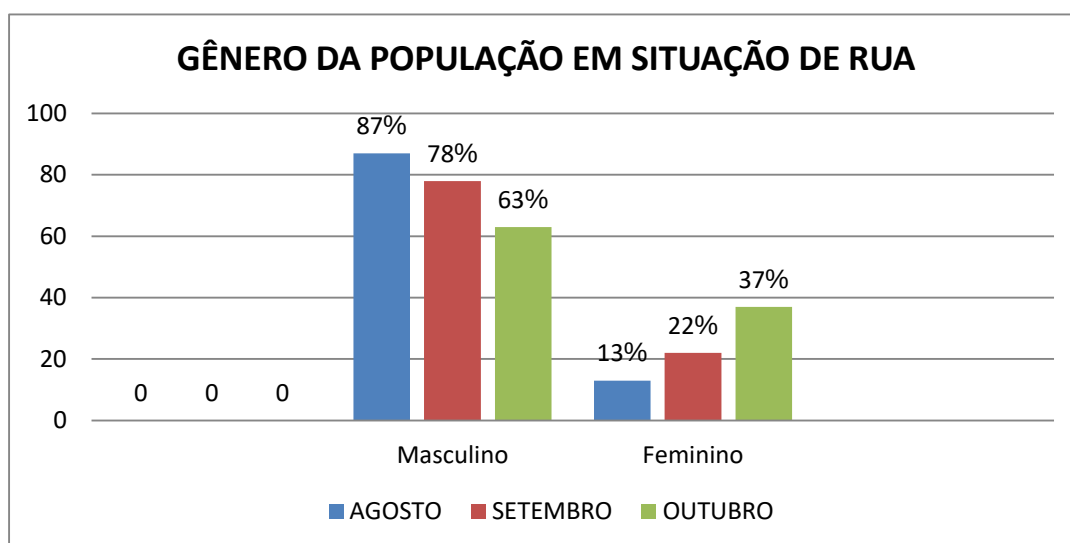
O Centro POP é fruto do Decreto Presidencial nº 7.053/2009. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), é uma unidade pública de referência da proteção social especial de média complexidade, constituída segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Portanto, é voltado exclusivamente para à população em situação de rua podendo ser jovens, adultos, idosos e famílias. Tendo a obrigação de oferecer o Serviço Especializado e também proporcionar o Serviço Especializado em Abordagem Social.

5 CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Na pesquisa realizada no Centro POP de Icoaraci e no levantamento de dados secundários de relatórios técnicos, certifica-se que em 2018, cerca de 1.566 pessoas em situação de rua foram atendidas nos espaços da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Funpapa, que incluem os dois Centros POP e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). O relatório aponta ainda, que de agosto a outubro de 2018, 583 pessoas foram assistidas no espaço de acolhimento do município de Belém gerenciado pela instituição.

A maior parte dessas pessoas tem entre 18 e 30 anos de idade, são cidadãos do sexo masculino e feminino, usuários de drogas, pessoas com deficiência e pessoas migrantes vindas do interior do Estado. Os dados foram levantados nos meses de agosto a outubro de 2018.

Gráfico 1 - Gênero da População em Situação de Rua (agosto a outubro de 2018)

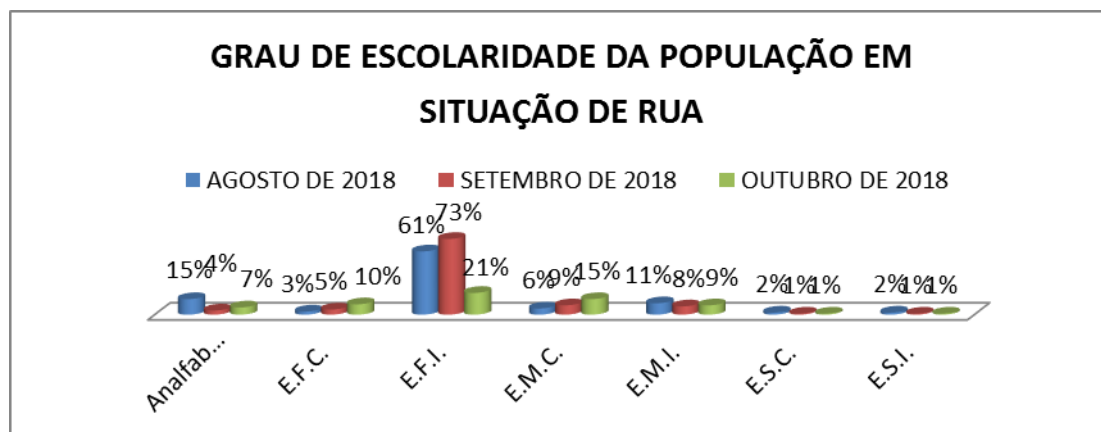


Fonte: Centro POP Icoaraci, 2018.

No mês de agosto de 2018 foram identificados que houve uma média de 87% dos usuários do sexo masculino atendidos no Centro POP Icoaraci, observa-se ainda, que no mês de setembro esse número caiu, para uma média de 78% de usuários, no mês de outubro foi constatado que houve uma média 63% dos usuários atendidos no espaço da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Funpapa. Observa-se que a maior parte dos usuários atendidos no centro POP de Icoaraci é

predominantemente masculina, sendo o menor índice dos meses em questão, do sexo feminino.

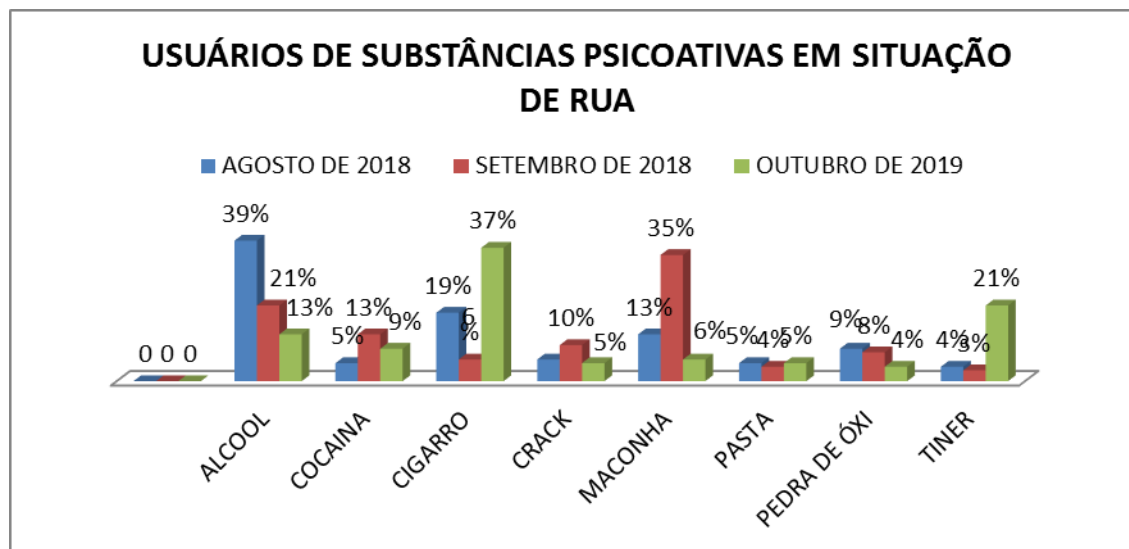
Gráfico 2 - Grau de Escolaridade da População em Situação de Rua nos meses de agosto, setembro e outubro de 2018



Fonte Centro POP Icoaraci, 2018

No mês de agosto de 2018 foi identificado que houve uma média de 15% dos usuários acolhidos no Centro POP de Icoaraci que são analfabetos, e que 61% dos usuários possuem o Ensino Fundamental Incompleto, observa-se ainda, que no mês de setembro o índice de usuários que possui o Ensino Fundamental Incompleto subiu para uma média de 73%, no mês de outubro foi constatado que houve uma queda de 21% dos usuários atendidos na unidade o Centro POP Icoaraci que possuem o Ensino Fundamental Incompleto. Observa-se que grande parte dos usuários acolhidos no Centro POP Icoaraci, possui nível Fundamental Incompleto.

Gráfico 3 - Usuários de Substâncias Psicoativas em Situação de Rua nos meses de agosto, setembro e outubro de 2018

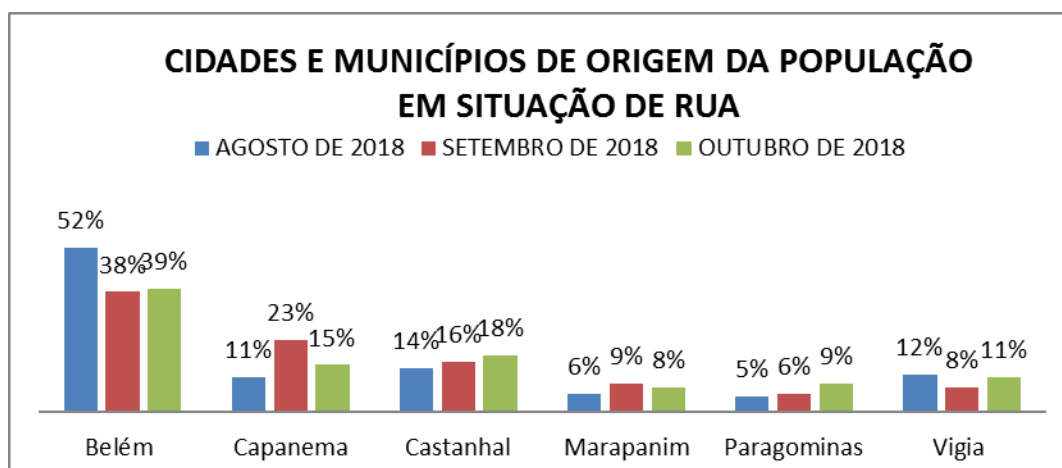


Fonte: Centro POP Icoaraci, 2018

No mês de agosto de 2018 houve uma média de 39% dos acolhidos no Centro POP Icoaraci usuários de Álcool. No mês de setembro houve queda para 21%, porém 35% dos acolhidos ainda no mês de setembro usavam Maconha, observa-se no mês de outubro 37% eram usuários de Cigarro e 21% eram usuários de Tinner.

A drogadição é muito presente entre os usuários, pois na rua substâncias ilícitas circulam rápido entre eles, o que os leva à dependência química. Durante atendimento social são realizadas as devidas orientações para esse tipo de situação, sendo que aqueles que aceitam tratamento, são encaminhados para locais que trabalham este tipo de problema, entre eles os Narcóticos Anônimos (NA).

Gráfico 4 - Cidades e Municípios de origem da População em Situação de Rua nos meses de agosto, setembro e outubro de 2018



Fonte: CENTRO POP Icoaraci, 2018

No mês de agosto de 2018 foi identificado que houve uma média de 52% dos usuários acolhidos no Centro POP Icoarací que são do Município de Belém, e no mês de setembro 38% dos usuários também são do Município de Belém e 23% do Município de Capanema, e no mês de outubro foi constatado que houve um aumento de 39% dos usuários do Município de Belém e 18% do Município de Castanhal. Conclui-se que a maior parte dos usuários acolhidos no centro POP Icoarací são oriundos principalmente na região Metropolitana de Belém e dos Municípios de Capanema e Castanhal.

Quanto às atividades pedagógicas realizadas no Centro POP de Icoaraci, destacam-se: a “Assembleia”, atividade essa que consiste em uma reunião geral com os usuários e servidores do Centro POP, na qual foi feita a avaliação do mês de agosto, e foram sugeridas atividades e temas para o próximo mês de setembro. Após intenso debate com ampla participação de todos. O tema aprovado para o mês de setembro foi: “Respeito”. De acordo com o relato dos acolhidos, é preciso trabalhar mais o respeito ao próximo, às diferenças ao gênero, aos bens materiais alheios ou públicos, às regras deste Centro, entre outros.

Atividades regulares foram retomadas, entre elas o “Circulo Restaurativo”, que trabalhou a importância de novas metas para a vida de cada ser humano. Os Educadores Sociais utilizaram recursos como: filmes, dinâmicas de grupo e debates, e cada dia contam com a contribuição dos acolhidos, e assim, analisando a postura de cada um, diante das dificuldades encontradas na vida.

Nas atividades do “Circulo de Cultura” foram utilizados vídeos motivacionais para fomentar o debate e criação de painel que expressa toda a beleza da vida na visão de cada participante, já na atividade de “Espiritualidade”, trabalhou-se com um vídeo motivacional que apresentou a necessidade que todos os seres humanos precisam ter de estar sempre “superando” as dificuldades da vida, com a ajuda de um poder superior, que os acolhidos denominaram Deus, e destacaram os momentos em que sentiram esse poder “atuando em suas vidas”.

Portanto, o Centro POP Icoaraci vem trabalhando, orientado e encaminhando os usuários para que tenham acesso aos serviços, para que estes sejam protagonistas de sua própria de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, maior desafio para população em situação de rua é de visibilidade, a falta sensibilidade da sociedade gera um efeito negativo para a superação de preconceitos, pois a população de rua são seres humanos que a sociedade vê, mas não enxerga, outro desafio mais importante do que tirá-los das ruas é possibilitar meios para que elas não voltem para as ruas novamente, e isso só se efetiva através de políticas públicas de moradia, acesso à saúde, acesso ao acompanhamento sócio assistencial, garantir a elas acesso a projetos: como cursos de profissionalização, que gera autonomia e capacitação profissional, o desafio maior é garantir esses direitos.

Facilitar o acesso a financiamentos do Governo Federal para construção de moradia à população em situação de rua; promoção de benefício para o pagamento de aluguel; fazer que por meio do Governo possa reformar, construções públicas como também a utilização de espaços vazios nos centros das cidades para moradia. Garantir que esta residência adquirida pela pessoa em situação de rua seja digna para sua sobrevivência, entre outras medidas relacionadas à habitação. Cabe salientar que uma parcela dessa população frequente, ainda que de forma esporádica, quando veem a necessidade, os abrigos disponíveis na rede de Assistência Social, a qual se mostra insuficiente frente à demanda existente.

O presente estudo apontou a importância de se ter uma rede socioassistencial e que esta seja articulada para melhor andamento dos serviços. Porém, visto que muitos usuários em situação de rua não conseguem ter acesso por completo ao que a política oferece, por conta de algumas fragilidades no serviço dificultando assim, o trabalho do Serviço Social, pois, é um processo que vai da rede socioassistencial até as dificuldades de adesão dos encaminhamentos propostos pelos profissionais.

Em caso de omissão ou insuficiência da oferta de serviços socioassistenciais cabe à Defensoria Pública intervir de modo a garantir às pessoas em situação de rua, os direitos assegurados pela Constituição Federal, sobretudo para que se efetive o objetivo constitucional de erradicação da pobreza e seja observado o princípio da dignidade da pessoa humana. Ao Poder Público a efetivação dos direitos sociais e humanos das pessoas em situação de rua, mediante a prestação de serviços socioassistenciais, a qual deve se dar por meio de políticas públicas prestadas em todos os níveis da Federação.

Afirmar e refletir sobre os aspectos materiais, é também uma estratégia que permite aprofundar o caráter emancipatório dos direitos humanos, uma vez que esses ainda são imprescindíveis na luta contra as desigualdades. A Inclusão Social da população em situação de rua faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a reintegração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, e ao acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, e entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo.

O papel da Assistência Social é de garantir direitos, proteger o cidadão e dar a ele condições de superar a situação de vida nas ruas, a fim de que as pessoas em situação de rua não se sintam excluídos da sociedade. É justamente essa exigência de uma vida digna de ser vivida, na qual o acesso aos bens materiais possa ser assegurado a todos e todas irrestritamente que impõe permanente tensão entre o que costumamos chamar de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. (1993). Lei Orgânica da Assistência Social Lei nº. 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1993.

BRASIL. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social/PNAS. Brasília: MDS.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua. Brasil, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.

Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>.

Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **IBGE apresenta resultado de pesquisa experimental sobre população em situação de rua**. 31 jul. 2014. Disponível em:

<<http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/julho/ibge-apresenta-resultado-de-pesquisa-experimental-sobre-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP**. 16 jul. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAQUERO. Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: Instrumento De Emancipação Social – Uma Discussão Conceitual**. A SITUAÇÃO DAS AMÉRICAS: DEMOCRACIA, CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan-abr. 2012.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad.: Iraci Poleti. 7ª ed. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2008.

CHAVES, M. N. A política de Assistência Social em Belém. Belém: Pakatatu, 2006
COUTO, Berenice Rojas Couto. et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2014.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber. Ditos & Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
<file:///C:/Documents%20and%20Settings/cristianesantos/Meus%20documentos/Downloads/43419-184322-1-PB.pdf>, acesso em 5 de setembro de 2018.

GUIA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2015.

JUNIOR. Gabriel Ribeiro Nogueira; MARQUES. Verônica Teixeira. **Reinserção social: para pensar políticas públicas de proteção aos direitos humanos**. 2012. Bahia.

LIMA, Paulo Cesar Vicente De. Projeto Rua do Respeito: mobilização social para a promoção dos Direitos Sociais das Pessoas em Situação de Rua em Minas Gerais. **REVISTA JURÍDICA ESMP-SP**, V.8, p.267. 2015.

MOREIRA, Elizabeth. Construindo o espaço brasileiro. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002. 336 p. (6a série).

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Nações Unidas, 1948.

Pesquisa realizada na internet em pagina do Youtube em: 09/06/2018 às 04:21; Saúde da População em Situação de Rua - Um direito humano; Pensamento Jurídico - Direitos da população em situação de rua; Direitos para moradores de rua; A realidade da população em situação de rua: avanços e desafios.

RAICHELIS, Raquel. Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. Revista Serviço Social e Sociedade nº 85. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Wanderson; HÜNING, Simone . Biopolítica nas Ruas: a Produção de Modos de Vida Seguros. Rev. Polis e Psique, 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa:** experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Brasília: SDH, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/promocao-e-defesa/publicacoes-2013/pdfs/dialogos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-e-na-europa-1>> Acesso em: 08 dez. 2018.

FRANGELLA, Simone. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2009.

Capítulo 3
RACISMO E ENVELHECIMENTO DA MULHER
NEGRA NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES
SOCIAIS NO BRASIL

Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho
Iran de Maria Leitão Nunes



RACISMO E ENVELHECIMENTO DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho ¹

Graduada em Serviço Social (UFMA). Especialista em Violência Doméstica Intrafamiliar (USP). Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA).

Iran de Maria Leitão Nunes ²

Graduada em Pedagogia (UFMA), Especialista em Orientação Educacional (PUC Minas Gerais). Mestrado em Administração e Supervisão Escolar - American World University of Iowa. Doutorado em Educação (UFRN). Pós-doutorado na Universidade Aberta de Lisboa. Professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O artigo objetiva contribuir para a discussão da temática racismo, envelhecimento e velhice da mulher negra no contexto das desigualdades sociais no Brasil, considerando a questão do racismo estrutural, que também cria as desigualdades de gênero na sociedade e contribui para a segregação racial da população negra, historicamente desprovida de acesso as políticas econômicas e sociais, mesmo diante da formulação tardia do Estatuto da Igualdade Racial em 2010. Toma-se como referências bibliográficas os autores: Caio Prado Jr (1942), Bourdieu (1998), Davis (2016), Munanga (2020), Santos (2016), Motta (1999) e Beauvoir (1990), dentre outros. Compreende-se o tema a partir de uma análise bibliográfica, considerando os estudos sobre o envelhecimento e velhice, esta última como uma experiência subjetiva e uma construção social e sociocultural. Na perspectiva da formação da sociedade brasileira, o texto apresenta algumas considerações sobre a escravização das mulheres negras, e revela que elas, na velhice, ainda hoje têm suas vidas carregadas de estereótipos. Além daqueles comumente associados ao fenótipo, somam-se aqueles relacionados à idade, cujas atitudes e comportamentos negativos objetivam expropriá-las de sua dignidade, o que buscou-se dar visibilidade. Apreende-se a condição da mulher negra velha no contexto da pandemia do Covid-19 como uma

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: glaucejane.galhardo@discente.ufma.br

² Profa. Dra. do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: iran.nunes@ufma.br

questão fundamental para compreender a sua condição. O artigo é resultado das discussões da disciplina Seminário de Pesquisa III - Intergeracionalidade, gênero e educação, vinculada ao Programa de Pós- Graduação em Educação.

Palavras-chave: Mulheres negras; Envelhecimento; Velhice; Racismo.

ABSTRACT

The article aims to contribute to the discussion of racism, aging and old age of black women in the context of social inequalities in Brazil, considering the issue of structural racism, which also creates gender inequalities in society and contributes to the racial segregation of the black population. , historically lacking access to economic and social policies, even in the face of the late formulation of the Racial Equality Statute in 2010. The authors are taken as bibliographic references: Caio Prado Jr (1942), Bourdieu (1998), Davis (2016), Munanga (2020), Santos (2016), Motta (1999) and Beauvoir (1990), among others. The theme is understood from a bibliographical analysis, considering the studies on aging and old age, the latter as a subjective experience and a social and sociocultural construction. From the perspective of the formation of Brazilian society, the text presents some considerations about the enslavement of black women, and reveals that, in their old age, their lives are still full of stereotypes. In addition to those commonly associated with the phenotype, there are those related to age, whose negative attitudes and behaviors aim to expropriate them of their dignity, which was sought to give visibility. The condition of the old black woman in the context of the Covid-19 pandemic is apprehended as a fundamental issue to understand her condition. The article is the result of discussions in the Research Seminar III discipline - Intergenerationality, gender and education, linked to the Graduate Program in Education.

keywords: Black women; Aging; Old age; Racism.

1 INTRODUÇÃO

A mulher negra faz parte de um contingente invisibilizado e cercado de estereótipos que a segrega em um mundo marcado, historicamente, por modos de ser e de viver que tendem a inferiorizá-la ou desqualificá-la em um sistema de hierarquização social fundamentado no racismo. Em se tratando das mulheres negras velhas³, sobretudo pobres, esses estereótipos são reforçados pela sua condição de pobreza, cujo envelhecimento torna-se severo, considerando o acirramento das desigualdades sociais, adensado pela dificuldade em acessar as

³ O termo velha utilizado neste trabalho não é de forma pejorativa. Santos (2016) afirma que os não negros poderão associar esta expressão conforme sua classe social e relacioná-la a babá, empregadas domésticas, como exemplo, em razão da hierarquização racial e posição social existente no Brasil que impõem às mulheres negras (pretas e pardas) uma condição de subalternidade. Coaduna-se com a visão da autora ao afirmar que o termo “velha” diz respeito a força das mulheres negras como ancestrais, as que vieram antes e contribuíram para ressignificar o antes e o depois das mulheres na sociedade. (SANTOS, 2016, p. 44 e 45).

políticas sociais, hoje, especialmente pelo número de idosos/as⁴ acometidos/as pela pandemia do coronavírus.

O artigo ora apresentado é resultado das discussões da disciplina Seminário de Pesquisa III - Intergeracionalidade, gênero e educação, vinculada ao Programa de Pós- Graduação em Educação, e tem como objetivo contribuir para a discussão da temática racismo, envelhecimento e velhice da mulher negra no contexto das desigualdades sociais no Brasil, instigando pensar que existe uma invisibilidade dessa questão, mesmo diante da institucionalização recente do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010) e do avanço da Política Nacional Integral da Saúde da População Negra instituída em 2017, como exemplos. Faz uma aproximação com a questão da escravidão das mulheres negras, considerando que as desigualdades presentes na sociedade brasileira na atualidade têm resquícios desse processo, que se organizou a partir de um sistema de exploração e opressão de corpos negros escravizados e envelhecidos por um “sistema” de “trabalho” degradante e humilhante⁵ ao longo de séculos.

Apreende-se que pensar o envelhecimento das mulheres negras requer refleti-lo sob a perspectiva da desigualdade de gênero e do racismo ainda encruados na sociedade de classe que, permeada de contradições, se alicerça a partir da opressão/exploração de homens e mulheres tendo como norte a expansão do capital. Considera-se, também, que as formas de envelhecimento e velhice de mulheres negras - sendo esta última permeada por experiências subjetivas e por uma construção social e sociocultural - dependem da sociedade as quais fazem parte.

O artigo toma como referências bibliográficas os autores: Caio Prado Jr (1942), Bourdieu (1998), Davis (2016), Munanga (2020). Santos (2016), Motta (1999) e Beauvoir (1990), dentre outros, além de documentos oficiais que subsidiam o estudo da temática. Ele está assim organizado: uma parte introdutória, em seguida, partindo de algumas considerações sobre a escravização das mulheres negras, trata

⁴ Pelo termo idoso pode-se entender todo e qualquer indivíduo acima de 60 anos de idade. Conceito criado na França em 1962, substituindo termos como velho e velhote, e foi adotado no Brasil em documentos oficiais logo depois. Nesse norte, o idoso é o sujeito do envelhecimento. (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2020)

⁵ Convém registrar que não se desconsidera o envelhecimento da população não negra. A nossa pretensão é abordar a mulher negra considerando as formas de exploração, dominação e opressão as quais foram submetidas no sistema escravocrata e que, conseqüentemente do ponto de vista histórico, possibilitam o entendimento sobre o processo de envelhecimento e a velhice desta população de modo particular na atualidade a partir do marcador desigualdade social.

sobre racismo, envelhecimento e velhice da mulher negra no contexto das desigualdades sociais no Brasil e, apresenta-se as conclusões do estudo.

As reflexões sobre a temática demandariam muitas outras, para além das aqui apresentadas, entretanto, consideramos significativo trazê-las à discussão, no desejo de contribuir para dar-lhe visibilidade e nos somarmos àqueles/as que buscam inseri-las nas discussões acadêmicas e no âmbito das políticas públicas.

2 Racismo, envelhecimento e velhice da mulher negra no contexto das desigualdades sociais no Brasil: a naturalização do invisível

*Um sorriso negro, um abraço negro
Traz....felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
(Sorriso Negro. Dona Ivone Lara,1999)*

Compreendemos o envelhecimento das mulheres negras requer apreendê-lo à guisa das análises das desigualdades de classe, gênero e raça, considerando a singularidade e a particularidade dessas mulheres. Isto é, compreendê-las enquanto sujeitos que, historicamente, à luz da formação da sociedade brasileira, têm sofrido as desigualdades sociais e raciais expressas em uma sociedade capitalista, que se organizou economicamente em torno da escravização de corpos negros.

Inferimos que a exploração Colonial no Brasil modificou as formas de sociabilidade e deixou marcas profundas na organização econômica e sócio- política brasileira, com impactos na estrutura da sociedade reverberando no que hoje podemos caracterizar de racismo estrutural⁶. Conforme Prado Jr. (1942), esse sistema foi estruturado e sustentado por três pilares: escravidão, monocultura e o latifúndio. “Com o início da adoção do trabalho escravo africano,o colono europeu tomou a posse de dirigente e tornou-se grande proprietário rural” (PRADO JR.,1942, p. 24).

Podemos dizer que esse sistema foi construído a partir de uma dominação

⁶ Para Silvio de Almeida (2019) o racismo é sempre estrutural. Não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo; o racismo institucional que está atrelado ao funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica conferindo, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça; e o racismo estrutural seria uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um arranjo institucional.

simbólica em que a força do “senhor de escravos” foi alicerçada a partir de um modelo patriarcal de exploração e opressão. Segundo Bourdieu (1998)

a força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Assim, na perspectiva da dominação simbólica, a dominação masculina foi legitimada pelo poder dado aos “senhores de escravos”. A sociedade admitiu e naturalizou a escravidão de homens e mulheres negros/as, por meio também de suas organizações institucionais, dentre elas o da Justiça, sendo materializada nas vivências sociais como uma prática tolerada por todos.

A mulher negra nesse cenário foi subordinada a um sistema de dominação e opressão demarcado por uma época de exploração sexual e do trabalho, em que a submissão absoluta a “casa grande” e as marcas deixadas pelo açoite dos feitores as conduziram as maiores humilhações físicas e psicológicas que tornaram insuportável sua sobrevivência àquela época. Como exemplo, segundo Ângela Davis (2016) - mesmo considerando as análises expressas em seu livro *Mulheres Raça e Classe* sobre a escravização das mulheres negras norte-americanas, pode-se retratar as mesmas práticas no Brasil - as escravizadas eram objetivadas, conduzidas à condição de reprodutoras, cujas gestações lhes davam o direito de tratamento “indulgente”, porém não por razões humanitárias, mas para garantir o nascimento de uma criança que mais tarde se tornaria escrava, valorizada tão qual ou inferior a um animal.

As mulheres negras escravizadas, ademais, sofriam com o estereótipo de terem corpos rijos, fortes, prontas para suportar a dor, forçadas ao trabalho em que “o custo de manutenção e exploração era menor do que a dos homens no auge da força física [...] obrigadas a trabalhar de modo “masculino”, um tabu para a teoria da feminilidade do século XIX. Ou seja, a ideologia da feminilidade não funcionava para as mulheres negras, pois eram tratadas como instrumentos de reprodução biológica e vistas para aumentar a renda econômica do seu proprietário. Contudo, estas

mulheres foram sobreviventes e resistiam as barbaridades sofridas na escravidão. “Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina” (DAVIS, 2016, p. 34).

Diante da luta e resistência aos castigos físicos, violência psicológica, do trabalho duro e degradante na juventude, subtemos que não era garantido a mulher escravizada qualquer sorte que lhe conferisse envelhecer no mínimo com condições de sobreviver na velhice, mesmo para aquelas submetidas ao trabalho doméstico, considerado “mais ameno”. Segundo Ferreira (2017), supomos que, com o avançar dos anos, homens e mulheres escravizados/as foram morrendo por causa da velhice e das doenças. E, de acordo com Pires:

Inúmeras doenças e deformidades físicas e mentais estavam relacionadas à intensa e degradante condição do trabalho escravo imprimindo em seus corpos a dureza de suas condições de vida. Soma-se isso os castigos aplicados pelos senhores; as penalidades decididas no âmbito da lei, bem como as lesões corporais provenientes das brigas, desavenças e intrigas, sempre presentes no cotidiano desses segmentos e que contribuíram, decisivamente, para traçar este triste quadro. (PIRES, 2003, p. 64).

Destarte, que após ao fim da escravidão no Brasil, o “ex-escravo” foi excluído, marginalizado, sem qualificação educacional/profissional e largado nas periferias das cidades.

À guisa, vemos que a análise sobre o envelhecimento da mulher negra nos dias atuais passa pela compreensão de como historicamente as mulheres escravizadas eram subordinadas ao sistema escravocrata de base patriarcal, de certo modo “reatualizado” com o acirramento de mecanimos, como exemplo, o racismo, o sexismo e o machismo, que se expressam na sociedade capitalista para manter os eixos de dominação e opressão de mulheres pobres e negras na condição de sujeitos subalternos, particularmente.

Considerando a historiografia sobre a escravidão e as mazelas causadas por este sistema, que deixou marcas indeléveis e profundas, vemos que esse processo atinge a qualidade de vida das mulheres negras e contribui para a manutenção dos níveis de desigualdade social e econômica no presente. Também demonstra que o estado brasileiro, por meio das formulações das políticas públicas, ainda não efetivou o direito da população negra envelhecer com dignidade. Ao contrário, há a materialização desse envelhecimento associada ao racismo estrutural e

discriminação racial, com impactos na saúde, na condição socio-econômica tornando a garantia de direitos e o alcance da dignidade humana uma utopia.

Destacamos que para apreensão da discriminação racial faz-se necessário compreender o significado do racismo. Segundo Munanga (2020) há dificuldade para denotar o racismo, porque esse conceito não tem uma única definição; apresenta uma complexidade e uma dinamicidade que está no tempo e no espaço; sendo único em sua essência, em sua história, características e manifestações, além de múltiplo e diversificado. O autor assevera que não existe uma maneira mais fácil de abordar o racismo, pois ele se manifesta na sociedade como um problema social, engendrado e originado pelas diferenças existentes na própria sociedade. Então, todos os problemas da sociedade são sociais, inclusive os preconceitos e discriminações raciais que constituem apenas uma das modalidades do social.

O racismo, conforme Munanga (2017), consiste em "caracterizar um conjunto humano ou justificar um comportamento do indivíduo como sendo decorrente da "raça" (etnia) à qual pertencem usando atributos naturais/raciais, os quais seriam os principais elementos que caracterizam moral e intelectualmente cada indivíduo". Logo, para o autor, o racismo se coloca como uma ideologia e seria formado pelo pensamento racial, que estabelece o domínio de um grupo sobre outro, como judeus, negros, muçulmanos, tendo como pauta única atributos negativos imputados a eles; em especial, com o uso de argumentos que se dizem científicos para afirmar essa divisão entre superiores e inferiores. Na realidade, trata-se de relações de poder legitimadas pela cultura dominante, levando à discriminação e à perseguição daqueles considerados inferiores .

Demarcamos que ao se tratar da mulher negra há uma relação entre discriminação racial e processo de envelhecimento considerando que este último incide diretamente sobre a velhice aqui percebida como uma construção social. Destacamos que o envelhecimento é um processo natural e, segundo Papileu Netto e Carvalho (2006), é dinâmico e progressivo, no qual existem modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam a perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando uma maior vulnerabilidade e incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte.

Assim, as consequências do processo de envelhecimento, em regra, deveriam estar associadas à vida saudável e ativa. Porém, considerando as

particularidades do envelhecimento da mulher negra, constata-se que na velhice tem-se uma combinação entre sofrimento, aumento da dependência física, isolamento social, dentre outros fatores que combinados ao racismo, com a desigualdade de gênero e com o aumento da pobreza - mesmo diante dos avanços na última década de programas sociais no Brasil, como a implementação do Bolsa Família ou na área da saúde em relação à criação de equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) que cuidam de idosos que vivem em comunidades - torna essa questão muito mais complexa.

A compreensão é de que ao se analisar as categorias racismo e suas variações, envelhecimento e velhice em relação à mulher negra toma-se um sentido particular, crivado de uma singularidade que condiciona a pensar essa questão a partir de uma intersecção. Essas estruturas analíticas, a partir de suas especificidades próprias, são dinâmicas, construídas e passíveis de transformação, envoltas as múltiplas determinações e contradições próprias da sociedade de classe.

E, ainda sobre a discriminação racial, apreendemos

como um tratamento diferenciado em função da raça, que coloca em desvantagem grupos raciais específicos. Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, baseados em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha por objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou o exercício em condições de igualdades fundamentais no domínio político, econômico, social e cultural ou em qualquer outro domínio na vida pública (BRASIL, 1968).

É mister colocar que a discriminação racial está frequentemente relacionada à discriminação de gênero, cujas manifestações na vida das mulheres negras se dão de diferentes formas considerando os níveis de desigualdades econômica, social, política e de gênero sendo esta última

um dos fatores que perpetua as heterogeneidades sociais, fundamentadas na diferença entre os sexos. Essa cristalização que circunda o senso comum subjuga as mulheres e favorecem imposições estigmatizantes prevaletentes nos contextos social, econômico, cultural e político, ganhando visibilidade nas constantes diferenças salariais, atribuições de cargos, funções e papeis (BEZERRA, 2016, p.52).

E, no que diz respeito à desigualdade quanto ao envelhecimento de mulheres negras, Já em 2012, a III Conferência Regional Intergovernamental sobre

Envelhecimento na América Latina e Caribe realizada no Chile com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apresentou dados significativos, dentre os quais: as mulheres negras são maioria como chefes de domicílio; maior envolvimento das mulheres negras nas atividades domésticas (inclusive na condição de ocupadas) do que brancas; a universalidade do sistema de seguridade social (previdência urbana, previdência rural, assistência social e as pensões por morte) cobria 77,3% da população idosa negra e 78,3% da branca. Aos 80 anos de idade e mais, 95,5% da população branca recebia algum benefício da seguridade social, enquanto a proporção comparável para os negros foi de 90,5%; mesmo com a redução da pobreza, a proporção da população negra pobre, idosa ou não, é mais elevada do que a branca. (SANTOS, 2016).

Outro retrato da desigualdade pode ser descrito nesses tempos de pandemia do Coronavírus. Um estudo brasileiro da Organização Gênero e Número (2020) conduzido por cientistas de várias universidades brasileiras, como a UNICAMP (Universidade de Campinas) e UNESP (Universidade Estadual Paulista) e publicado pela *Clinical Infectious Diseases* da editora da Universidade de Oxford, concluiu que mortes por Coronavírus são o dobro entre mulheres grávidas negras em relação às brancas, no Brasil. O estudo demonstrou que, entre as mulheres negras grávidas, a probabilidade de morrer de Covid-19 chegou a 17%, quase o dobro, das mulheres brancas grávidas com chance de morrer da doença, que é de 8,9%. Podemos dizer que a razão por trás desta disparidade é o racismo estrutural, que perpassa também as ações e serviços de saúde, no contexto de racismo institucional.

Em relação aos velhos/as, de modo geral, a discussão sobre essa questão torna-se necessária, pois a pandemia do Coronavírus vem atingindo de forma específica esta população, considerando as condições a que são postos diante da inabilidade do governo em desenvolver ações estratégicas que minimizem os impactos da doença sobre a suas vidas. Ademais, a pandemia veio acompanhada de preconceito em relação aos maiores de 60 anos, num misto de desrespeito, descarte e humilhação, a ponto de as autoridades governamentais brasileiras sugerirem o isolamento vertical, ou seja o isolamento apenas dos grupos de risco, dentre estes velhos e velhas, com impacto direto na vida dos/as velhos/as pobres, negros e periféricos, cujas políticas públicas estão longe de alcança-los/as. Assim,

os dados só fizeram confirmar: a doença causada pelo coronavírus no Brasil mata mais as pessoas negras e pobres. Com a evolução da epidemia no país, morreram pobres na linha de frente do tratamento à covid-19, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres idosas e com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde (BBC BRASIL, 2020).

Para Gomes (2020), “essa realidade é fruto de uma perversidade histórica e estrutural ativamente produzida que, no contexto de exacerbação do neoliberalismo e da crise sanitária, revela a imbricação entre raça, pobreza, saúde pública e Estado.”

Então constatamos que a pandemia do Coronavírus matou, atingiu e vem atingindo mais pessoas pobres e negras e, nesta perspectiva, as mulheres negras velhas entram na estatística, considerando a precariedade em que vivem e sobretudo pelas comorbidades e o acesso desigual ao sistema de saúde. Envelhecer e ser velho/a nestas circunstâncias são frutos de um modelo de opressão e submissão adensado no sistema de escravidão colonial e no mito da democracia racial, ideologicamente elaborado e fortalecido no início do século XX, por meio dos estudos sobre eugenia e, em décadas subsequentes retratado como uma verdade absoluta cujo penamento ainda contribui para fortalecer as desigualdades raciais no Brasil. A materialização do racismo estrutural é importante para a manutenção das formas de dominação do capital, dentre este o racismo que se processa nos espaços institucionais, na sociedade e no desenvolvimento das políticas públicas, em especial na engenharia institucional do SUS, como exemplo. Ou seja o capitalismo “bebe” do racismo e do patriarcado para manter-se enquanto uma estrutura de desigualdade social e racial.

Assim a combinação racismo/envelhecimento das mulheres negras é percebido de modo singular, com impactos diretos sobre as suas velhices e diz respeito às formas como esses sujeitos serão entendidos no contexto das relações sociais. Nilza Santos (2016) constata que “o processo de envelhecimento para as mulheres negras pode reforçar desigualdades, pois, além da discriminação de gênero, raça e classe social (geralmente, pertencem às camadas sociais mais pobres da população), agrega-se uma outra dimensão: a idade”. (SANTOS, 2016. p.47), como uma dimensão cronológica.

Entretanto, mesmo considerando as particularidades da mulher negra no processo de envelhecimento, demarcamos a necessidade sobre o entendimento do

conceito de velhice, como uma experiência subjetiva, cronológica e uma construção social dependendo do caráter sociocultural das sociedades e geração, embora entendemos a relevância das questões demográficas e/ou econômicas como aspectos necessários para justificar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa. Então, “ser velho é uma situação vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração” (MOTTA, 1999, p. 191).

Desse modo, entendemos também, que a velhice da mulher negra tem uma dimensão existencial que modifica a relação da pessoa com o tempo, gerando mudanças em suas relações com o mundo e com sua própria história, sendo fundamental a experiência dessas mulheres, como pontua Motta (1999), “há diversidade de experiências de gênero e esta depende da valorização social de cada um desses aspectos e/ou da vivência que se tem deles. Há, então, hierarquias internas a cada dimensão” (MOTTA, p. 197, 1999).

Destarte, que esses conceitos – envelhecimento, velhice ou experiências – coadunam-se e estão postos na vida social e estruturam-se na sociedade de classe, em que idade/ geração e raça/etnias também fazem parte. Tornam-se, então interseccionais ou co-extensivos de acordo com as suas operacionalizações/concepções, sendo determinantes nas relações sociais e realizam-se no cotidiano, pois carregam historicidade.

Essas dimensões expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstroem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes. (MOTTA, 1999, p. 193).

De modo particular, sendo o processo de envelhecimento da mulher negra crivado de discriminação racial e de discriminação de gênero, reverberando em uma velhice que se torna dura pelas expressões da desigualdade social e de gênero, conforme os dados apresentados, destacamos a questão do envelhecer destas pessoas que sofrem preconceito social por meio também do idadismo entendido como “atitudes ou comportamentos negativos em relação a uma pessoa baseadas

somente na sua idade". (COELHO, GREENBERG, SCHIMEL & MARTENS, 2002: 27 apud COELHO, 2013). Esses comportamentos associados aos estereótipos e preconceitos trazem consequências negativas para a vida dessas mulheres, ou seja, além da discriminação por idade dos mais novos em relação aos mais velhos, associa-se a isso questão do racismo por meio dessa discriminação

como um mecanismo de exclusão social em que os interesses de uma pessoa, ou grupos de pessoas, não são alvo de igual consideração social, ou seja, têm tratamento desigual em relação a outras. As práticas discriminatórias não se prendem com estatuto legal, e podem ter como efeito a privação de direitos políticos, civis e sociais. (COELHO, 2013, p. 3).

Segundo Coelho (2013) a intergeracionalidade pode ser uma das estratégias efetivas de combate ao idadismo. Para a autora a atitude idadista está no indivíduo, mas também na sociedade que carrega valores culturais profundos e tem, portanto, uma dimensão coletiva e estrutural. "A intervenção no sentido da transformação dos estereótipos e preconceitos, para ser eficaz deverá tocar o nível societal, político: a alteração de atitudes idadistas passa, antes de mais nada, por uma mudança ideológica" (MARQUES, 2011, p. 94 apud COELHO, 2013, p.10).

Nesse sentido, a coeducação das gerações é um processo fundamental, pois considera a capacidade para aceitar as individualidades próprias da formação de cada sujeito inserido no seu tempo social, resulta em tolerância e um trabalho de convergência em busca de relações igualitárias, atendendo, mas nunca desconsiderando as diferenças entre as gerações. (OLIVEIRA, 1998).

Como pontua Nilza Santos (2016) ao citar Sueli Sousa Santos (2014)

[...] dar voz a essas mulheres, resgatar suas narrativas de vida [...] seu papel fundamental na construção da sociedade brasileira, assim como na educação afetiva das gerações que sucederam desde o período da escravidão e que acredito, forjaram nossa forma brasileira de ser. A capacidade de resiliência do povo negro, suas condições criativas no enfrentamento das adversidades, são elementos determinantes do caráter afetivo e criativo de nosso povo. [...] acompanharam as transformações das relações de trabalho, da institucionalização da liberdade de credo na primeira metade do século XX, e principalmente, as lutas pela liberação sexual depois dos anos 60, seguramente nos trará uma riqueza documental sobre uma geração que não tem sido pesquisada, as sexagenárias e pós-sexagenárias negras. (SANTOS, 2014, p.1-2 apud SANTOS, 2016. p. 30).

E Simone de Beauvoir já dizia:

Se um grupo procura apenas sobreviver ao dia a dia, tornar-se uma boca inútil é declinar. Mas se, misticamente ligado aos ancestrais, deseja uma sobrevivência espiritual, então, ele encarna o velho, que pertence ao mesmo tempo ao passado e ao além; [...]. É o sentido que os homens conferem à sua existência, é seu sistema global de valores que define o sentido e o valor da velhice [...]. (BEAUVOIR, 1990, p. 108).

No contexto das relações sociais, a velhice deve ser compreendida em sua totalidade e não é uma responsabilidade individual, pois depende da formulação e implementação de políticas públicas integrais nas áreas de educação, assistência social, saúde, habitação, emprego e renda, dentre outras por meio também do compromisso do estado em garantir as ações e serviços destinados a todos, sem discriminação.

Ademais, as questões colocadas demonstram a necessidade de se discutir o quanto “o racismo ainda impede o crescimento, o desenvolvimento e a equidade entre brancos e negros e impacta no cotidiano da mulher negra em todas as áreas e nos espaços onde a sociedade se organiza e movimenta.” (Santos, 2016). Os efeitos deletérios do racismo se espalham nas relações sociais contraditórias e historicamente situadas no campo de correlação de forças desiguais. Ainda é preciso muita luta e resistência!

Como declama Conceição Evaristo (74 anos, mulher negra, romancista, poeta, contista e cheia de sabedoria) ... *A voz de minha bisavó; ecoou criança; nos porões do navio; Ecoou lamentos de uma infância perdida; A voz de minha avó ecoou obediência; aos brancos donos de tudo.* De fato, soa como um lamento, mas também como uma denúncia que expressa a necessidade de assegurar a dignidade e os direitos humanos da mulher negra, na possibilidade de libertação das opressões, da humilhação e da exploração que as castigam há séculos.

3 CONCLUSÃO

À guisa das questões postas neste artigo, a sociedade brasileira ainda precisa discutir com afinco a velhice como uma construção social e o envelhecimento da população, considerando os/as velhos/a na sua integralidade e singularidade no contexto das relações sociais. Nessa perspectiva, tendo em vista a necessidade de

refletir sobre esse processo na vida da mulher negra, faz-se necessário percebê-lo a partir do adensamento dos problemas econômicos e sociais, que historicamente compõem a estrutura social do país e, de modo racional, apreender o racismo como um modelo de opressão inserido no cotidiano das pessoas e nas práticas institucionais.

O racismo impacta nos modos de ser e de viver das pessoas e vem deixando marcas indeléveis que colaboram para a subordinação e inferiorização das mulheres negras, dentre estas aquelas que se encontram na velhice.

Falar de envelhecimento das mulheres negras é colocar essa temática no seio do dito início processo civilizatório brasileiro, é apreendê-lo no contexto da formação de uma sociedade cujas normas possibilitaram a escravização de corpos negros, sob o julgo do patriarcado, do sexismo e do machismo. A escravidão legitimou e naturalizou a inferioridade e a violência; contribuiu para o fortalecimento da desigualdade racial e de gênero como feridas que marcaram e marcam a vida das mulheres negras.

Nesse norte, as mulheres negras na velhice, até os dias atuais têm suas vidas carregadas de estereótipos e, além daqueles comumente associados ao fenótipo, somam-se aqueles relacionados à idade, cujas atitudes e comportamentos negativos objetivam expropriá-las de sua dignidade. Esse tema precisa estar no debate antirracista, razão pela qual buscamos dar-lhe visibilidade.

Há várias formas de envelhecer e, como analisa Beauvoir (1990, p. 11), “nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto que a velhice”. Todos devem envelhecer com dignidade e qualidade de vida e, por extensão, que as mulheres negras velhas possam usufruir desse desejo e que se tornem visíveis.

Tendo em vista a amplitude do tema, este artigo não teve a pretensão de esgotá-lo, mas contribuir para a discussão sobre uma questão importante e atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. Feminismos plurais. São Paulo. 2019.

AGÊNCIA P. G. **Mortes por covid-19 são o dobro entre mulheres grávidas pretas em relação a brancas no Brasil, mostra estudo**. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/mortes-por-covid-19-sao-o-dobro->

entre-mulheres-gravidas-pretas-em-relacao-a-brancas-no-brasil-mostra-estudo. Acesso em 13 Dez. 2020.

BBC BRASIL. **Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo?** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em 17 de Dez de 2020.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEZERRA, J F et al. Conceitos, causas e repercussões da violência sexual contra a mulher na ótica de profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Promoção e Saúde**. Fortaleza, 2016.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand.1988.60p.

BRASIL, **Convenção Internacional sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial**; 1968. Acessado em 16.12.2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html.

COELHO, C., **Idades apartadas**: pensar o idadismo e a intergeracionalidade, in: Pereira, J. e outros (Coord.) Animação Sociocultural, Gerontologia e Geriatria, A Intervenção Social, Cultural e Educativa na Terceira Idade. Intervenção - Associação para a promoção e divulgação cultural, Chaves, 2013. pp. 63-72.

DOSSIÊ MULHER. **Violência contra as mulheres - Rio de Janeiro (Estado) - Estatísticas**. 2. Crime contra as mulheres - Rio de Janeiro (Estado) - Estatísticas.

GOMES, N L. **Racismo e o novo coronavírus no Brasil**. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Racismo-e-novo-coronav%C3%ADrus-armas-mort%C3%ADferas-no-Brasil>, Acesso em 20 de Dez 2020.

MUNANGA, K. “As ambiguidades do racismo à brasileira”. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: **Perspectiva**, 2017. p. 33-44.(cap. 1).

MUNANGA, K. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**, USP,2020. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf, acesso em 15 Nov.

PESQUISA DA TRIWI, CONSULTORIA EM MARKETING DIGITAL. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/trabalho/24-das-empresas-nao-tem-funcionarias-negras-diz-pesquisa-1-em-4-nao-tem-mulheres-em-cargos-de-chefia/>. Acesso em Dez 2020.

PIRES, M. F. N. **O crime na cor**: escravos e forros no alto sertão da Bahia –1830-1888. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SANTOS, N. M. C. **Negras velhas**: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade. 2016. Projeto de Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016

MOREIRA, et al. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Revista Texto contexto Enfermagem**. vol.21 Nº.3 Florianópolis. 2012.

MOTTA, A. B da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, 1999.

OLIVEIRA, P S. **Cultura e Co-Educação de Gerações**. Instituto de Psicologia (USP); São Paulo, v. 9, n. 2. 1998.

VÁRIOS AUTORES. **Cadernos Negros 13**, São Paulo: Quilombo hoje, 1990, p. 32-33.

Capítulo 4
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MARCOS
NORMATIVOS DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER: UMA LUZ SOBRE O DEBATE DA
VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DIGITAL

Cesar Albenes de Mendonça Cruz

Eduardo Pinheiro Monteiro

Kelven Marcelino Klein



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MARCOS NORMATIVOS DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA LUZ SOBRE O DEBATE DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DIGITAL

Cesar Albenes de Mendonça Cruz

Docente do programa de pós-graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Pós-Doutor em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: Cesar.cruz@emescam.br

Eduardo Pinheiro Monteiro

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela EMESCAM. Bacharel em Direito. E-mail: Eduardo.virtual@hotmail.com.

Kelven Marcelino Klein

Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e bacharel em Serviço Social pela EMESCAM, bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Graduando em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). E-mail: kelvenmklein@gmail.com.

RESUMO: As políticas públicas são objetos fundamentais para uma sociedade mais justa e igualitária. Justiça e igualdade, historicamente são adjetivos antagônicos às mulheres. Com o avanço da internet em um mundo neoliberal e consequentemente globalizado, estas têm sofrido ainda mais. Assim, este artigo apresenta os principais marcos normativos de combate a violência contra a mulher, apresentando também legislações sobre estas violências no ambiente digital.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher. Violência no ambiente digital. Pornografia de vingança.

Abstract: Public policies are fundamental objects for a fairer and more egalitarian society. Justice and equality are historically antagonistic adjectives to women. With the advancement of the internet in a neoliberal and consequently globalized world, these have suffered even more. Thus, this article presents the main normative frameworks

for combating violence against women, also presenting legislation on this violence in the digital environment.

Keywords: Violence against women. Violence in the digital environment. Revenge Pornography.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisa realizada pelo DataSenado (2019), 73% das mulheres declaram já ter sofrido agressões. A violência doméstica e familiar pode ser praticada de diversas formas. Além da mais comum que é a violência física, observa-se também grande incidência de outras formas de violência, como a patrimonial, a moral, a sexual e a psicológica.

Todas essas formas de violência já estão devidamente elencadas no texto da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006 - e contam com instrumentos apropriados para o enfrentamento. Contudo, essa legislação é historicamente recente, na história do Brasil, nem sempre foi assim.

Contudo, a violência contra as mulheres é bem mais ampla do que se imagina, se já não bastasse serem vítimas no ambiente real (mundo físico), as mulheres são também no ambiente virtual (mundo cibernético) as maiores vítimas de várias formas de violência, que muitas vezes possui um caráter ainda mais cruel, pois em pouco espaço de tempo uma mulher pode ser humilhada perante seus parentes, amigos, contatos e milhares de desconhecidos.

Esta produção é fruto de pesquisa realizada durante os anos de 2016 a 2020, em nível de mestrado e iniciação científica pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). A pesquisa, de natureza básica, abordagem qualitativa e objetivos descritivos, teve como procedimentos revisão bibliográfica e pesquisa documental.

Para compreendermos as dimensões histórico-político no Brasil, é necessário identificar a construção das políticas públicas para as mulheres, assim, torna-se indispensável resgatar o papel da legislação dentro do ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista, o de evidenciar acordos da sociedade consigo mesma, regulando as relações, as instituições e os processos sociais.

A legislação, representa, muitas vezes, o resultado de embates políticos e ideológicos, ou seja, “a legislação expressa o desejo e a intenção de pautar novas realidades sociais” (BRASIL, 2006, p. 12).

Assim, o artigo visa além de identificar os marcos normativos, apresentar algumas das novas modalidades criminosas originadas do uso desmedido e indevido da *Internet*, tais como *revenge porn*⁷, *sextorsão*⁸ e *estupro virtual*, bem como – e consequentemente – a eventual criação de políticas públicas para prevenir e punição destas condutas.

2 MARCOS NORMATIVOS NO BRASIL

Ao analisar a mulher à luz das Constituições, percebe-se que na Constituição de 1824, a mulher não era considerada cidadã. Só eram considerados cidadãos os homens, aqueles com 25 anos ou mais e todos que tivessem renda de 100 mil réis, inexistindo qualquer proteção à igualdade de gênero.

A constituição concedia às mulheres a possibilidade de trabalhar em empresas privadas, mas as impedia do exercício de função pública, bem como do direito a votar e ser votada.

Na primeira constituição da República Brasileira, em 1891, o sufrágio universal masculino era estendido a todos os brasileiros alfabetizados maiores de 21 anos de idade, exceto por mendigos, soldados, mulheres e religiosos (BRASIL, 1891). Assim, a palavra todos no Brasil, em 1891 não era universal, tratava-se exclusivamente de um grupo. O sufrágio estendia-se a “todos”, exceto a grande maioria populacional.

Por isso, recentemente os movimentos feministas colocaram em suas pautas as colocações pronominais, pois a linguagem tem o poder de apagar um passado de exclusão, da mesma forma, o de construir o futuro de inclusão das mulheres em todos os ambientes. Assim, os movimentos de mulheres passaram a defender o termo: todos e todas, pois nem sempre o “todos” foi sinônimo de universalidade.

De acordo com Santos (2009),

O Brasil era um país predominantemente agrícola, sendo que, ao final da década de 1920, começava, com o capital advindo do setor cafeeiro, a tomar uma nova forma e com as transformações do capitalismo industrial, o comércio e as fábricas absorveram, gradativamente, mais mulheres. Assim, em 1927, a Constituição Estadual do Rio Grande do Norte inclui artigo autorizando a mulher a votar e ser

⁷ *Revenge porn*, ou pornografia de vingança, tipicamente se refere à disseminação (sem o conhecimento ou consentimento do sujeito) de mídia sexualmente explícita, como fotos ou vídeos, que foram originalmente obtidos com o consentimento do sujeito, geralmente originada de um relacionamento íntimo romântico.

⁸ Sextorsão, termo que consiste na união da palavra sexo com a palavra extorsão, e se caracteriza como uma chantagem online pelo constrangimento de uma pessoa à prática sexual ou pornográfica registrada em foto ou vídeo para envio, em troca da manutenção do sigilo de seus *nudes*, previamente armazenados por aquele que faz a ameaça.

votada sendo que, no nível federal, apenas em 1932, foi decretado o direito de sufrágio para as mulheres (SANTOS, 2009, p. 6).

O sufrágio feminino é garantido apenas em 1932, no governo Getúlio Vargas, conquista que só seria plena na Constituição de 1946. Um ano após o Decreto de 1932, é eleita Carlota Pereira de Queiróz, primeira deputada federal brasileira, integrante da assembleia constituinte dos anos seguintes.

A Constituição do Estado Novo (1937) foi outorgada pelo presidente Getúlio Vargas com a implantação da ditadura do Estado Novo. Apesar disso, com a consolidação de Getúlio Vargas e do Golpe de 1937, a ditadura varguista fecha o Congresso e suspende as eleições. Por conseguinte, de acordo com Muniz (2019), a imagem da mulher consagrada pelo governo Vargas foi da mulher que realiza trabalhos como enfermeira, professora, secretária e, claro, esposa dedicada ao lar.

De acordo com Santos (2009), durante o Estado Novo no Brasil, as mulheres francesas participaram da política através das manifestações, protestos, luta armada e ações heróicas, enquanto no Brasil, as mulheres eram consideradas pilares fundamentais da família e guardiãs do lar.

A Constituição Federal de 1946, é considerada a Constituição da República Populista, as mulheres brasileiras, apesar da exclusão constitucional, empreenderam-se em lutas em prol de seus direitos civis nos anos de 1950. O resultado de tais reivindicações, foi a consagração do Estatuto da Mulher Casada (1962) - Lei N° 4.121, de 27 de agosto de 1962 -, no qual a mulher casada passou a ter plena capacidade aos 21 anos, sendo considerada colaboradora do marido nos encargos da família. (BRASIL, 1962)

A constituição de 1967 é marcada por uma nova redação dada em 1969 pelos militares. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o movimento feminista eclodia, no Brasil vivia-se a cassação dos direitos civis e a mais dura repressão. Entretanto, as mulheres organizaram-se para formar uma militância contra o regime militar. De acordo com Santos (2009) a maioria era composta por mulheres que viram os maridos serem torturados e assassinados pelo governo militar.

A década de 1980 foi marcada por uma expansão industrial acompanhada de intensa urbanização, trouxe em seu bojo o movimento de redemocratização que lutava por direitos civis e igualdade. Esse movimento causou diversas mudanças na construção e expansão das políticas públicas. Um importante movimento de mulheres à época ficou conhecido como “lobby do batom”. (MORGANTE, 2019; MOREIRA, 2016).

Objetiva-se apresentar as demandas das mulheres brasileiras ao Congresso Nacional Constituinte. De acordo com Moreira (2016),

As militantes se uniram a 25 deputadas constituintes que fizeram pressão, e conseguiram aprovar 80% de suas demandas, ficando este marco conhecido como o Lobby do batom, quebrando resistências ideológicas, bem como tradicionais modelos de representação articulando seus interesses no espaço Legislativo. (MOREIRA, 2016, p. 225)

Ainda, de acordo com Cifali e Garcia (2015), como resultado das reivindicações, a década de 1980 foi marcada por significativos avanços em termos de ações concretas de enfrentamento, com a criação de serviços específicos de atendimento às mulheres. As mulheres passaram a denunciar e demonstrar sua intolerância ao paradigma “em defesa da honra”, comumente utilizado para absolver homens que cometiam violência contra as mulheres.

Morgante (2019), ressalta que, como fruto das lutas e resposta às demandas femininas foram criadas as Delegacias da Mulher, no ano de 1985, como o primeiro serviço de atendimento voltado às mulheres no país. A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) tornou-se a porta de entrada das mulheres - vítimas de violência - ao sistema de justiça.

A Constituição Federal de 1988, simboliza o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país. O inciso I, do artigo 5º, da Carta Magna, evidencia que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição” (BRASIL, 1988).

No âmbito das relações familiares, a CF de 1988 dispõe em seu artigo 226, § 8º, que cabe ao Estado assegurar a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (BRASIL, 1988)

Ressalte-se que, um marco importante na luta pelos direitos das mulheres, foi a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), através da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

De acordo com Bandeira e Almeida (2015), a CIM é:

Um organismo especializado do Sistema Interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA), criado em 1928, durante a 6ª Conferência Internacional Americana, inicialmente sediada em Havana (Cuba). De caráter permanente e constituindo-se o pioneiro organismo intergovernamental, no mundo, foi criado para assegurar o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 504)

A CIM realizou a Conferência em Belém, onde foram apresentadas denúncias contra o próprio Estado brasileiro, além de estudos da realidade da América, isto fez com que se formulasse um documento – a convenção – e foi promulgada por aclamação em 9 de junho de 1994. Entrou em vigor em 5 de março de 1995, tornando-se referência mundial no enfrentamento à violência contra a mulher. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 505-506)

O Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará - foi submetida ao Congresso Nacional e aprovada em agosto de 1995, tornando-se assim um país signatário e tendo como obrigação seguir as diretrizes estabelecidas.

A Convenção estabelece em seu Artigo 8º:

(...)

c. promover a educação e treinamento de todo o pessoal judiciário e policial e demais funcionários responsáveis pela aplicação da lei, bem como do pessoal encarregado da implementação de políticas de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher;

d. prestar serviços especializados apropriados à mulher sujeitada a violência, por intermédio de entidades dos setores público e privado, inclusive abrigos, serviços de orientação familiar, quando for o caso, e atendimento e custódia dos menores afetados; (BRASIL, 1996).

Para que o Estado Brasileiro cumprisse a Convenção promulgada pelo Congresso Nacional, tornou-se necessário criar uma Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, em 2003. A secretaria era ligada à presidência e tinha o status de ministério e “inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens” (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005, p. 5).

O Estado, a partir de então, tinha como finalidade o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da elaboração de conceitos, diretrizes e normas para que se adequassem as exigências da Convenção de Belém do Pará.

Em 2005, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres criou o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que trouxe as diretrizes de políticas públicas nas questões de gênero - os princípios da autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, educação inclusiva e não-sexista, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência contra as mulheres. (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005, p. 15).

Contudo, o avanço Constitucional não foi o suficiente para evitar os casos de violência contra a mulher. O Estado brasileiro era omissor, frente às denúncias de mulheres, e isso conduziu-o a uma condenação perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), movida por denúncia de organismos de defesa dos direitos das mulheres. (OLIVEIRA, 2017, p. 632)

Tal condenação ocorreu tendo ensejado o caso Maria da Penha, que sofreu dupla tentativa de feminicídio e ficou paraplégica. Maria da Penha, que lutava pela prisão do seu ex-marido, viu o seu caso ser levado à Washington – por movimentos de mulheres - onde o Brasil foi condenado por negligência e omissão em relação à violência doméstica. De acordo com Penha (2012), a condenação determinou que o Brasil cumprisse os acordos dos quais eram signatários, levando à criação de uma legislação específica para erradicar a violência contra a mulher.

Este longo caminho levou à criação da Lei 11.340/2006, que é apelidada pelo nome da farmacêutica, Maria da Penha. A presente norma é considerada uma das três melhores leis do mundo, com objetivo de enfrentar e erradicar a violência contra a mulher, de acordo com a ONU, de acordo com Agência Senado (2011). A norma impulsiona a construção de políticas públicas, uma vez que determina a criação de diversos mecanismos de combate e prevenção, conforme o Art. 1º, Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, aduz o artigo. 8º:

A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais (BRASIL, 2006).

É importante destacar que a referida norma, é fruto do engajamento do Estado brasileiro no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos das mulheres (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 510).

A Lei 11.340/06, fez com que o Poder judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública atuassem em conjunto com os órgãos de segurança pública, assistência social, saúde e demais secretarias de Estado, visando a integração operacional. Além de promover estudos e pesquisas, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, com o intuito de unificar os dados nacionalmente para avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas. (CHERUBINI, 2016, p. 14)

A referida norma, elucida em seu artigo 8º, inciso V, medidas integradas de prevenção, promoção e realização de campanhas educativas, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e no que se refere aos currículos escolares, objetiva-se promover educação sobre os direitos das mulheres e a equidade de gênero, raça e etnia (BRASIL, 2006).

O governo Federal, através do decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, criou o programa “Mulher: Viver sem Violência”, que teve seu nome alterado em 2019 para “Mulher Segura e Protegida” (BRASIL, 2019). O Programa propõe o fortalecimento e a consolidação, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, a partir de seis estratégias de ação:

1. Criação da Casa da Mulher Brasileira; 2. Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; 3. Criação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas; 4. Organização e Humanização do Atendimento às vítimas de violência sexual; 5. Implantação das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta (Rodoviárias e Fluviais); 6. Realização de Campanhas Continuadas de Conscientização (BRASIL, 2019).

A Casa da Mulher Brasileira, através do decreto nº 10.112/2019, art. 3º, inciso I, estabelece espaços públicos onde se concentram os principais serviços especializados e multidisciplinares da rede de atendimento às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2019).

A proposta da Casa da Mulher Brasileira é possuir no mesmo lugar alguns dos serviços essenciais para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, tais como:

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Promotoria Pública Especializada da Mulher; Defensoria Pública Especializada da Mulher; Atendimento psicossocial; Alojamento de passagem; Brinquedoteca; Serviço de orientação e direcionamento para programas de auxílio, promoção da autonomia econômica, geração de trabalho, emprego e renda, bem como a integração com os demais serviços da rede de saúde e socioassistencial; e Central de Transportes, que integrará os serviços da Casa aos demais serviços existentes da rede de atendimento às vítimas de violência (BRASIL, 2013).

O programa foi criado para atender ao Art. 8º da Lei Maria da Penha, assim, propõe o fortalecimento e a consolidação, em âmbito nacional, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação das diversas áreas envolvidas. Isto faz com que o processo transite de forma mais célere, evitando mais desgaste à vítima.

Compreende-se a necessidade de integração dos diversos órgãos e diferentes entes federados não apenas na criação de políticas públicas de combate à violência contra mulher, mas a plena execução.

3 PRINCIPAIS LEIS BRASILEIRAS DE COMBATE AOS CRIMES DIGITAIS

Os primeiros casos de crimes praticados por meio digital foram detectados em meados da década de 60, e aumentaram, progressivamente, à medida que a *Internet* e os dispositivos informáticos passaram a integrar a sociedade.

A questão dos crimes por meio da *Internet* tem dimensão global, pois na maioria dos casos envolvem mais de um país, haja vista a abrangência transnacional da grande rede. Muitas vezes, o autor do crime está em um país, a vítima em outro e o conjunto de elementos probatórios em um terceiro país (GOUVÊIA, 1997).

Devido ao caráter transnacional da maioria dos crimes na *internet*, em 2001, dezenas de países reunidos na Hungria elaboraram e assinaram a Convenção sobre o Cibercrime, também conhecida como Convenção de Budapeste, que procurou definir de forma harmônica os crimes praticados por meio da *Internet* e as formas de persecução criminal para realizar qualquer investigação.

No Brasil, o combate ao cibercrime vem ocorrendo de forma gradativa, com nossos legisladores que procuram identificar e tipificar comportamentos criminosos, no ambiente digital, para conter o avanço dessa prática.

Desde o ano de 1996, diversas legislações vêm sendo elaboradas e sancionadas, com o objetivo de tornar viável e célere a atuação das polícias especializadas em cibercrime e o trabalho do poder judiciário no combate a essa modalidade criminosa.

Em 1996, podemos destacar duas leis, a Lei 9.296/96 que tipifica o crime de interceptação de dados telemáticos e a Lei 9.609/98 que dispõe sobre a proteção de propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no Brasil.

Em 2008 ocorreu um importante avanço normativo, quando a Lei 11.829/2008 alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente tipificando várias condutas de pornografia infantil na internet.

Contudo, no que tange a violência contra a mulher, a primeira legislação só ocorre em 2012, com a Lei 12.737/12. A Lei conhecida como Carolina Dieckmann, tipifica o crime de invasão de dispositivo informático.

O nome advém de um caso ocorrido com a atriz Carolina Dieckmann. Em 2011, um hacker invadiu o computador pessoal da atriz, possibilitando que ele tivesse acesso a 36 fotos pessoais de cunho íntimo. De acordo com a denúncia, o invasor exigiu dinheiro para não publicar as fotos.

Como a atriz recusou a exigência, acabou tendo suas fotos divulgadas na internet. Isso criou uma grande discussão popular sobre a criminalização desse tipo de prática.

A partir daí a temática tomou visibilidade e foi possível identificar maiores esforços por parte do Estado na regulamentação das redes. Podemos destacar a Lei 12.965/14, conhecido como o Marco Civil da Internet; a Lei 13.441/17, que dispõe sobre a infiltração de agentes de política na Internet; Lei 13.709/18, dispõe sobre o tratamento geral dos dados pessoais; e, a Lei 13.718/18, que dispõe sobre o crime de divulgação não autorizada de fotos íntimas, punindo com mais rigor os casos de pornografia de vingança.

4 OS PRINCIPAIS CRIMES CONTRA A MULHER NO AMBIENTE DIGITAL

Na literatura existe um personagem que é conhecido como o "Don Juan", na internet o Dom Juan é conhecido como um golpista. Eles, normalmente, com a finalidade de aplicar golpes, se mostram homens apaixonados, até conseguirem extrair fotos, senhas e informações suficientes para chantageá-las (CRUZ; KLEIN, 2020).

O Dom Juan, também pode ser conhecido como "Scammers" esses em sua maioria, oriundos da Nigéria. São conhecidos por aplicar golpes de cunho patrimonial. É criado um perfil fake, utilizando-se de fotos de terceiros, nome fantasia e endereço inexistente.

O criminoso identifica a vítima, passam a estabelecer uma relação de afetividade, onde são feitos pedidos como celulares e outros bens de uso pessoal ou mesmo valores em dinheiro através de transferências bancárias e semelhantes (AHMAD, 2018).

Outra forma de violência é a sexual. Nos tempos atuais, uma pessoa pode utilizar a *Internet* para praticar abuso sexual, seja utilizando uma artimanha para forçar uma mulher a praticar sexo, muitas vezes cedendo às chantagens ou graves ameaças, após o autor da violência sexual, obter informações, fotos ou vídeos da vítima que a deixem refém das graves ameaças do criminoso.

O estupro virtual pode ocorrer, por exemplo: quando uma pessoa, por meio da internet, aplicativos de chamada, Skype ou mídia social, venha a constranger ou ameaçar a outra a tirar a roupa na frente de uma *webcam*, praticar masturbação ou outro ato libidinoso.

O estupro é considerado pelo Código Penal, ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (BRASIL, 2009). Assim, como ocorre intimidação, é considerado estupro.

Esses comportamentos têm se tornado muito comum e as mulheres se tornam reféns de homens que se prevalecem de uma sociedade predominantemente machista. Isso pode acontecer, muitas vezes, se o parceiro/criminoso possui um conhecimento acerca da tecnologia um pouco mais aprofundado que a mulher, pode se beneficiar desses fatores e tem o seu projeto de humilhação, constrangimento ou aproveitamento pessoal facilitado.

Diante disso, as mulheres se tornam as maiores vítimas em um ambiente em que a facilidade de propagação do conteúdo ofensivo ou infringente torna a violência praticada tão cruel quanto uma agressão física ocorrida no âmbito doméstico (STOCO; BACH, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia da informação proporcionou transformações na sociedade atual, o que vem gerando uma grande distância entre os institutos consagrados do Direito tradicional e as novas respostas necessárias para atender aos anseios deste tempo novo.

A mesma tecnologia utilizada para, praticamente, todas as atividades do dia a dia, seja no âmbito pessoal ou profissional, tem se transformado em ferramenta para a prática de violência contra a mulher, sem que sejam criados mecanismos eficazes de enfrentamento a essa nova forma de violência de gênero.

Assim, é necessário que o poder público se posicione, regulamentando, fiscalizando e criando políticas públicas de combate a violência contra a mulher, seja essa violência ocorrida em casa, na rua ou na internet.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **VINTE ANOS DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ E A LEI MARIA DA PENHA**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 501-517, maio-agosto/2015.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL**. 25 de março de 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 22 de maio de 2020.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967**. 24 de janeiro de 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 8.086 de 30 de agosto de 2013**. Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8086.htm. Acesso em 22 de maio de 2020.

_____. **Lei Nº 4.121 de 27 DE AGOSTO DE 1962**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília. 2005.

_____. **DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996**. Brasília. 1996.
Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEME. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**. Legislação (federal, estadual e municipal) sobre direitos das mulheres a partir da Constituição de 1988. Brasília: LetrasLivres, 2006.

_____. **Decreto nº 10.112, de 12 de novembro de 2019**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8086.htm. Acesso em 22 de maio de 2020.

CIFALI, Ana Claudia; GARCIA, Tamires de Oliveira. **Marco normativo e políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher**. Sistema Penal & Violência, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 137-147, jul.-dez. 2015.

MORGANTE, Mirela Marin. **Se você não for minha, não será de mais ninguém**. Vitória/ES: Milfontes. 2019.

MOREIRA, Laís de Araújo. **DIREITO E GÊNERO: A CONTRIBUIÇÃO FEMINISTA PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO PROCESSO DE (RE) DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRO**. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba, V. 5, Nº 01. 2016 ISSN | 2179-7137 | <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>.

MONTEIRO, Eduardo Pinheiro. **A violência contra as mulheres no ambiente digital**. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas e desenvolvimento local), Faculdade de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Brasil. 2019.

SANTOS, Tânia Maria dos. **A MULHER NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**. II Seminário Nacional de Ciência Política: América Latina em debate Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Porto Alegre, 23 a 25 de setembro de 2009.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

PECK, Patrícia Pinheiro. **Direito Digital**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

KLEIN, Kelven Marcelino; CRUZ, Cesar Albenes de Mendonça. A violência contra as mulheres no ambiente digital. **Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social** ISSN 2175-098X.

Capítulo 5
GÊNERO E ENVELHECIMENTO: AS RELAÇÕES
DESIGUAIS DE PODER E DOMINAÇÃO EXPRESSAS
NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER IDOSA
Leida Cabral Nascimento da Silva
Iran de Maria Leitão Nunes

GÊNERO E ENVELHECIMENTO: AS RELAÇÕES DESIGUAIS DE PODER E DOMINAÇÃO EXPRESSAS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER IDOSA

Leida Cabral Nascimento da Silva⁹

Graduada em Serviço Social (UFMA). Especialista em Violência Doméstica Intrafamiliar (USP). Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA).

Iran de Maria Leitão Nunes¹⁰

Graduada em Pedagogia (UFMA), Especialista em Orientação Educacional (PUC Minas Gerais). Mestra em Administração e Supervisão Escolar - American World University of Iowa. Doutorado em Educação (UFRN), Pós-doutorado na Universidade Aberta de Lisboa. Professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

Neste estudo pretende-se analisar as relações de gênero presentes na sociedade que foram historicamente naturalizadas sobre papéis sociais da mulher, destacando o fenômeno do envelhecimento populacional e a tendência de sua feminização, bem como as relações desiguais de poder e dominação e a violência sofrida em seus variados tipos. Tem-se os aportes teóricos de: Arendt (2007), Bourdieu (2014), Debert (1999) e (2003), Minayo (2014), Motta (1999) e (2003), Nascimento (2015), Saffioti (1987) e (2004), e, Serra e Dias (2005), dentre outros. Para tanto se inicia o percurso de construção textual com dados estatístico sobre e envelhecimento da população. Em seguida, busca-se reconstruir as categorias teóricas e empíricas que fundamentam o estudo através do levantamento bibliográfico de autores/as que tratam a temática e pudessem contribuir para as reflexões que foram estabelecidas.

Palavras chaves: relações de gênero; poder e dominação; envelhecimento; violência contra a mulher idosa.

ABSTRACT

This study intends to analyze the gender relations present in society that were historically naturalized on women's social roles, highlighting the phenomenon of

⁹ Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: leida.cabral@discente.hufma.br

¹⁰ Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: iran.nunes@ufma.br

population aging and the trend of its feminization, as well as the unequal relations of power and domination and the violence suffered in its varied types. Theoretical contributions of: Arendt (2007), Bourdieu (2014), Debert (1999) and (2003), Minayo (2014), Motta (1999) and (2003), Nascimento (2015), Saffioti (1987) and (2004), and, Serra and Dias (2005), among others. For this purpose, the course of textual construction begins with statistical data on the aging of the population. Then, it seeks to reconstruct the theoretical and empirical categories that underlie the study through the bibliographic survey of authors who deal with the theme and could contribute to the reflections that were established

Keywords: gender relations; power and domination; aging; violence against elderly women.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional e a longevidade constituem uma grande vitória da humanidade, resultado da mobilização social através de grupos de pressão e do avanço científico, dentre outros fatores. Contudo, tal fato trouxe também grandes desafios para a gestão de políticas públicas e o enfrentamento de formas de violência que atingem essa população, sobretudo a violência de gênero em sua dimensão geracional.

O envelhecimento da população é considerado um fenômeno mundial na atualidade, tanto nos países centrais que passaram por transformações econômicas, com a expansão do capitalismo, que impactaram fortemente na dinâmica da população, como nas nações de menor desenvolvimento socioeconômico, cujos processos de industrialização e urbanização se deram de forma mais tardia, considerando os avanços tecnológicos e novas descobertas. Segundo a Organização Mundial de Saúde entre 2015 e 2050, a proporção da população mundial com mais de 60 anos quase dobrará de 12% para 22% (OMS/OPAS, 2018).

De acordo com esses dados, podemos afirmar que há uma tendência mundial para o envelhecimento populacional e uma estimativa para o ano de 2025 que existam cerca de 2 bilhões de pessoas com 70 anos e mais no mundo, a maioria delas vivendo em países em desenvolvimento (CALDAS *et al.*; 2009).

Contudo, A velhice não é homogênea e a idade cronológica não constitui o único indicador para as mudanças que acompanham o processo do envelhecimento. São várias as dimensões que podem contribuir para a heterogeneidade desse processo durante a trajetória de vida, como fatores políticos, sociais, econômicos, educacionais e de saúde. Ademais, o processo de envelhecimento pode trazer

significados distintos, determinados pela maneira como os idosos e as idosas estão inseridos/as na sociedade, podendo se apresentar como sinônimo de vitória e experiência, para uns, ou derrota, perda, dependência, violência e maus-tratos, para outros. (DEBERT, 2003).

O processo de envelhecimento e sua consequência natural, a velhice, tem sido uma das preocupações da humanidade, desde as análises e estudos teóricos sobre o tema até a garantia do acesso a serviços e programas sociais, através do Estado.

Foi no século XX que se deu o marco definitivo da importância do estudo sobre a velhice. Tendo em vista, de um lado, a tendência de crescimento do interesse nas pesquisas e estudos sobre o processo de envelhecimento. Por outro lado, a pressão exercida por grupos de interesses devido ao aumento do número de idosos em todo o mundo.

Para efeito de referência para este estudo, adota-se a perspectiva da Organização Mundial de Saúde, que considera idosas as pessoas com 65 anos em países desenvolvidos e 60 anos de idade em países em desenvolvimento.

No Brasil, o processo de envelhecimento da população tem aumentado desde a década de 1960, apresentando índices superiores aos demais grupos etários, chegando, em 1970, a 8% o peso da população idosa sobre a população total e uma projeção de dobro para os próximos vinte anos. O censo de 2010/IBGE destaca que os indivíduos com idade superior a 65 anos passarão de 14,9 milhões (7,4% do total), em 2013, para 58,4 milhões (26,7% do total), em 2060. Um outro fenômeno identificado nos dados oficiais apresentados é a feminização da velhice, ou seja, as mulheres continuarão vivendo mais que os homens. Atualmente, elas vivem, em média, até os 78,5 anos, enquanto eles, até os 71,5 anos e a expectativa para 2060 será de 84,4 anos, contra 78,03 dos homens (Brasil, 2010).

Para Serra e Dias (2005), a feminização da velhice implica em vários fatores, como os sintomas da menopausa, o aumento das doenças crônicas, degenerativas e estados de depressão, decorrentes da solidão, do abandono e do stress, que são agravados, sobretudo quando estas mulheres idosas ainda assumem o papel de cuidadoras de netos e de outros idosos (SERRA; DIAS, 2005).

Acredita-se ser este um tema de relevância social e científica por propor a discussão do fenômeno do envelhecimento no âmbito das relações desiguais de gênero e geração, entendidas como expressão da questão social. Razão pela qual

são necessárias reflexões sobre essa temática, uma vez que as particularidades desse contexto podem somar-se às ações para desconstruir padrões de submissão, humilhação e opressão das mulheres, instituídos na sociedade contemporânea.

Busca-se analisar as relações de gênero presentes na sociedade que foram historicamente naturalizadas sobre papéis sociais da mulher, destacando o fenômeno do envelhecimento populacional e a tendência de sua feminização, bem como as relações desiguais de poder e dominação e seus rebatimentos para a mulher idosa.

Com efeito, Caldas (2009) ressalta que a mulher idosa está exposta à violação de direitos no contexto social e acredita ser este um dos motivos pelos quais as idosas têm maiores riscos de sofrerem violência nos seus variados tipos: física, psicológica, negligência, entre outros, além da violência estrutural.

Para tanto, buscamos os aportes teóricos de: Arendt (2007), Bourdieu (2014), Debert (1999) e (2003), Minayo (2014), Motta (1999) e (2003), Nascimento (2015), Saffioti (1987) e (2004), e, Serra e Dias (2005), dentre outros.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: uma parte introdutória com a exposição do tema, seguida de duas seções que pretendem apresentar, com base em referências teóricas e documentais, a construção do objeto de estudo e as reflexões propostas e por fim as conclusões que foram alcançadas.

2 AS RELAÇÕES DESIGUAIS DE GÊNERO COMO CATEGORIA EXPLICATIVA PARA COMPREENDER A DOMINAÇÃO MASCULINA E A SUBALTERNIZAÇÃO DAS MULHERES

Tradicionalmente a sociedade definiu, através da divisão sexual do trabalho, os lugares de homens e de mulheres, baseados em papéis sociais. Sugerindo que homens deveriam ocupar espaços de dominação e poder, reconhecidamente como espaço público, do discurso, do debate e construção das ideias, espaço da criatividade. Por outro lado, à mulher está reservado o espaço privado corroborando com a sua invisibilidade na história social.

Com o surgimento do movimento feminista e de mulheres, e em seu bojo os estudos sobre a categoria gênero. O que pleiteava ser natural e intuitivo da mulher passou a ser questionado e foi possível perceber que existe uma identidade de sexo, que classifica os papéis do gênero como um produto histórico-cultural e político, definido ao longo dos anos sob os moldes da sociedade patriarcal.

Para Joan Scott (1989), o termo gênero foi proposto pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, uma via teórica própria, além de estabelecer uma crítica ao caráter inadequado das teorias explicativas sobre desigualdades entre mulheres e homens.

A autora enfatiza a existência de um debate teórico entre aqueles que defendem a ideia de que qualquer realidade é interpretada ou construída e aqueles que defendem que o “homem é o senhor racional do seu próprio destino”. Porém algumas teóricas feministas discordam deste ponto de vista e ampliam esse debate no final do século XX, com apoio de cientistas e políticos, cujo propósito foi aprofundar as teorias que buscam compreender as mulheres e entender como foram constituídas e definidas situações de subalternização em que as mulheres foram agrilhoadas.

Para Saffioti (2004) existe uma ruptura na integridade social, que é o fato da sujeição feminina à dominação masculina aceita pela sociedade, e que sua superação requer um esforço coletivo, por meio da inclusão do debate nas instituições formadoras de opinião, que no dizer de Scott (1989) está sedimentado na Religião, no Direito (normas, leis...) e na Educação. Desta forma, essas instituições definem modos de pensar e agir, como a virtude e submissão da mulher ao homem, a obediência ao que prevê os estatutos que, geralmente, foram criados por homens, e a forma de educar meninos e meninas, em que meninos são estimulados a serem mais “arrojados”, competitivos, enquanto as meninas são estimuladas a cultivarem sentimentos de singeleza e dependência.

Este pensamento expõe a visão androcêntrica de sociedade e traduz o pensamento de que a forma como os meninos são educados contribui para a violência e a dominação masculina (HIRATA, 2009). Além do mais, expressa uma relação desigual de poder que atinge meninas, mulheres adultas e idosas, que, de acordo com Saffiot (2004), utiliza-se do sistema patriarcal para naturalizar a violência de gênero.

Em “O Contrato Sexual”, Carole Pateman (1993), busca entender qual é o papel que a sujeição das mulheres aos homens desempenha no contrato social. Ele parte da ideia que para compreender a posição do contrato no pensamento liberal, é necessário investigar simultaneamente o contrato social, o contrato de trabalho e contrato de casamento. Sua crítica se fundamenta na tradição marxista e se utiliza dos mecanismos da exploração expresso na mais-valia. Em sua obra, a autora reflete sobre a postura do trabalhador ao vender sua força de trabalho, que é uma mercadoria especial, pois ela gera mais riqueza que a necessária para ele se reproduzir. Para

Pateman (1993), há outro aspecto que é negligenciado: a subordinação presente no contrato. Afinal, tanto no contrato de trabalho como no contrato de casamento, é estabelecida uma hierarquia pela qual um dos contratantes (patrão ou marido) exerce sobre o outro (trabalhador ou mulher), necessária para que ocorra a exploração.

Portanto, parte-se da perspectiva feminista de que a violência de gênero nas sociedades contemporâneas é motivada pela cultura patriarcal, que estabelece uma oposição entre natureza e cultura e uma visão dicotômica que define comportamentos, atribuindo à mulher papéis secundários e de menor valor.

Segundo Saffioti (2004), a violência de gênero consiste em um problema social cuja análise encontra-se nos seus estudos sobre gênero, raça/etnia, classes sociais e patriarcado. Para a autora, é sob a ordem patriarcal de gênero que devem ser feitas as análises sobre a violência contra as mulheres. O patriarcado pressupõe a subordinação das mulheres em todas as esferas, tanto da violência, divisão sexual do trabalho, espaços de poder e tantas outras esferas sociais em que as mulheres estão em desvantagem por causa de um sistema que as coloca em condições de desigualdade.

Evidentemente que essa relação de dominação não se esgota no sexo, mas requer conjuntamente consubstancialidade das relações raça e classe. Contudo há que se enfatizar a idade, em meio a estes conceitos que se considera estruturantes, para compreender a totalidades das opressões.

3 A INTERFASE ENTRE GÊNERO, CLASSE E ENVELHECIMENTO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER IDOSA

Motta (1999) admite que a identidade da mulher idosa, além da identidade de gênero seja também constitutiva da sua identidade geracional. Suas trajetórias sociais e experiências são determinantes na forma como se situa na sociedade de forma diferenciada à do homem, quanto à possibilidade de sensação de liberdade e autorrealização na velhice (MOTTA,1999).

No estudo “As Dimensões de Gênero e Classe Social” (1999), que realizou uma pesquisa de campo na Bahia com idosos de ambos os sexos e diferentes classes sociais, a autora destaca que na sociedade o lugar social dos velhos não foi previsto. Embora em seu curso tenha estabelecido o fato de tornar-se, rapidamente, uma sociedade com tendência de ampliar ainda mais sua população de idosos. Estes por

sua vez, são inseridos a partir de interesses de alguns grupos como possibilidade de lucro, pelo consumo de bens e formas de lazer.

Deste modo, são organizados grupos e programas de natureza variada para atender idosos. A autora destaca ainda, que esses grupos são responsáveis por dar visibilidade aos velhos e suas percepções, a partir dessas experiências, como processo libertador que os separa da condição de protegidos pelos filhos, que querem decidir ou permitir determinados comportamentos ou até situações de exploração e violência. Os grupos então criados possibilitam o encontro com outros idosos, novas experiências e autonomia em relação à família, além da convivência com outros idosos de classe sociais, gêneros diferentes e interesses comuns.

Quanto à análise da autora sobre as relações de gênero, ressalta que a participação das mulheres nos grupos, a maioria pensionistas, revela uma relação desigual de gênero, pois não ocupavam os cargos de decisão nessas associações, sendo estes cargos ocupados por homens com experiência com a liderança sindical. As mulheres ocupavam cargos ligados à Diretoria Social e desenvolviam atividades ligadas ao cuidado, auxiliando as demais lideranças masculinas como coadjuvante. Enquanto as relações entre os homens, embora de classes sociais distintas e ocupações variadas, que iam desde médicos a ajudantes de cozinha eram estabelecidas de forma linear, sem causar nenhum embaraço ou diferença no grupo.

Entretanto, convém ressaltar que o fenômeno da violência de gênero não distingue classe social, raça e idade, sendo que, para mulher idosa, as expressões da violência são as mais invisibilizadas.

No Brasil, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, adota o mesmo conceito que se fundamenta na definição da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Belém do Pará, 1994), cujo país é signatário. Segundo a qual a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. (BRASIL, 2011, p.19).

Em o estudo “Violência Contra a Mulher Idosa”, Caldas (2009) apresentou dados estatísticos sobre a feminização da velhice, e, segundo a autora, em 2000, dos 14 milhões de idosos, 55% eram do sexo feminino. A pesquisa atribui esse crescimento do percentual feminino em relação ao masculino à redução da mortalidade das mulheres na composição por sexo. Com isso, o aumento da

população idosa revela também uma maior proporção de mulheres. '[...] mesmo que a velhice não seja universalmente feminina, ela possui forte componente de gênero [...]' (CALDAS *et al.*; 2009, p. 169).

Sobre a questão da violência contra a mulher, a autora destaca que a mulher é exposta à violação de direitos desde a mais tênue idade e contexto social e acredita ser este um dos motivos pelos quais as idosas têm maiores riscos de serem agredidas. "Há o fato de as mulheres viverem mais anos sim, porém, pesquisadores do mundo inteiro questionam sobre o fato de a mulher já ser agredida quando jovem e, então, manter essa dinâmica no envelhecimento (CALDAS *et al.*; 2009, p.173)".

Outra explicação é a omissão por parte dos idosos de não revelarem as situações de violência que são submetidos no cotidiano e, no caso das mulheres, devido à condição de subalternização em relação ao homem, estabelecendo papéis que foram naturalizados e aceitos como comuns nas sociedades contemporâneas. A naturalização da violência contra mulher é exercida pelo homem historicamente, sendo considerada legítima, sobretudo na esfera privada, onde o "chefe da família" exerce seu poder sobre a mulher e filhos, há obediência e submissão da mulher, tudo é permitido e se justifica inclusive a violência (ARENDT, 2007). Deste modo, é mister o enfrentamento e a desconstrução de uma cultura de violência de gênero e da violência contra a mulher idosa para auxiliar na discussão acerca de abordagens do problema e contribuir para a transformação de novas conformações societárias.

A violência, enquanto fenômeno social, se apresenta de diferentes formas, ora de maneira direta e explícita, ora indireta e dissimulada. Segundo Miranda (2014), as reflexões sobre este tema, envolvem questões econômicas, psicológicas e institucionais e, devido a sua complexidade, são necessárias percepções que possam revelar significados, por esta razão denunciar a violência e contribuir para sua eliminação, constitui condição para a democratização dos direitos sociais (MIRANDA, 2014).

A violência é entendida como "um processo relacional, complexo e diverso, uma expressão relacional de poder", que se origina "na estruturação da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares" e se mostra sob várias formas: estrutural, decorrente da desigualdade social; interpessoal, presente na comunicação e interação cotidiana e/ou institucional, em ações ou omissões do Estado, na gestão e execução das políticas públicas (FALEIROS, 2007; MINAYO, 2005).

Conforme descreve Minayo (2005), os tipos de violência mais praticados contra a pessoa idosa são:

[...] Abuso, violência ou maus-tratos físicos: coagir a pessoa idosa a fazer o que não deseja, feri-la, provocar-lhe dor, incapacidade ou morte; [...] Abuso, violência ou maus-tratos psicológicos - aterrorizar, humilhar, isolar ou restringir liberdade com agressões verbais ou gestuais; [...] Abuso ou violência sexual - ato ou jogo sexual de caráter homo ou heterorrelacional, utilizando pessoas idosas; [...] Abandono - ausência ou deserção dos responsáveis (estado, instituição ou família) de socorro à pessoa idosa que necessite de proteção; [...] Negligência - recusa ou omissão dos responsáveis (familiares ou instituições) em prestar os cuidados devidos e necessários à pessoa idosa; [...] Abuso financeiro e econômico - exploração ilegal ou o uso não consentido de seus recursos financeiros e patrimoniais; [...] Autonegligência - ameaça da pessoa idosa à sua saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesma (MINAYO 2005: pp.15-18)".

No estudo "Múltiplas Faces da Violência Contra a Pessoa Idosa", Minayo (2014) revela que o ambiente familiar é o espaço onde mais ocorrem a violência, seguido da rua e das instituições de prestação de serviços como as de saúde, de assistência social e residências de longa permanência. O mesmo estudo aponta que as pessoas idosas em situação de pobreza ou dependência financeira ou com deficiência, são as mais abusadas.

Segundo a autora, as mulheres são as principais vítimas da violência estrutural¹¹. As Idosas estão mais expostas à pobreza, à solidão e à viuvez, e ainda aos problemas de saúde. Esta constatação é decorrente da falta de uma política mais efetiva que atenda as mulheres no que concerne à igualdade de direito à aposentadoria, pois a grande maioria desenvolve ou desenvolveu atividades não remuneradas, em ambiente privado, doméstico, no cuidado com a casa, filhos e marido. Ademais, as mulheres trabalhadoras formais são expostas à discriminação sexual no mercado de trabalho, com salários inferiores aos pagos aos homens, acarretando aposentadorias mais baixas. Além do fato de que boa parte dessas mulheres não têm acesso ao direito à pensão de seus maridos devido não constituir uma relação legal como o casamento civil ou de união estável reconhecida (MINAYO, 2014).

O abandono e a negligência são também, segundo a referida pesquisa (MINAYO, 2014), uma expressiva forma de violência. A internação compulsória em

¹¹ Violência Estrutural, aquela que ocorre pela desigualdade social e é naturalizada nas manifestações de pobreza, de miséria e de discriminação (MINAYO, 2003).

Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, deixando a essas entidades o domínio sobre sua vida, vontade, saúde e seu direito de ir e vir expõe uma importante violação dos direitos humanos.

Da mesma forma, em “Violência Contra o Idoso”, Faleiros (2007), demonstrou violações de direitos previstos no Estatuto do Idoso e revelou que as mulheres idosas são as maiores vítimas da violência, bem como, constatou que os filhos e as filhas são os maiores agressores e que essa violência ameaça a integridade e os direitos sociais da mulher idosa.

No Brasil, a participação do idoso e sua organização política na sociedade, denunciando maus-tratos e outras expressões da violência, ocorreram somente nos anos de 1990. O tema se tornou público por meio da assinatura de convenções internacionais e movimentos nacionais organizados e o protagonismo dos idosos em suas associações de aposentados e conselhos, na luta por direitos. Essas mobilizações resultaram na promulgação da Política Nacional do Idoso, em 1994, e do Estatuto do Idoso, em 2003. (MINAYO, 2013).

O Estatuto do Idoso declara que a violência contra o idoso “é qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico” (Estatuto do Idoso, cap. IV, art. 19, §1º).

Quando ocorre a violência contra a pessoa idosa, sendo esta por ação ou omissão, é estabelecida também uma ruptura na expectativa de proteção e cuidado por parte dos agressores, sobretudo os filhos, cônjuges, parentes e cuidadores. O Estatuto do Idoso, em seu artigo 19, estabelece ainda que,

“os casos suspeitos ou confirmados de violência, devem ser notificados, pelos serviços públicos ou privados à autoridade sanitária e comunicados a autoridade policial; Ministério Público; Conselho Municipal do Idoso, Conselho Estadual do Idoso; Conselho Nacional do Idoso”. (BRASIL, 2003).

A violência contra o idoso e a idosa não é um ato individual ou grupal isolado, associado à raiva ou ao descontrole do agressor, mas uma relação desigual de poder e uma violência estrutural, pois é exercido tanto na dinâmica das relações interpessoal como institucionalmente.

Já existe uma mobilização nacional e internacional contra a violência aos idosos e as idosas, sedimentadas em organismos formais como Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como, Estatutos e Normas jurídicas, mas é preciso que se cumpra a lei e se crie uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos.

4 CONCLUSÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial em que o Brasil está inserido, resultante de vários fatores, dentre eles a queda das taxas de fecundidade e a redução da mortalidade nas pessoas idosas, com destaque para as mulheres, ocorrendo o que estudiosos definem como feminização da velhice.

Contudo, é necessário refletir sobre a qualidade do “viver mais”, tendo em vista, que historicamente as mulheres foram expostas a condições de subalternidade e violência decorrentes do sistema patriarcal nas sociedades de classe, como símbolo de dominação masculina, que determina a sujeição das mulheres aos homens, e a restrição efetiva ao exercício do direito.

A violência contra a mulher deve ser tratada de forma específica. Identificar que essa violência está diretamente relacionada à questão de gênero e reconhecer que, em se tratando de um problema social sistêmico, o estado deve intervir através da formulação e implementação de políticas públicas que se estruturam e articulam em rede para cumprir, de forma mais efetiva, o que apregoa a Constituição Federal de 1988, qual seja, a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, além de ações substanciais que contribuam para mudanças sobre a visão de mulher como propriedade do homem.

Essas reflexões são resultados de estudos anteriores sobre a questão de gênero e a violência contra mulher, que temos discutido e que vem se conformando há algum tempo, sobretudo durante a elaboração da dissertação de mestrado em políticas públicas. Porém ainda preliminares, dada à complexidade do objeto. Não se tem a pretensão de esgotar a temática, apenas dar-lhe destaque e contribuir com o seu debate.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso. Lafer. - 10.ed. -- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kühner. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm. Acesso em 02 de dezembro 2020.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso** e dá outras providências. 4. Ed. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, DF Brasília, 2010.

CALDAS, L. S.; FORTALEZA, K. R.; SILVA, P. V. C.; BRITO, L. M. O.; CHEIN, M. B. C.; VASCONCELOS, C. B. **Violência contra a mulher idosa**: vozes silenciadas. *Geriatrics & Gerontology*. 2008;2(4):167-175

CFESS Conselho Federal de Serviço Social. Violência contra a pessoa idosa. In: **CFESS MANIFESTA**. Junho de 2009

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política – 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 53-63.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivitização do envelhecimento**. Ed. Edusp/Fapesp, São Paulo, 1999. 266pp.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade, pp. 49-67. In Lins de Barros MM (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula; BRITO, Denise Orbanje de. Representações da violência intrafamiliar por idosos e idosos. In: **Ser Social**, Brasília, N. 21, pp. 105-142, jul/dez 2007

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 11/12/2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2016**: população idosa cresce 16,0% frente a 2012 e chega a 29,6 milhões. Agência IBGE: Estatísticas Sociais, 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18263-pnad-2016-populacao-idosa-cresce--16-0-frente-a-2012-e-chega-a-29-6-milhoes>. Acesso em 17.12.2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Múltiplas faces da violência contra a pessoa idosa In: **Revista A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento**. Volume 25. Número 60, Julho de 2014: pp. 10-27

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idoso: relevância para um velho problema. In: **Cadernos Saúde Pública**. 2003; 19(3): 783-91.

MIRANDA, Danilo Santos de: **As várias faces da violência**, jul/2014).

MOLINIER, Pascale, WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Helene, SENOTIER, Daniele (org). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MOTTA, Alda Britto da. Violência contra as mulheres idosas: questão de gênero ou de gerações? **XI Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste**. Universidade Federal de Sergipe, agosto de 2003.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: **Cadernos Pagu**. Número13, 1999: pp.191-221

NASCIMENTO, Cidianna Emanuely Melo do. **No compasso da terceira idade: idosas no PTIA produzindo sentidos para a velhice**. Dissertação de Mestrado. PPGANT /UFPI, Terezina, 2015. 151 p.

GUIMARÃES, A. P. S.; GÓRIOS, C.; RODRIGUES, C. L.; ARMOND, J. E. Notificação de violência intrafamiliar contra a mulher idosa na cidade de São Paulo, Rev. **Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2018

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**; tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **O modelo predominante de masculinidade em questão**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): 2010.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica** - TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 29 de novembro 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. TRADUÇÃO: Guacira Lopes Louro. Educação e realidade, 1995.

SERRA, Jacira do Nascimento; DIAS, Marly de Jesus Sá. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NA VELHICE: reflexões sobre os interesses na pauta do PAISM. **II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, agosto de 2005.

(https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5661:folha-informativa-envelhecimento-e-saude&Itemid=820 ACESSO EM 14/12/2020)

Capítulo 6
HIP-HOP COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA DA
JUVENTUDE PERIFÉRICA

Fernanda do Socorro Pinheiro de Souza
Dayse dos Santos Saraiva
Eliany Cristina dos Santos Fonseca



HIP-HOP COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE PERIFÉRICA

Fernanda do Socorro Pinheiro de Souza¹²

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará

Dayse dos Santos Saraiva¹³

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará

Eliany Cristina dos Santos Fonseca¹⁴

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática da juventude e violência urbana e os mecanismos de resistência desenvolvidos pelos jovens para o enfrentamento à violência que se faz presente no cotidiano das periferias, em especial, no bairro periférico do Guamá, Belém-Pa. O objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar os mecanismos de resistência desenvolvidos pelo grupo de hip-hop Sheknáh Crew ao enfrentamento da violência cotidiana na periferia de Belém. A metodologia utilizada para compreender a temática deu-se a partir método dialético proposto por Marx. Verificou-se mediante os resultados obtidos que as formas de enfrentamento à violência cotidiana contra as juventudes desenvolvidas pelos jovens do grupo de hip-hop Sheknáh Crew são: o fortalecimento da cidadania; os constantes diálogos para a conscientização da realidade e consequência da violência; o incentivo à participação política diária; a potencialização de habilidades técnicas com a dança; e o incentivo à formação escolar e à formação profissional.

Palavras-chave: Juventudes. Resistência. Hip-Hop.

This research addresses the theme of youth and urban violence and the resistance mechanisms developed by young people to face the violence that is present in the daily life of the suburbs, especially in the peripheral neighborhood of Guamá, Belém-Pa. The general objective of the research was to investigate the mechanisms of resistance developed by the hip-hop group Sheknáh Crew to confront everyday violence in the outskirts of Belém. The methodology used to understand the theme was based on the dialectical method proposed by Marx. It was verified through the obtained results that the ways of confronting the daily violence against the youths developed by the youngsters of the hip-hop group Sheknáh Crew are: the strengthening of

¹² Bacharel em Serviço Social fehsouza18@gmail.com

¹³ Bacharel em Serviço Social 30daysesaraiva@gmail.com

¹⁴ Bacharel em Serviço Social santos_eliany@hotmail.com

citizenship; the constant dialogues to raise awareness of the reality and consequences of violence; the encouragement of daily political participation; the enhancement of technical skills with dance; and encouraging school and professional training.

Keywords: Youths. Resistance. Hip-Hop.

1 INTRODUÇÃO

A construção do artigo se deu a partir da inquietação sobre parte da juventude que reside na periferia, mas não se envolve na criminalidade. Observa-se ainda a necessidade de compreender os mecanismos de resistência desenvolvidos por essa juventude, mediante a amostra dos jovens participantes do Grupo de *Hip-hop Sheknáh Crew* no bairro do Guamá.

A metodologia da pesquisa norteou-se pelo método dialético proposto por Marx, o qual busca compreender o movimento da realidade a partir da ótica de contradição existente nos fenômenos (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34). Marx pressupõe que para a dialética as leis do pensamento condizem com as leis da realidade. Portanto, a dialética não se define apenas como pensamento, pois é pensamento e realidade simultaneamente.

2 JUVENTUDES E PERIFERIA

Segundo Santos (2007) “a periferia passa a ser entendida [...] como locus da segregação imposta às classes pobres”. Ao se tratar de participação social e política, percebe-se que o público jovem da periferia vive uma realidade de exclusão e discriminação.

Para Castro e Abramovay (2002), a estigmatização de jovens moradores desses espaços é real, pois cotidianamente no imaginário popular e por meio da mídia, a região periférica é relacionada à violência, miséria e criminalidade. Isso permite que o olhar sobre as juventudes residentes desses espaços seja discriminatório e marginalizador, inclusive, por parte de quem deveria promover a segurança da sociedade, entretanto muitas vezes externaliza o preconceito devido a construção de estereótipos, como são os casos de policiais que recorrentemente submetem jovens à diversos tipos de violência, inclusive à violência física, tão somente por serem

jovens, negros, por terem estilo próprio e/ou simplesmente por serem considerados fora dos padrões.

A falta de oportunidade profissional também deve ser considerada, pois permite que ocorra o envolvimento de grande parte dos jovens com o tráfico, tanto para a busca de poder aquisitivo, quanto para a construção identitária, permitindo que se vejam como personagens principais/mentores de suas histórias de vida, já que nesses espaços lhes é conferida a sensação de poder e por vezes é a única opção oferecida para realizarem/sentirem algo dessa natureza. A ausência do poder público contribui para que o tráfico, de maneira cômoda recrute as juventudes e torne-se para ela, a única referência de poder, oportunidades e proteção.

A estigmatização contra as juventudes periféricas agregada à falta de oportunidades leva os jovens a somarem drasticamente como vítimas nas estatísticas de violência do país. Os índices de morte de jovens por arma de fogo, por exemplo, têm sido alarmantes, de acordo com o Mapa da violência (WAISELFISZ, 2016, p.49), que aponta um aumento de 699,5% de mortes de jovens num quadro comparativo entre os anos de 1980 e 2014. A maior parte dessas mortes ocorrem nas periferias, entre jovens negros, pobres, de baixa escolaridade e do sexo masculino (CERQUEIRA 2017, p. 30).

Considerando que os jovens do Brasil sofrem com a falta de reconhecimento nos âmbitos social, cultural, político e profissional, é possível inferir que, para as juventudes periféricas, esse não reconhecimento é ainda mais acentuado, devido estarem inseridas numa sociedade seletiva e discriminatória e por estarem mais distante do olhar do Estado em comparação a outras juventudes.

Falar sobre o Estado implica entender a importância do seu papel no que tange às vivências dos jovens das periferias e o acesso ou não dos mesmos aos direitos. Conceituá-lo é analisar aspectos distintos que envolvem o contexto histórico, ou seja, existem definições diferentes para essa categoria analítica. É necessário frisar que para Pereira "[...]existem diferentes e competitivas doutrinas, teorias ou concepções sobre o Estado e suas relações com a sociedade, bem como sobre a sua índole e função social" (PEREIRA, 2002, p. 26).

Segundo Pereira (2002, p. 26), "o Estado não é um fenômeno unívoco, isto é, igual ou idêntico em todos os momentos históricos e em todos os contextos socioculturais e por isso, não se expressa um conceito universal e absoluto". Ou seja,

é necessário observá-lo enquanto algo em constante movimento em seu contexto societário e histórico como já mencionado.

Pereira destaca que para compreender os aspectos do Estado é necessário observar que

[...] o Estado não é um fenômeno dado, aistórico, neutro e pacífico, mas um conjunto de relações criado e recriado num processo histórico tenso e conflituoso em que grupos, classes ou frações de classes se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses particulares. É por isso que se diz que o Estado é uma arena de conflitos de interesses (PEREIRA, 2002, p. 26).

Desse modo compreende-se por qual razão o Estado não se propõe a efetivar ações voltadas para as juventudes, sobretudo às juventudes periféricas que são constantemente marginalizadas pela lógica excludente que a sociedade busca manter de maneira proposital. O Estado é perpassado por interesses e a conjuntura brasileira foi historicamente favorável às elites, ou seja, é a partir de tal aspecto que se observa a perpetuação das desigualdades nos dias atuais.

3 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA JUVENIL

A ausência do Estado configura uma forma de violência, sendo esta a violência estrutural, que também se reflete em todos os segmentos da sociedade de forma tão cruel quanto a violência física, a qual não permite a materialização das políticas públicas, pois é pela via dessas políticas que são garantidos os direitos à sociedade civil. Apesar de o autor da violência ser quase invisível, ele é identificável - é o Estado - e revela-se no âmbito constitucional, econômico e político, por meio da negação de direitos básicos como saúde, educação, emprego etc., distribuição de renda desigual; ausência de proteção social; pessoas em situação de rua; exclusão e desigualdade social; exploração dos trabalhadores; e até mesmo no ocasionamento de mortes de indivíduos do segmento mais empobrecido da sociedade. Em outras palavras, a violência estrutural viola a dignidade humana impossibilitando a reprodução social e econômica dos indivíduos.

O conceito de violência estrutural foi criado pelo pesquisador Johan Galtung em 1969. Trata-se de uma violência na qual não há autor visível, contudo pode causar consequências danosas, tanto quanto nos casos em que o agente violentador é identificável, consequências como manipulação, violência física e violência letal. Para o pesquisador “talvez não haja nenhuma pessoa que diretamente cause danos a outra

na estrutura. A violência é embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e consequentemente como chances desiguais de vida” (GALTUNG, 1969, p. 171 apud ALENCAR).

Compreender o processo de violações que, pelo menos uma parcela da sociedade encontra-se acometida, está ligado diretamente à necessidade de observar as periferias e os impactos das diversas formas de manifestações da violência estrutural que a mesma sofre, ou seja, abordar a violência estrutural e seus impactos nas periferias é necessário para a melhor compreensão dos processos históricos de negação de direitos.

Ao limitar o acesso aos direitos básicos o Estado e seus aparelhos de coerção subjugam os indivíduos, negando a eles a cidadania plena. Os sujeitos encontram-se condicionados dentro de uma lógica de subcidadania, em que os deveres são colocados em uma posição de superioridade em relação aos direitos. Os indivíduos que vivem em condições de subalternização social são hierarquizados de modo que permitem, de maneira imperceptível, a ocorrência da manutenção dos processos de violência estrutural, enquanto são alienados de sua real posição e condição na sociedade, sofrendo segregação e criminalização da pobreza.

Segundo Dayrell e Gomes (2009, p. 2), infelizmente, nesse contexto, o jovem recebe destaque de maneira negativa, apenas como alvo de polêmicas, sendo visto como um problema para a sociedade e para o Estado. Apesar de as juventudes também ocuparem o lugar de vítimas, no que diz respeito ao cenário de violência no país, Castro e Abramovay (2002, p. 146), baseadas em Bourdieu (2001), discorrem sobre a vulnerabilidade positiva, a qual ocorre quando há a tomada “de consciência de violências simbólicas”. Acontece quando as realidades vulneráveis experimentadas pelas juventudes produzem um pensamento crítico, conduzindo o jovem a pensar em uma possível saída, em uma solução como forma de resistência, que não seja pela via da violência.

Apesar de as juventudes também ocuparem o lugar de vítimas, no que diz respeito ao cenário de violência no país, Castro e Abramovay (2002, p. 146), baseadas em Bourdieu (2001), discorrem sobre a vulnerabilidade positiva, a qual ocorre quando há a tomada “de consciência de violências simbólicas”. Acontece quando as realidades vulneráveis experimentadas pelas juventudes produzem um pensamento crítico, conduzindo o jovem a pensar em uma possível saída, em uma solução como forma de resistência, que não seja pela via da violência.

Esteves e Abramovay (2007) destacam também que as análises realizadas sobre as juventudes são em geral superficiais, não considerando o pensamento crítico ou os aspectos culturais. Ainda apontam que os jovens estariam se interessando mais por políticas identitárias, como forma de participação, do que pelas políticas convencionais propostas pelo Estado ou por políticas partidárias. Contrário ao Governo, o campo cultural e artístico vem ganhando cada vez mais força e despertando o interesse dos jovens, por apresentarem respeito à diversidade, como é caso do movimento *hip-hop* que atrai a atenção das juventudes nas periferias das grandes cidades brasileiras. Desse modo a participação dos jovens pode ser interpretada “como inserção política que busca lutar contra a desigualdade social, a estigmatização dos jovens negros e favelados, o racismo e a violência contra moradores das periferias” (MAYORGA, 2011, p. 32), e ainda “há correntes no *hip-hop* que se destacam pela crítica social e condenação da violência e do racismo” (CASTRO; VASCONCELOS, 2006, p.103).

A participação política e social refere-se à construção do pertencimento à coletividade, e por meio da arte, do esporte, do trabalho voluntário, etc., as juventudes têm se encontrado, nesses espaços devido a não institucionalização dos movimentos (exemplos de movimentos institucionalizados: movimento estudantil, sindicato e partidos políticos), embora Carrano (2012, p. 93) chame a atenção para o cuidado de não desvalorizar tais espaços, por ainda assumirem um lugar de importância no meio político e orientar ao questionamento do modelo institucionais colocado, mostra que o surgimento de novos espaços de debates são reais e reconfiguram o cenário de participação juvenil:

Do ponto de vista dos vetores predominantes na contemporaneidade, a participação juvenil é marcada pela emergência de diferentes coletivos de identidade que se afastam das formas e conteúdos clássicos de participação e militância e se orientam para o simbólico, o corpóreo, o cultural e as demandas do cotidiano. Este é um traço nítido de reconfiguração do campo da participação juvenil. As “clássicas” formas de participação feitas em agremiações estudantis e partidos políticos ainda possuem significado na arena pública, entretanto, elas co-habitam com novas formas e conteúdos de associativismo juvenil. (CARRANO, p. 94, 2012).

Desse modo destaca-se diferentes maneiras de realizar a participação social, inclusive por meio da cultura. Historicamente o movimento (para alguns autores é caracterizado como movimento cultural) *Hip-Hop* resiste aos constantes ataques e violações impostos por alguns dos braços do Estado, por essa razão o artigo busca

evidenciar de que maneira o movimento promove a participação dos jovens no processo de resistência.

4 CULTURA

Para se discutir o termo cultura, deve-se ter em mente a humanidade em toda sua riqueza e formas de se manifestar, já que a cultura expressa as realidades existentes e as características que unem e diferenciam os agrupamentos humanos. A cultura é tudo aquilo que caracteriza uma população humana, por exemplo, a religião com suas lendas e crenças; as manifestações artísticas, como as músicas e as danças; a educação; as vestimentas; as comidas; conhecimentos; comportamentos etc. Considerando as distintas definições do que se compreende por cultura.

Historicamente alguns segmentos sociais foram marginalizados em detrimento de outros. Pensar na cultura implica diretamente em observar como a mesma pode sofrer estigmas, dependendo do segmento social que origina suas raízes. Considera-se que existe o embate entre as culturas elitistas, orientadas pela classe dominante, e as múltiplas formas de ressignificação do que se entende por cultura, realizadas por segmentos subalternizados socialmente, ocorrendo a luta por poder e espaço dentro da sociedade. Os embates a respeito da cultura são presentes ao longo da história.

A Declaração Universal a respeito Diversidade Cultural define em seu artigo 5ª os direitos culturais enquanto:

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, os quais são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como são definidos no artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos artigos 13º e 15º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Qualquer pessoa deverá poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que desejar e, em particular, na sua língua materna; qualquer pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; qualquer pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer as suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Os direitos culturais são transversais aos direitos humanos, tendo em vista os aspectos correspondentes ao respeito pelas práticas de criação cultural, assim como o respeito pela identidade cultural. Além de tais aspectos, os direitos culturais pressupõem o respeito pelas liberdades fundamentais, ou seja, a cultura pode configurar-se enquanto efetivadora dos Direitos Humanos.

5 HIP HOP

Movimento conhecido como *Hip Hop* teve sua gênese no bairro do *Bronx*, subúrbio dos Estados Unidos da América. O local aglutinava negros, jamaicanos e latinos, que viviam dentro do contexto de pós-industrialização. Logo, o desemprego estrutural proporcionou a constituição de um cenário composto por desigualdades e negação de direitos. Essa conjuntura “acentuou as diferenças sociais, elevou a discriminação racial e favoreceu o acesso à criminalidade e às drogas” (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2008, p.17).

O *Hip Hop* possui como características principais a subversividade, o compromisso social, sobretudo com os membros da classe subalterna. A união entre cidadania e arte possui como elementos o *Dj* e o *Rap* (*rhythm and poetry*, ou “ritmo” e “poesia”), *Grafite* e *Break Dance*. Tais aspectos são difundidos dentro do movimento, que tem como criador Afrika Bambaataa, responsável pela criação da *Universal Zulu Nation*, organização que aborda as temáticas acerca do *Hip Hop*, para César Alves a origem se deu:

Segundo a Universal Zulu Nation (maior organização de Hip Hop no mundo, representada em nosso país pela Zulu Nation Brasil, que tem King Wino Brown como seu representante), o nascimento oficial do movimento data de 12 de novembro de 1974, exatamente um ano após a fundação da Zulu Nation. A expressão Hip Hop teria sido cunhado também por Bambaataa ainda em 1968 para descrever o movimento de ‘balançar os quadris’ durante a dança (ALVES, 2004, p. 11).

É nesse contexto que o *Hip-hop* lança suas bases, tendo como características os aspectos mencionados acima. Percebe-se que o movimento é uma maneira que os moradores dos guetos construíram para manifestar os processos de negação de direitos que os mesmos sofriam. O movimento de *Hip-hop* não pode desligar-se dos aspectos correspondentes à resistência, denúncia e ao conteúdo de crítica social. É necessário ressaltar que no *Hip-Hop* existem alguns elementos que o integram como: *Rap*, *grafite*, *Break Dance*, todos esses compõem a construção de identidade do movimento. O artigo traz a relação do *Break Dance* como forma de resistência à violência.

O *Breaking* teve um papel muito importante, sobretudo na década de 1970, dentro do movimento *Hip-hop*, no que tange a preservação da cultura que o movimento se propõe a difundir. Atualmente o *Break Dance* tem grande popularidade no cenário Nacional, com grandes campeonatos, entre eles o “Quando as Ruas

chamam” que ocorre em Brasília e o “*Master Crews*” que ocorre em São Paulo. Os eventos possibilitam a visibilidade internacional para os participantes, ainda que ocorra a marginalização dos mesmos por uma parcela da sociedade que fundamenta e promove a manutenção dos ideais elitistas e consequentemente excludentes.

6 SHEKNAH CREW E RESISTÊNCIA

O grupo de *Hip-Hop Sheknah Crew* surgiu no ano de 2006, no bairro do Guamá, originado no âmbito religioso. Foi fundado por Francinei Damasceno conhecido no movimento *Hip-Hop* como NeySheknah, o qual atua como coordenador até a atualidade. NeySheknah atua no movimento como arte educador, produtor, *bboy*, coreógrafo, *Dj*, entre outras atribuições. Motivado pela necessidade de querer transmitir seus conhecimentos a respeito da dança para as futuras gerações, deu início a um pequeno projeto que agregava crianças e jovens da igreja em que atuava.

Ao longo do artigo foi trabalhado como a violência se manifesta de diversas maneiras, sobretudo nos bairros periféricos. O bairro do Guamá, local onde o *Crew* se originou e desenvolve suas atividades, é um bairro da periferia de Belém-PA onde os direitos são negados aos indivíduos propiciando que a violência se manifeste de formas distintas, Chagas em suas palavras evidência:

Podemos apontar diversos fatores dentro do espaço urbano que podem contribuir para o aumento da violência, como exclusão social, pobreza e favelização, que se apresentam intensamente em áreas periféricas, desvalorizadas e abandonadas pelo poder público, tornando assim o ambiente propício para difusão e estabelecimento da criminalidade (CHAGAS, p. 188, 2014)

De acordo com a citação nota-se que o aumento da violência está ligado diretamente à negligência do poder público para com os bairros periféricos. É necessário compreender o contexto em que o Grupo *Sheknah Crew* se originou, para entender seu grau de importância para a comunidade do bairro em que está instalado. Em rápida análise, podemos perceber que a evolução dos homicídios no Pará aumentou nos últimos dez anos. Segundo o Atlas da violência (CERQUEIRA 2017, p. 67), o estado amarga a 4ª posição na lista das 07 Unidades Federativas com maiores taxas de homicídios no país. São 53,4 mortes para cada 100 mil habitantes. Belém também apresenta dados elevados, tendo registrado 875 homicídios em 2015, o que representa 60,8 homicídios por 100 mil habitantes. É nesse cenário que segundo o *Bboy Kave* o *hip-hop* se insere de forma transformadora:

“O movimento hip-hop atua mais nas periferias mesmo, uma maneira de resistência, é uma maneira, tipo, da gente ‘tá’ educando, e reeducando crianças, jovens, adolescentes, de todas as idades. Acho que o hip-hop ‘tá’ onde ele precisa ‘tá’, que são nas periferias, como projetos que a gente tem. O Hip-hop consegue mudar a vida das pessoas totalmente em termos de pensamento político, maneira de se vestir, maneira de comer, valores de vida, como dialogar” (Bboy Kave) 52.

A partir das palavras do *Bboy*, constata-se a relação de cidadania do *hip-hop* com os bairros periféricos. Para ele há uma relação de resistência pela forma como o movimento atua nessas regiões. O bairro do Guamá é permeado por questões que perpassam as diversas formas de manifestar a violência, entre tais maneiras de sofrer com a violência se encontram as chacinas que têm se manifestado com mais recorrência na periferia do Guamá, causando medo e insegurança, reforçando o estereótipo de marginalização e periculosidade do bairro, o que permite o olhar discriminatório generalizado para o público residente da periferia. Desse modo, verifica-se que o *Hip-hop*, além de ser um movimento de resistência dentro da lógica excludente que a sociedade impõe para um determinado segmento social, promove o fortalecimento da cidadania, que no cenário nacional se destaca por sua fragilização.

É possível notar, o *Crew* busca fortalecer a resistência à violência por meio da potencialização de várias dimensões, como a dimensão educacional, a dimensão profissional, a dimensão política (por meio da participação), a socialização – a qual potencializa os indivíduos para a atuação política –, a promoção da cidadania, etc. Essas dimensões, ao serem fortalecidas instrumentalizam e qualificam os sujeitos para o enfrentamento à violência cotidiana presente na periferia. Por meio desses dez mecanismos desenvolvidos pelo Grupo *Sheknáh Crew*, podemos afirmar que ele gera um impacto positivo na vida do público infanto-juvenil o qual alcança e da comunidade onde está instalado, pois, vai contra a imposição exercida pelo capitalismo.

7 CONCLUSÃO

Na discussão apresentada sobre juventudes e periferia, Santos (2007) aponta que a realidade das juventudes periféricas é de exclusão e discriminação no tocante à participação social e política. Castro e Abramovay (2002) reforçam essa concepção ao apresentar o olhar estigmatizador de grande parte da sociedade sobre a periferia, como um espaço violento, marginal, miserável e criminoso. Essa ideia é diariamente fortalecida pela mídia. Foram expostos dados do Mapa da violência (2016, p. 49) sobre

a elevação alarmante de mortes por armas de fogo no Brasil, em que a maioria ocorre nas periferias, entre jovens negros, pobres, de baixa escolaridade e do sexo masculino (CERQUEIRA 2017, p. 30). Dessa forma, percebe-se que os rebatimentos da negação de direitos às juventudes são refletidos de maneira mais cruel e intensa sobre as juventudes periféricas.

A falta de políticas públicas para o público jovem aumenta o grau de vulnerabilidade dos mesmos e os torna “presas” fáceis para a criminalidade, propiciando o acréscimo nos dados estatísticos de violência no país. Entretanto, a juventude inserida no grupo *Sheknáh*, diante do contexto de negação de direitos, desenvolve o pensamento crítico e busca resistir a essa realidade por outras veredas. Há relação direta entre a promoção e negação de políticas públicas e a resistência à violência urbana, uma vez que a violência estrutural nega e viola direitos em virtude da ausência do Estado e oportuniza a ampliação da violência urbana havendo assim a necessidade de resistência das juventudes. Essa resistência juvenil se apresenta por meio da arte, do incentivo à leitura, da cultura, das campanhas de promoção à paz, da escolarização, etc., propostas por jovens, para alcançar outros jovens.

Diante da reflexão teórica realizada neste trabalho, foi possível analisar a realidade das juventudes periféricas, em especial, as juventudes do bairro do Guamá por meio dos jovens presentes no grupo de *hip-hop Sheknáh Crew*; a relação resistência e violência cotidiana no bairro; e a existência de políticas públicas específicas para este público. Constata-se que embora a Política Nacional de juventude e o Estatuto da Juventude representem um avanço na legislação brasileira ao estabelecer garantias e direitos fundamentais a todos os jovens e adolescentes com idades entre 15 e 29 anos, ainda há muitos aspectos e direitos a serem alcançados. Falta também o real interesse do Estado para a efetivação e promoção de políticas que contemplem as juventudes em suas subjetividades e valorize suas opiniões, a fim de empoderá-las e lhes dar condições reais para que protagonizem suas histórias.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mirela Nogueira de. **Violência estrutural e a operacionalização da paz no Haiti: uma análise a partir do indicador de pobreza**. Curitiba-PR. [S.I.]
ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A violência**

estrutural. SEPA. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica. v. 11, p. 1-11, 2007.

ALVES, César. Pergunte a quem conhece: Thaíde. São Paulo: Labortexto Editorial, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS Augusto. **Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade**: explorando dados e questionando interpretações. 1 ed. Brasília: MEC, 2006.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência**. p. 32. 2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência**. p. 25, 30, 55. 2017.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém**, 2014. Disponível em Boletim Amazônico de Geografia, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, jan./jun. 2014.

DAYRELL, J.T.; GOMES, N.L. **A juventude no Brasil**. Belo Horizonte: Observatório da juventude, 2009. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/objuventude/textos/SESI>. Acesso em: 25. Mar. 2019.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam (Orgs.). **Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas in Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Unesco 2007.

LEAL, Sérgio José de Machado. **Acorda hip-hop: despertando um movimento em transformação**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

MAYORGA, Cláudia. Juventude e Participação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2011.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PEREIRA, P. A. P. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A.P. **Política Social e Democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale; 2013.

SANTOS, R. O. **Periferias urbanas**: ensaio de síntese da produção teórica brasileira. In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2007, Florianópolis. Anais...Comissão Organizadora do X SIMPURB, 2007. 1 CD-ROM.

SOUZA, Jusamara; FIALHO, Vania; ARALDI, Juciane. **Hip Hop da rua para escola**. Porto Alegre, Sulina, 2008.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em:<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf>. Acesso em 19 Abr. 2019

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: Tabela 3.1.2 - Taxas de óbito (por 100 mil) por AF na população total. UF e Região. Brasil. 2002/2012. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, p. 31, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: homicídios por armas de fogo nos municípios: idade das vítimas. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, p. 49, 2016.

Capítulo 7
**UMA ANÁLISE DO PAPEL DA COMISSÃO
PASTORAL DA TERRA (CPT) NO COMBATE AOS
CONFLITOS NO CAMPO MARANHENSE**

Anna Beatriz Correa Rodrigues

Elane Rodrigues Sousa

Júlia Beatriz Ribeiro Santos

Karla Byanca Carvalho Ferreira

Luciana Raquel Moraes Pereira



UMA ANÁLISE DO PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO COMBATE AOS CONFLITOS NO CAMPO MARANHENSE

Anna Beatriz Correa Rodrigues

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos
Humanos e Políticas Públicas (GDÉS); E-mail: rodrigues.anna@discente.ufma.br*

Elane Rodrigues Sousa

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-
mail: elane.rodrigues@discente.ufma.br*

Júlia Beatriz Ribeiro Santos

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-
mail: julia.beatriz@discente.ufma.br*

Karla Byanca Carvalho Ferreira

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos
Humanos e Políticas Públicas (GDÉS); E-mail: karla.byanca@discente.ufma.br*

Luciana Raquel Moraes Pereira

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos
Humanos e Políticas Públicas (GDÉS); E-mail: luciana.raquel@discente.ufma.br*

Resumo: O artigo discute os conflitos fundiários existentes no campo maranhense e o papel desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT no enfrentamento aos problemas decorrentes da problemática da propriedade da terra e seus dobramentos expressos na questão agrária. Aponta que existe uma situação de disputa pela terra onde os pequenos produtores rurais se constituem minorias e estão expostas as ações dos grandes latifundiários que contam com o apoio do Estado para impor a sua lógica de obtenção do lucro no processo de exploração da terra. Destaca o protagonismo histórico da CPT no enfrentamento aos conflitos de terra existentes

no Maranhão e no apoio aos camponeses envolvidos neles, visando a afirmação de seus direitos enquanto trabalhadores rurais que vivem da pequena produção camponesa. Assim, reitera-se o quanto os vastos segmentos de trabalhadores e suas famílias estão inseridos na luta pela posse e permanência na terra em vários estados brasileiros, em particular no Maranhão e estes(as) trabalhadores(as) vivem em um cenário de intensos e crescentes conflitos, incertezas e violências, e muita desproteção. Este texto resulta de um trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida no âmbito de uma disciplina cursada pelas autoras na graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão e teve como foco de investigação a discussão do papel da Comissão Pastoral da Terra no apoio aos camponeses maranhenses envolvidos nos conflitos fundiários.

Palavras-chave: CPT. Conflitos no Campo. Trabalhadores Rurais. Terra.

Abstract: The article discusses the existing land conflicts in the countryside of Maranhão and the role played by the Pastoral Land Commission - CPT in facing the problems arising from the problem of land ownership and its folds expressed in the agrarian question. It points out that there is a situation of dispute over land where small rural producers are minorities and the actions of large landowners who rely on the support of the State to impose their logic of obtaining profit in the process of exploring the land are exposed. It highlights the historical role of the CPT in confronting the existing land conflicts in Maranhão and in supporting the peasants involved in them, aiming at the affirmation of their rights as rural workers who live on small peasant production. Thus, it is reiterated how much the vast segments of workers and their families are inserted in the struggle for possession and permanence in the land in several Brazilian states, in particular in Maranhão and these workers live in a scenario of intense and growing conflicts, uncertainties and violence, and a lot of lack of protection. This text is the result of a bibliographic and documental research work, developed within the scope of a discipline taken by the authors in the graduation in Social Work at the Federal University of Maranhão and had as research focus the discussion of the role of the Pastoral Land Commission in supporting peasants people from Maranhão involved in land conflicts.

Keywords: CPT. Conflicts in the Field; Rural Workers; Earth.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta de um trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida no âmbito de uma disciplina cursada pelas autoras na graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão e teve como foco de investigação a discussão do papel da Comissão Pastoral da Terra no apoio aos camponeses maranhenses envolvidos nos conflitos fundiários. Destaca o protagonismo histórico desta entidade que nasce num contexto sociopolítico onde emergem vários movimentos sociais em prol da democracia, como a Central Única dos Trabalhadores, Partido dos Trabalhadores, Movimento Contra Carestia, e também quando parte da população se mostrava insatisfeita com a política agrária existente.

Desse modo, a Comissão Pastoral da Terra mesmo não sendo um movimento social, surgiu no seio deles.

Têm-se que apesar de ser genuinamente católica, a CPT possui um caráter ecumênico e busca atender as parcelas mais desfavorecidas da sociedade, grupos que se encontravam em situação de extrema precariedade em suas condições de trabalho.

Vamos evidenciar que ainda durante a ditadura a CPT se colocava contra o autoritarismo do governo. Inicialmente a sua sede se localizava na região amazônica e assumia a defesa dos direitos dos posseiros e indígenas. Daí em diante, passaram a beneficiar também os quilombolas, sem-terra, mulheres, entre outros, intervindo na luta pelos direitos humanos, pela água, justiça e paz (CPT, 2010).

É fato que ao longo do seu processo de construção histórica a CPT tem reforçado às denúncias com relação à exploração exacerbada dos recursos naturais, visto que esse problema contribui para a “pauperização” dos países de Terceiro Mundo. Além disso, é importante ressaltar, que o objetivo da Comissão da Pastoral da Terra - CPT, é trabalhar em prol dos trabalhadores do campo sendo presente na dinâmica que vivenciam, agindo diretamente na luta dos direitos básicos humanos desses camponeses.

Ademais, no caso específico do campo sabemos que o desenvolvimento da agricultura familiar, contribuiu para intensificar os conflitos pela terra no Maranhão em face da concentração fundiária que favorece o enriquecimento de poucos.

Nesse processo de disputas, a CPT sempre buscou dar suporte aos trabalhadores rurais combatendo às diversas formas de exploração, inclusive, se posicionando com relação ao trabalho escravo, algumas vezes sendo oposição, dentro dos municípios do Estado.

É do protagonismo histórico desta importante entidade que luta em defesa dos trabalhadores rurais no contexto maranhense, que trata o presente artigo. Para tanto ele está organizado, além desta introdução em mais dois itens. O primeiro que traz um resgate histórico da CPT situando-a na particularidade da dinâmica da vida social brasileira e maranhense e o segundo que analisa a situação dos conflitos existentes no campo maranhense em razão da disputa e em torno da ocupação da terra com destaque para o papel da CPT enquanto entidade que presta apoio à luta dos camponeses pela afirmação de seus direitos enquanto trabalhadores rurais que vivem

da pequena produção camponesa. Finaliza com as considerações finais e as referências citadas.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA CPT

No Brasil o processo de concentração fundiária não é um fator recente e está relacionado com a formação histórica da sociedade brasileira, ou seja, está atrelado ao Brasil colônia em que a monocultura e a plantation foram às bases da economia colonial.

Nesse sentido, evidencia-se que um marco importante desse processo se localizada no período pós-abolição da escravidão e se expressa na Lei de Terras de 1850 que se constituiu um mecanismo que favoreceu a restrição do acesso à terra de segmentos da população e também dos recém libertos escravos.

De acordo com Fernandes

Desde 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários. As terras que não foram cercadas, deveriam ser devolvidas ao governo, daí o termo terras devolutas. Dessa forma, a propriedade da terra só seria possível por meio da compra em dinheiro. (FERNANDES, 2001, p. 29)

Sobre a questão da falta de liberalização da terra no contexto da “abolição da escravidão” e os agravantes disto para a sociedade brasileira, Pochmann (2010, p.42), diz que:

[...] o caráter longo da sociedade agrária no Brasil trouxe consequências negativas inegáveis à transição para a sociedade urbano-industrial. Combinado com o exercício plutocrático do poder, o Estado de então servia fundamentalmente aos interesses da aristocracia agrária, incapaz de atender à agenda social em formação [...]. Com políticas governamentais descomprometidas de uma agenda social, o Estado mínimo permitiu que o país seguisse convivendo com brutal desigualdade interna, desfocado, inclusive, de ações orientadas ao desenvolvimento urbano e industrial. (POCHMANN, 2010, p.42)

Como podemos constatar, a questão da falta de liberalização da terra associada a outras medidas, inclusive um efetivo processo de intervenção do Estado no sentido de equacionar as desigualdades, favoreceu a crescente desigualdade de vastos segmentos da população e, no caso da terra, o avanço dos grandes latifúndios.

Cabe, no entanto, destacar que no decorrer desse processo histórico surgiram movimentos sociais que lutavam pela consolidação do direito à terra, desde então várias entidades representativas dos interesses dos trabalhadores do campo tem verbalizado esta questão para a sociedades brasileira.

Dentre estes movimentos podemos citar as ligas camponesas que tiveram início na década de 1950 e tinham por objetivo a formação da aliança entre proletariado e camponês contra a expansão do latifúndio. Naquele contexto, as ligas camponesas se expandiram por todo o Brasil reivindicando a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores no campo.

Entretanto, os movimentos dos trabalhadores do campo assim como muitos outros que estavam na cena pública brasileira nos anos que antecederam ao Golpe de Estado de 1964, foram sufocados e desarticulados pelos processos de repressão que foram instaurados a partir do Golpe. No caso específico dos movimentos camponeses o processo se efetivou através da violência e repressão deflagrada no meio rural que contou com o auxílio dos grandes latifundiários.

Dessa maneira, a política agrária no período da Ditadura se voltou para a consolidação do Estatuto da Terra que era um projeto que propunha “solucionar” a questão agrária no país. Na visão de Miranda (2007):

O Estatuto da Terra revelou-se um instrumento estratégico e contraditório no controle das lutas sociais, desarticulando os conflitos pela terra. Com efeito, as poucas desapropriações efetuadas foram exclusivamente para reduzir o conflito ou deslocá-lo através dos projetos de colonização para regiões de fronteiras, numa tentativa de solucionar a problemática. (MIRANDA,2007, p.46)

Nesse sentido, autores como Miranda (2007), entendem que o Estado apropriou-se do Estatuto para a impedir o acesso à terra a boa parte da população.

Além disso, os governos militares daquele período ancorados na perspectiva do chamado “milagre econômico” e também com o apoio de organismo internacionais que buscavam intensificar a valorização do capital externo, impuseram ao campo brasileiro um conjunto de medidas com vistas à dinamização de um processo de modernização agrícola.

Assim, ocorre a intensificação do uso de novas tecnologias, o incremento de sementes selecionadas e o uso de novos pesticidas. No mesmo movimento também se verifica o aumento da concentração fundiária devido ao processo da chamada

“revolução verde”¹⁵. Estudiosos da questão agrária como Silva (2011) e outros, apontam que estas medidas implicaram numa espécie de radicalização no uso da terra que beneficiava muito mais os grandes empresários do que o pequeno camponês.

Essa estratégia de modernização conservadora da agricultura propiciou um cenário em que houve avanço tecnológico e favoreceu o incremento da concentração de trabalhadores assalariados na agricultura, muitos destes agricultores perderam suas terras se tornando assalariados no campo vendendo sua força de trabalho para grandes proprietários ou migraram para a cidade. Segundo Silva:

Um dos exemplos foram as transformações desencadeadas pela ocupação do espaço brasileiro com a implementação de grandes projetos, a exemplo da colonização da Amazônia financiada pelo Estado, para onde migrantes do Nordeste e do Centro Sul rumaram. (SILVA, 2011, p.45)

A partir desta observação colocada por Silva (2011), pode-se denotar que a estratégia de modernização conservadora que foi adotada funcionou como um importante fator de transformação do campo e de entrada do capital externo no país, sobretudo, com a tentativa de “colonização” da Amazônia. Isto também acabou favorecendo o mercado de venda das terras localizadas naquelas áreas que passam a ser apropriadas por grandes empresários ocasionando e oportunizando posteriormente o avanço do agronegócio e da pecuária extensiva.

Avançando um pouco na história temos que em finais dos anos 1970 e em toda a década de 1980 a sociedade brasileira vai expressar o seu descontentamento com a ditadura militar e vai se mobilizar no sentido de pressionar o sistema. Nesse cenário emergem novos sujeitos sociais que passam a reivindicar demandas variadas e a pressionar pela abertura política do regime, ou seja, fazendo a defesa da democracia. Dentre os vários movimentos encontram-se as Novas Pastorais ligadas à Igreja Católica, o Movimento Contra a Carestia, as discussões em torno da questão da saúde em geral e da reforma psiquiátrica em particular, ambos centrados no movimento de reforma sanitária, os movimentos de reforma urbana, entre outros, sem perder de vista também o avanço do movimento sindical que culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partidos dos Trabalhadores (PT).

¹⁵ Revolução Verde (1960) é um processo de modernização da agricultura que acarretou mudanças significativas na produção agrícola, sendo um modelo que se baseia no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, (ALBERGONI, PELAEZ, 2007).

Já no contexto da área rural percebe-se uma rearticulação do movimento camponês, especialmente, no Norte e Nordeste, a partir do trabalho de articulação desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, lembrando que esta última emergiu no período anterior ao surgimento desses novos movimentos sociais, ou seja, ainda durante a década de 1970, e mesmo não sendo considerada um movimento social, floresceu no interior destes, sob a influências da Teologia da Libertação¹⁶ que defende a inclusão, justiça social e respeito a diversidade e que teve bastante influência sob a dinâmica dos processos organizativos na América Latina neste período.

Conforme já apontado, é no bojo deste movimento de ascensão das forças sociais que no Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado em Goiânia (GO), pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), surge o debate sobre a necessidade de fundar uma Comissão voltada para os indígenas, posseiros, trabalhadores rurais e boias-frias, que naquele momento se encontravam em uma situação desumana, subordinados a condições de trabalho análogas à escravidão (CPT, 2010). É assim que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), inicia o seu processo de formação no ano de 1975, em um contexto da ditadura e de desenvolvimento do grande capital.

Dessa maneira, seu embrião esteve localizado na região amazônica, e se voltava para o enfrentamento das injustiças sociais que os posseiros e indígenas dessa região estavam vivenciando. No entanto, é indubitável destacar que o marco fundamental do surgimento da CPT foi a Carta Pastoral: Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social que foi publicada no ano de 1971, logo em seguida foram lançadas mais três cartas dentre elas uma com foco na região Nordeste, denominada de “Ouvi os Clamores do meu Povo” e “Y-Juca-Pirama – o Índio, aquele que deve morrer”, que trata da espoliação dos povos originários, assassinados por missionários e a última que trata da situação dos trabalhadores da região centro oeste “Marginalização de um Povo-Grito das Igrejas”.

Tais cartas foram precursoras do surgimento da CPT, que emergiu justamente para denunciar a condição de vida desses trabalhadores, se mostrando presente também na região Norte, Nordeste e Centro Oeste. Bastos (2012, p.123), ressalta que essa entidade possui um caráter ecumênico, mas se dedica aos sujeitos que não são

¹⁶ A teologia da libertação modificou o modo de atuação dos setores da igreja, voltando suas atenções para os povos esquecidos, explorados, despossuídos de suas terras, devido à ganância humana.

necessariamente católicos, pois entende que os problemas que se propõe a lidar atingem as parcelas mais pobres da população independente do credo que praticam ou professam.

Dessa forma, é que a CPT iniciou um processo de expansão para outras regiões do país que possuíam situações sociais semelhantes àqueles conflitos de terra presentes na Amazônia. Desde então, essa comissão vem atuando junto aos grupos explorados e excluídos da sociedade, lutando não só pela terra, mas pela efetivação das políticas públicas de corte social e do desenvolvimento social e econômico para essa população.

Após o seu surgimento evidencia-se que outros sujeitos sociais se constituíram expressando a sua mesma perspectiva política e desse modo, tem buscado se articular no sentido de fortalecer o campo de atuação, dentre estes movimentos estão os trabalhadores sem-terra, os atingidos por barragens e os quilombolas. Essa articulação ampliou os focos de luta, de denúncia, como a questão dos assentamentos rurais, a agricultura familiar, trabalho escravo, a degradação ambiental, dentre outros, (BASTOS, 2012).

A partir disso, a CPT percebeu que o principal problema dos trabalhadores do campo não se restringia apenas da questão da terra, mas também ao modo de sobrevivência das famílias após conquistarem o território. Daí passou a ampliar o horizonte da luta para além da questão exclusiva da posse da terra, incluindo também a questão ecológica, enfatizando a necessidade da preservação do meio ambiente, contra as degradações dos recursos hídricos, dentre outros fatores que afetam diretamente os trabalhadores rurais.

Sendo assim, a CPT passou a atuar de diferentes formas, de acordo com os desafios presentes em cada região. Por essa razão, se preocupou em atuar juntamente às famílias que foram expulsas das suas terras pelos grandes empreendimentos, como, por exemplo, as hidrelétricas¹⁷.

No caso específico das duas hidrelétricas citadas na nota de rodapé a Comissão Pastoral da Terra auxiliou a partir de diversas ocupações as famílias

¹⁷Desse modo foi que atuou no processo de implantação das hidrelétricas de Itaparica e Itaipu, localizadas respectivamente no Rio São Francisco e no Rio Paraná, as duas causaram inúmeros conflitos, pois ao se instalarem desconsideraram totalmente as famílias que residiam nessas áreas, ocasionando inúmeras revoltas relacionadas à questão da terra, (CPT, 2010).

atingidas para que elas lutassem a favor do seu pedaço de chão que seria a sua fonte de subsistência.

Em síntese, o histórico dessa Comissão mostra que ela tem como objetivo primordial atender a causa do povo injustiçado, dos sem-terra, indígenas, ribeirinhos, mulheres, negros remanescentes de quilombos, dentre outros. Lutando pela defesa dos direitos humanos, direito à água, ao trabalho digno e ao direito à terra, passando a ser conhecida como pastoral dos direitos do povo do campo, se fundamentando na luta pela dignidade, justiça e paz.

A CPT E OS CONFLITOS NO CAMPO NO MARANHÃO

O avanço do agronegócio, do minério, do hidronegócio no Estado do Maranhão agravou um embate que perdura desde o Brasil colonial, que são os conflitos pela terra. A violência no campo não é somente um ato contra os indivíduos, mas principalmente contra a resistência camponesa, contra uma luta que visa à mudança na estrutura fundiária em um país que possui milhões de quilômetros quadrados de terras em condições de ser explorada através da agricultura, mas essa terra está concentrada nas mãos de uma minoria, que para além do seu uso como fonte de sobrevivência para um vasto conjunto de pequenos produtores rurais e suas famílias ela também é apropriada por uma fração menor de investidores no intuito de obtenção de lucros.

Dessa forma, nota-se que a estrutura fundiária do Brasil tem duas características predominantes: a grilagem de terras públicas e a concentração de terras em poucos proprietários. Face a este contexto presente no campo, é que organizam e se intensificam importantes movimentos de lutas e resistências dos povos que vivem e precisam da terra para sobreviver. Assim passa a se configurar uma situação conflituosa decorrente de um processo sócio-histórico que tem sido favorável aos senhores de terra.

O resultado disto tem se configurado no crescente processo de destruição dos recursos naturais através do desmatamento do meio natural, mas também nas ameaças e assassinatos de camponeses e indígenas, ou seja, na instalação da violência no campo, ataques brutais, aos que tem na terra sua fonte de existência. Pode-se dizer que este quadro está presente em maior ou menor intensidade em todas as regiões do país, guardadas as suas particularidades e especificidades.

Na grande região Nordeste, onde o estado do Maranhão se localiza, verificam-se que estão concentrados o maior número de disputas por territórios. E o Maranhão se destaca devido a quantidade de famílias e a extensão territorial envolvidas em litígios.

De acordo com registros da regional da CPT no Maranhão, do total de 217 municípios existentes no Estado, 66 deles possuem conflitos no campo (IBGE, 2017 apud ATLAS, 2017), ou seja, 30% dos municípios do Maranhão estão envolvidos em conflitos agrários situação que coloca este estado em posição de destaque na região nordeste. Relatórios divulgados pela CPT antes da pandemia, mostram dados sobre os conflitos em todo o país e o Maranhão lidera o ranking com 173 casos de conflitos, conforme Cardoso (2020).

Ainda demarcando esta questão neste estado, vemos que a CPT contabilizou cerca de 15.342 famílias envolvidas em conflitos por terra, destacando aí as terras indígenas e quilombolas pelo número de famílias envolvidas.

Especificamente no que se refere ao conflito contra as terras indígenas, temos a etnia Gamela, no município de Viana, que vem sofrendo vários ataques após a expropriação das suas terras e das suas lutas. Vemos que as disputas pelo território desta etnia têm se mostrado como conflitos sanguinários que não só ceifam as vidas de seus líderes e de parte deste povo, mas contribui para aprofundar a crise pela demarcação das terras indígenas, (CARDOSO, 2020).

Já na capital São Luís, um conflito que marcou a disputa por terras, ocorreu na comunidade do Cajueiro, em 2019, pois a área desta comunidade que era de 600 hectares teve 200 delas reivindicada por grupo empresarial capitalista Chinês que negociou com o governo do estado a sua apropriação. Desse modo, a comunidade passou a lutar pela permanência no território, mas apesar da resistência e do apoio de outros segmentos organizados da sociedade não ficou isento de ações de despejo violento de parte das famílias.

Em processo semelhante também aparece, como destaque, comunidades do município de Alcântara onde 1050 famílias estão envolvidas em conflito por terras. Lá também o processo é oriundo desde a instalação da base de lançamento de foguetes que requisitou uma ampla área de terra para a fixação do projeto e, portanto, efetuou a remoção de inúmeras famílias. Posteriormente, com a entrega da base para o EUA, a situação voltou a se complicar, pois novos remanejamentos têm sido efetuados.

Do mesmo modo, a CPT também contabilizou os conflitos pela água, no estado, em que ocorreram cinco registros desse tipo de conflito envolvendo cerca de 205 famílias. Assim, a CPT (2020) apresentou o percentual de famílias, por estados do Nordeste, que estão envolvidas em conflitos no campo, com destaque ao Maranhão que possui 43.2%, o maior percentual de conflitos.

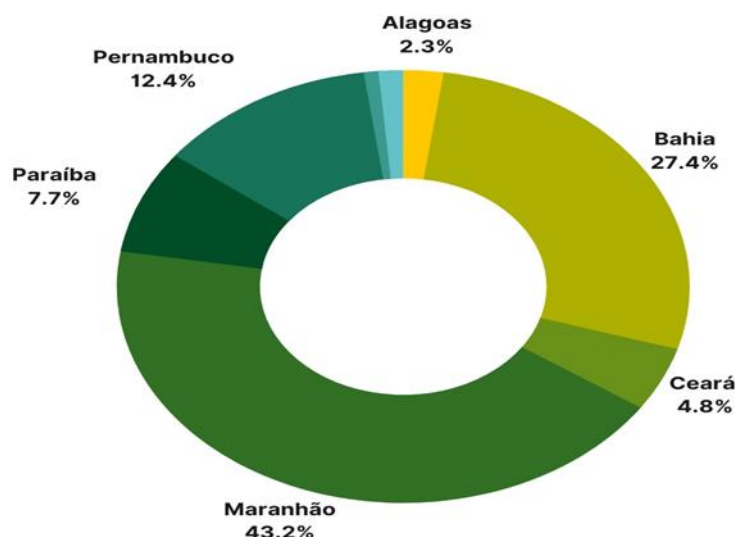


Gráfico 1- Porcentagem de famílias envolvidas em conflitos no campo distribuídas por Estados do Nordeste - Brasil

Fonte: CPT 2020

Ademais, cabe também apontar que a Comissão Pastoral da Terra executa um importante trabalho contra o trabalho escravo no Maranhão, segundo o balanço que apontou este tipo de atividade no estado, em 2019, foram 59 pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, incluindo quatro crianças, em sete municípios do estado, assim distribuídos: Balsas com 3 trabalhadores na denúncia; Bom Jesus das Selvas com 3 trabalhadores; Buriticupu com 22 trabalhadores; Fortaleza dos Nogueiras com 22 trabalhadores, com 1 criança/adolescente no local; Governador Edison Lobão com 1 trabalhador; Ribamar Fiquene com 6 trabalhadores, com 1 criança/adolescente; Santa Luzia com 19 trabalhadores, sendo 2 crianças/adolescente.

Nesse sentido, a CPT afirma que o trabalho escravo continua sendo praticado no estado nas grandes fazendas, porque não existe uma efetiva ação de enfrentamento e combate a esta questão por parte do poder municipal e estadual.

Esta atuação dos agentes da CPT contra as diversas formas de exploração e de negação de direitos no campo, inclusive, o trabalho escravo, acaba colocando estes sujeitos na mira dos “*senhores de escravos modernos*”, são intimidados por ameaças por lutarem contra a exploração e pela justiça social.

No entanto, a CPT prossegue no seu trabalho em prol das causas dos trabalhadores do campo, afirmando a luta pela conquista da terra livre, onde os povos da terra possam estar e permanecer, com direito de produzir e viver conforme seu modo de vida e de sua relação com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que percorremos para a elaboração deste texto nos possibilitou compreender melhor a questão agrária e as determinações presentes nos conflitos do campo, que acontecem em decorrência da concentração de terras na mão dos grandes latifundiários, processo que se configurou de forma mais expressiva com a implementação da Lei de Terras de 1850.

Ao concluir o texto reiteramos também que vastos segmentos de trabalhadores e suas famílias estão inseridos na luta pela posse e permanência na terra em vários estados brasileiros, em particular no Maranhão e estes(as) trabalhadores(as) vivem em um cenário de intensos e crescentes conflitos, incertezas e violências, e muita desproteção. Este cenário, portanto, justifica e requisita cada vez mais a presença e o apoio de entidades como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que buscamos aqui no texto resgatar o seu histórico desde a sua criação.

Destacamos também que a CPT, como uma entidade que surge no leito da Igreja Católica, possibilitou o desenvolvimento dos movimentos para garantia dos direitos humanos, principalmente na resistência das comunidades tradicionais, onde se desenvolve um trabalho de esclarecimento dos direitos desses povos. Consideramos que mesmo perdendo um pouco do seu espaço, por conta do surgimento de outras entidades que também discutem e defendem a questão agrária, essa pastoral não deixou de prestar serviços aos sujeitos que sempre se propôs apoiar. Sendo assim, não se pode negar sua importância, pois mesmo que a reforma agrária não tenha se efetivado, ainda é uma preocupação desta entidade, e também as diversas articulações feitas possibilitaram que outras lutas acontecessem.

Com o avanço do agronegócio se fez ainda mais necessário o trabalho dessa pastoral, já que a apropriação de terras de forma indevida se disseminou de modo generalizada e se instalou os mais altos índices de violência. A terra serve como forma de subsistência para o pequeno produtor, e para continuar sobrevivendo os mesmos se veem obrigados a resistir para não perder o seu espaço, e como o Estado quase sempre está do lado dos grandes produtores, a dificuldade é ainda maior.

Diante de tais situações são propostas políticas públicas, mas elas sozinhas não são suficientes, por isso a luta da CPT consiste na terra livre, para que além de produzir os trabalhadores do campo também possam permanecer nelas. A CPT também atua para que os direitos dos quilombolas e dos povos originários sejam reconhecidos e suas terras demarcadas.

O Maranhão está entre os estados com o maior número de conflitos no campo, até porque há uma grande área ocupada pelos povos indígenas e quilombolas, e essas terras são de interesse do grande capital, tanto pelas riquezas minerais que possuem, áreas como a grande extensão de terras que são requisitadas para o agronegócio e agropecuária. É por isso que a CPT atua fortemente nessas áreas, para preservar a propriedade de terra para os pequenos produtores como também a vida dessas pessoas.

Sendo assim, é de suma importância que o Estado assuma o papel regulador diante dessa problemática que atinge e prejudica tantas pessoas. A responsabilidade social é um dever do Estado e deveria atingir a todos sem exceção, é por isso que agir em benefício de uma classe em detrimento de outra acaba agravando ainda mais os conflitos. A violência se apresenta de forma mais expressiva, justamente porque a omissão tem como resultado a barbaria no meio agrário, e se não fosse pelas ações e organizações da CPT, os direitos desses povos seriam suprimidos pelos interesses dos grandes proprietários sem nenhuma objeção.

REFERÊNCIAS

ALBERGONI, Leide; PELAEZ, Victor. DA REVOLUÇÃO VERDE À AGROBIOTECNOLOGIA: ruptura ou continuidade de paradigmas?. **Revista de Economia**, v. 33, n. 1 (ano 31), p. (31-53), jan./jun. 2007. Editora UFPR. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/8546/6017>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

ATLAS DE CONFLITOS NA AMAZÔNIA. Articulação das CPT's Amazônia (Org.). CPT, setembro de 2017.

BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. **Cultura, política e os fazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2012.

CARDOSO, Rafael. Com casos em 133 regiões, **Maranhão lidera ranking de conflitos por terra no país**, aponta CPT. G1 MA, Maranhão. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/04/17/com-casos-em-133-regioes-maranhao-lidera-ranking-de-conflito-por-terra-no-pais-aponta-cpt.ghtml>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

Comissão Pastoral da Terra. **HISTÓRICO**. CPT, 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

FERNANDES, Bernardo. A formação do MST no Brasil. Ed. Vozes. Petrópolis. 2000.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito. **DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: a sociabilidade no Assentamento Brejo de São Félix**. 2007. 204f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2007.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, Trabalho e Renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, 104 p.: II – Brasil em debate; v. 2;

SILVA. José Jonas Borges. A MIGRAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO: O CASO DO ASSENTAMENTO CIGRA – LAGOA GRANDE DO MARANHÃO. 2011. 101f. Tese (Monografia) Curso Especial de Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011.

Capítulo 8
A INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS CHACINAS COMO
POLÍTICA DE VIOLÊNCIA: UM PANORAMA DOS
PRINCIPAIS MASSACRES NO BRASIL
Eduardo Armando Medina Dyna

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS CHACINAS COMO POLÍTICA DE VIOLÊNCIA: UM PANORAMA DOS PRINCIPAIS MASSACRES NO BRASIL¹⁸

Eduardo Armando Medina Dyna

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília/SP, Brasil. Pós Graduando (MBA) em Políticas Públicas e Projetos Sociais pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Graduado em Ciências Sociais (bacharelado/licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília/SP, Brasil. Pesquisador do Observatório de Segurança Pública, atuando com as linhas de pesquisa sobre questão urbana, crime organizado, tráfico de drogas, polícia, periferias e segurança pública. E-mail para contato: eduardo.dyna@unesp.br.

Resumo: O problema da extrema violência é um dilema que permeia toda história da sociedade brasileira, gerando graves problemas sociais, o que produz enfoque nos estudos interdisciplinares no âmbito da segurança pública. Um fator alarmante da violência no Brasil é o fenômeno das chacinas, que pode ser definido como uma ação de múltiplos assassinatos de uma vez, ocasionado por diversas razões e que são cometidos por atores distintos. Dessa forma, o presente trabalho visa pesquisar os fenômenos das chacinas como uma estratégia de poder, a partir das técnicas de violência que são cometidas na realidade brasileira, demonstrando os mais variados massacres que foram cometidos no Brasil e suas particularidades. O intuito é entender o que são as chacinas e investigar suas causas, consequências e suas relações entre o Estado e a sociedade. A metodologia utilizada neste trabalho foi de caráter qualitativo, com uma revisão teórica sobre os temas propostos e estudando os casos mais emblemáticos desses massacres. Diante disso, será discutido o objeto através da análise das ciências sociais, compreendendo sua classificação e especificidades, entendendo as chacinas como forma de expressão de um poder, aqui caracterizada por um rito de suplício para demonstrar uma vingança, manutenção de um território ou a expressão do poder de um poder político. Soma-se a isso, a caracterização heterogênea dos massacres no Brasil, relacionados a interesses ao lucro, terra e poder, o que produz novos dilemas aos estudos do campo de segurança pública.

Palavras-chaves: Chacina; Violência; Massacre; Polícia; Estado.

¹⁸ Artigo desenvolvido a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública (OSP) da Unesp e apresentado no evento “Semana Discente das Ciências Sociais UFSCar 2021”.

Abstract: The problem of extreme violence is a dilemma that permeates the entire history of Brazilian society, generating serious social problems, which produces a focus on interdisciplinary studies in the field of public security. An alarming factor of violence in Brazil is the phenomenon of chacinhas (multiple murders), which can be defined as multiple killings at once, caused by several reasons and committed by different actors. Thus, this paper aims to research the phenomenon of massacres as a power strategy, based on the techniques of violence that are committed in the Brazilian reality, demonstrating the most varied massacres that have been committed in Brazil and their particularities. The intention is to understand what the massacres are and to investigate their causes, consequences, and the relationship between the State and society. The methodology used in this work was of a qualitative nature, with a theoretical review on the proposed themes and by studying the most emblematic cases of these massacres. In light of this, the object will be discussed through social science analysis, understanding its classification and specificities, understanding the massacres as a form of expression of power, here characterized by a rite of torture to demonstrate revenge, maintenance of a territory, or the expression of the power of a political power. Added to this is the heterogeneous characterization of massacres in Brazil, related to interests in profit, land and power, which produces new dilemmas for studies in the field of public security.

Keywords: Chacina; Violence; Massacre; Police; State.

INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, a violência sempre foi um fenômeno presente, utilizado como instrumento da ordem e estando vigente nas relações sociais, tornando-se presente na sociabilidade brasileira. As chacinhas ou massacres, objeto de estudo desta pesquisa, se destacou como uma particularidade brasileira, promovida em diversos momentos da história recente do Brasil, principalmente, no final da ditadura civil militar, e o começo do processo do regime institucional democrático.

As chacinhas podem ser entendidas como resultado de inúmeros problemas sociais graves e complexos, como a extrema desigualdade social, o racismo, a violência estatal, a descrença dos meios de justiça e o empoderamento de poderes não estatal e/ou não legais, como organizações criminais, milícias ou grupos de extermínios.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar o fenômeno das chacinhas na sociedade brasileira, investigando suas características e peculiaridades, além de analisar seus motivos, efeitos e relações, que produziram uma nova técnica de poder, a qual traz novos enfoques para estudos sobre segurança pública. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativa, através de uma revisão bibliográfica e análise dos casos de massacres no Brasil.

Dessa forma, a estrutura deste artigo será explanada em dois eixos principais. O primeiro, tratando a fundamentação sobre as chacinas, através do viés das ciências sociais, em especial, da sociologia, investigando as chacinas, seus objetivos, alvos, discursos e suspeitos. Em segundo momento, será abordado os principais massacres em território nacional, mostrando a diversidade dos casos, a repercussão dos eventos e as consequências.

O fenômeno das chacinas e o desdobramento sociológico

O desenvolvimento de pesquisas sobre o enfoque da violência no Brasil traz um novo olhar nas perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais, compreendendo o fenômeno dos massacres como um objeto complexo de se analisar, marcado por uma heterogeneidade de causas e efeitos, alinhada com a normalidade da violência na sociabilidade brasileira.

As chacinas são um tema delicado e impactante, por efeito do desastre social que atinge nas vítimas, familiares e em toda sociedade, gerando diferentes sentimentos de preocupação, medo, tristeza e sadismo. A definição deste termo pode ser compreendida como atos de extrema violência, ocasionado pelo assassinato de muitas pessoas, limitada pelo tempo (um massacre momentâneo em um curto período de tempo) e pelo espaço (o assassinato de diversos indivíduos em locais perto um do outro).

Na particularidade brasileira, os motivos dos massacres são variados, tendo como foco: o extermínio de pessoas periféricas (que em sua maioria são homens, jovens, negros e pobres); a aniquilação de detentos e membros de organizações de presos; a eliminação de militantes que lutam pela questão do campo e indígenas defendendo seu território, sob contexto de disputas de terras (DA SILVA SANTOS; RAMOS, 2019; DE LIMA VEDOVELLO, 2020). Essa prática se tornou comum no Brasil, e foi naturalizada como um método violento, simbolizado pela vingança, dominação ou uma forma de manifestação de um poder.

A ação da chacina não tem uma conotação jurídica como homicídio ou latrocínio, sendo representada no âmbito do direito como “homicídios múltiplos”. Chacina, portanto, é uma expressão popular que desencadeou um acúmulo de violência contra um grupo de pessoas estereotipadas, seja pela classe social, cor da pele ou ação política (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019).

Etimologicamente, o termo “chacina” tem um significado diferente do que popularmente se encontra. Ela representa uma técnica de abate de porcos em matadouros para possuir sua carne para fins alimentícios (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 13).

Desta forma, houve uma resignificação do sentido na ação, isto é, agora se designa chacina como matança de pessoas e não mais como “abate de porcos”. Essa mudança é cada vez mais alimentada pelos discursos que produzem o medo e pânico social através do sensacionalismo midiático e das distorções de fatos que produzem a violência generalizada na sociedade, o que leva a população a sentir mais insegurança e não estranhar com esta ação violenta (COSTA, 2009)

Uma consequência das chacinas cometidas em solo brasileiro são as disputas de narrativas, o que acaba gerando discursos pautados em interesses para defender as ações policiais ou demonizar as vítimas, como forma de legitimar o extremo ato de violência.

Em alguns casos, os sujeitos vitimizados são categorizados como “bandidos” (FELTRAN, 2007), através de um discurso moralizante que tenta justificar essas ações, como se a morte dessas pessoas fosse algo positivo para a sociedade, pois dessa forma, há uma crença em que a bandidagem acabaria, como as autoras comentam:

Uma das questões que permeiam o que é ou não uma chacina, está não só no número de mortos em determinado território e efetuado pelo(s) mesmo(s) agente(s) por uma razão específica, mas ao olharmos para o que se coloca enquanto chacina ou não, temos as disputas sobre o sentido das mortes quando perpetradas por agentes de segurança pública em ações realizadas quando esses se encontram em serviço. (DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165).

A própria estrutura estatal deturpa os acontecimentos quando acontecem chacinas por parte da autoria de policiais, mudando a nomenclatura e alterando as narrativas sob a tutela policial, como representado a seguir: “Os do lado das políticas de segurança pública, através de seus órgãos oficiais, a denominação dessas ações como ações de contenção ou operações policiais” (DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165), portanto, quando se diz que uma chacina foi uma ação de contenção, passa-se um pretexto de defesa da força policial contra o ataque externo do bandido, que por muitas vezes é uma falácia.

Por outro lado, há um discurso promovido pelos movimentos sociais, intelectuais, grupos de direitos humanos e coletivos que defendem as vítimas e

querem justiça pelas atrocidades cometidas. A narrativa protagonizada por esses setores analisa uma questão mais profunda e complexa, sobre um genocídio contra a população negra e pobre e/ou uma política de extermínio de classe por parte do Estado, fundamentada em diversas pesquisas nas áreas interdisciplinares como forma de romper com os discursos conservadores e oficiais (DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165).

Esses discursos contra o poder dominante - aqui definida pela causalidade das ações de agentes estatais em massacres cometidos contra diferentes públicos alvos - são feitas por organizações e movimentos sociais, que se estruturaram politicamente para lutar contra a violência das chacinas, para pedir justiça para seus entes queridos e pelo fim da perseguição, suspeição e seletividade penal (VIANNA; FARIAS, 2011).

Esses movimentos sociais foram denominados de “movimentos de mães”, devido à organização de membros das famílias das vítimas que foram mortas nos massacres, em especial, aqueles cometidos por agentes estatais, protagonizada principalmente pelas mães dos vitimados, mas também com cônjuges, irmãos, filhos, entre outros parentes e amigos (VIANNA; FARIAS, 2011). Algumas organizações conhecidas são “Mães de Maio” e “Mães de Osasco”, ambas surgiram por obra de massacres, a primeira em 2006 em meio a extrema violência dos confrontos entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e as forças policiais de São Paulo e a segunda na Chacina de Osasco/SP em 2015.

A construção e instrumentalização desses movimentos de mães perpassa as atividades da política e da moralidade da figura materna, em razão do tema delicado e sensível, utilizando estratégias específicas para provocar uma maior comoção na sociedade e pressionar o Estado a abandonar a política de enfrentamento e repressão, como as autoras sintetizam:

"O “direito de ser Mãe” que foi tirado de Celeste condensa dramaticamente esses jogos entre o pessoal e o coletivo; entre o sentimento e a lei; entre o corpo-relação reconhecido (o direito) e o corpo-relação (Mãe, com maiúscula) que não cabe nas palavras, que se expressa como unidade moral e afetiva que só pode ser entendido por seus iguais ou por ninguém, como às vezes nos é colocado de diversos modos" (p.86).

Desta forma, o número alarmante de mortes ocasionados pelas chacinas, remete ao que a bibliografia chama de "espetacularização da morte", em que a produção da chacina é a demonstração de poder dos acusados por meio da violência (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). A espetacularização sobre a chacina

não se corresponde como algo no anonimato e nem como tentativa de se obstruir as forças da justiça.

As características das chacinas são definidas pelo impacto marcante, orientado ao ataque direto, sem uma preocupação em esconder a prática sádica e a partir da exposição cada vez maior, obtendo a força e violência e por conseguinte seu poder. Destarte, a chacina é uma prática de poder em que se utiliza da estratégia de extrema violência para alcançar algum objetivo, seja a dominação, vingança ou manifestação dos micro poderes soberanos (FOUCAULT, 2009).

Essa ação tem a finalidade de ser pública e visível, assim todos conseguem ver as dinâmicas do poder exercido como uma forma de suplício por parte dos responsáveis em relação ao seu inimigo (FOUCAULT, 2014). As chacinas do Carandiru, Osasco, Jacarezinho e da Vila Cruzeiro são exemplos da matança em locais públicos ou de convivência coletiva. Diante disso, os estudiosos do tema sintetizam que:

Na maior parte das vezes, a chacina é um ritual de execução de pessoas tomadas como inimigas ou indesejáveis, realizado por assassinos mais ou menos anônimos. Nesse sentido, as chacinas podem ser interpretadas como mensagens públicas, com intuito de criar medo e temor a um público mais ampliado, e uma demonstração de poder e autoridade conquistado e/ou garantido por meio da violência letal. Na maior parte dos casos, as chacinas são ritualizadas, atos repetidos em diferentes casos, vestígios são estrategicamente deixados na cena do crime e a identidade dos assassinos ou dos mandantes circulam publicamente na forma de rumores. (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 13).

Além disso, a bibliografia consultada construiu uma classificação dos tipos de chacinas que caracterizam esse fenômeno violento. A primeira faz referência às chacinas que envolvem as disputas de poder entre os comandos de origem prisional (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15), buscando o poder econômico do tráfico de drogas, o domínio de territórios ou vinganças internas dentro da estrutura dos grupos. A busca pelo poder econômico e o domínio de territórios entre as facções pode ser exemplificado pelas matanças entre 2016 e 2017 nos presídios do norte e nordeste do Brasil (FERREIRA; FRAMENTO, 2019).

As vinganças internas no contexto penitenciário e faccional são comuns, relatadas por pessoas próximas aos comandos prisionais (FELTRAN, 2007; LIMA, 2013; MOREIRA, 2012) que não fazem parte diretamente das dinâmicas das facções, mas são atingidas apenas por serem parentes de membros dessas organizações criminais. As autoras sintetizam essa premissa em: “os familiares de pessoas envolvidas com o tráfico e qualquer cidadão que resida em uma comunidade

dominada pelo tráfico de drogas e que testemunhou uma chacina” (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 16).

O segundo tipo seria a repressão do braço armado do Estado como uma resposta às ações de organizações de presos ou criminosos (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). Essa represália pode ocorrer oficialmente por parte de operações das polícias (como a operação castelinho em 2002 no interior de São Paulo ou a operação no Jacarezinho em 2021). O massacre também é feito por policiais à paisana para não comprometer a instituição, como na chacina de Osasco. Esta última é uma situação mais delicada, pois há uma relação entre policiais e grupos de milícias e/ou extermínio para punir e retaliar as periferias.

Essa retaliação se encontra na forma de vingança de policiais mortos, na caça de indivíduos de facções ou até para eliminar a concorrência no tráfico de drogas, alimentando a corrupção da polícia para interesses próprios (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 16). A chacina na quadra da torcida organizada do Corinthians “Pavilhão 9” em 2015 foi um exemplo em que um policial à paisana matou inúmeras pessoas devido ao problema do tráfico de drogas (DE LIMA VEDOVELLO, 2020).

O terceiro tipo envolve rebeliões em presídios com as forças de segurança reprimindo o motim para retomar a ordem e o controle nas prisões (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). Essa ação, normalmente coordenada pelas polícias militares ou carcereiros, foi cometida várias vezes na história do Brasil, sendo o episódio do massacre do Carandiru em 1992 o caso mais emblemático.

A última classificação sugerida pelos autores, é por parte de conflitos no universo rural e também pode ser considerado no contexto urbano (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). Esse tipo de chacina se diferencia dos três últimos, pois o tema sobre terra e trabalho estão mais evidentes do que problemas como o crime, tráfico ou polícia. Normalmente são revelados como disputas entre fazendeiros e/ou ruralistas e organizações de trabalhadores rurais e/ou indígenas, nas quais os primeiros querem privatizar a terra dos últimos, promovendo o enriquecimento do agronegócio e o extermínio dessas resistências¹⁹.

Após tudo que foi exposto, é de suma importância destacar que as chacinas são heterogêneas, elas não têm as mesmas causas, efeitos, sujeitos, impactos e

¹⁹ As chacinas contra os trabalhadores rurais de Pau D'Arco no Pará em 2017 e contra os indígenas ianomâmi em 2012. São dezenas de chacinas contra camponeses e indígenas configurando o grupo mais atingido pela extrema violência.

territórios. Elas são demonstrações das relações de poder entre dois ou mais grupos antagônicos, sejam facções rivais disputando o comércio de drogas; vinganças ou extermínio por parte da polícia e milícias contra a população periférica; repressão das forças policiais contra a sociedade prisional rebelada; disputas entre fazendeiros contra camponeses e indígenas.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a questão dos territórios e espaços onde são cometidas as chacinas. Para aprofundar essa questão, Haesbaert (2004) se torna uma grande referência em seu estudo sobre processos de territorialização e desterritorialização para entender as questões entre a ação e o espaço.

Para Haesbaert, o território pode ser enquadrado de uma maneira polissêmica e interdisciplinar, com quatro eixos estruturados em temas específicos: a) política: são as configurações do controle de um poder nos territórios, existindo portanto um ou mais poderes soberanos em disputas, portanto uma disputa de poder pelo território; b) cultural: são as relações simbólicas e subjetivas construída pelos nativos do local em relação ao espaço;

c) econômica: são os elementos das relações de recurso, produção e circulação de mercadorias entre as classes sociais; d) natural: tendo como um sentido filosófico da ontologia humana pelo apelo do espaço físico (ALMEIDA, 2014, p. 75; DYNA, 2021).

Por meio disso, os territórios chacinados encontram-se com características políticas e econômicas. Na dimensão política, as rivalidades entre os grupos antagônicos geram a busca pelo controle dos territórios para a dominação, tentando eliminar o poder inimigo, alcançando a soberania que, por muitas vezes, faz da população inocente o seu poderio. Os exemplos sobre essa dimensão já supracitados são as chacinas cometidas pelas facções ou pelo braço armado do Estado.

Já pelo viés econômico, as dinâmicas da produção e do comércio são um dos fatores principais que fazem os territórios serem alvos da cobiça pelo poder político e econômico em busca do lucro. As chacinas nas áreas rurais e indígenas são as mudanças da essência do território, em que para um grupo [indígenas e trabalhadores rurais] não há uma questão do lucro excessivo, apenas no sentido natural, filosófico e cultural do território, em que aquele espaço é o lar, a cultura e a vida das populações nativas e dos camponeses, já os ruralistas e fazendeiros, almejam a pretensão do dinheiro através do projeto econômico de exportação de matérias primas.

Assim sendo, não há como definir um território como neutro, pois os indivíduos inserem nele os seus interesses, disputas e representações, transformando-o em movimentos (ALMEIDA, 2014; HAESBAERT, 2004). São as relações de poder que movimentam as chacinas e formalizam as consequências da violência nos territórios em mudança. Isto posto, as chacinas nos territórios não se repetem, haja vista que a essência está em constante deslocamento, nunca fixadas as ações em um mesmo local.

Essas relações de poder são demonstradas através da forte violência das chacinas, que correspondem a uma desumanização das vítimas e à espetacularização das mortes feitas pelos discursos conservadores e punitivos atreladas ao sensacionalismo midiático, o que leva a uma justificação das mortes por estarem ou não na ilegalidade do crime (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 19).

Essa justificação é atribuída apenas pela palavra dos autores que são o conteúdo predileto para a naturalização dos discursos feitos pela mídia (COSTA, 2009). Dessa forma, a banalização das mortes é colocada em prática pelos discursos, criando uma disciplina da desumanização contra os inimigos oficiais das forças conservadores, como explicam os autores:

Nesse discurso está presente uma idéia bastante recorrente no país: para determinada parcela da sociedade, o Estado de Exceção é a regra e a violência letal é um expediente legítimo de resolução de conflito. A falta de investigação dos casos de chacinas, bem como de homicídios em geral, reforça a sensação de banalidade das mortes. (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 18-19).

Por fim, as chacinas não são algo novo e nem exclusivo de um agrupamento específico, contudo, são uma tática complexa de estratégias de poder baseada na violência que alimenta os discursos da sociedade, produzindo mais um problema entre vários que marcam a segurança pública.

No Brasil, ela está ligada a elementos históricos das dimensões políticas e econômicas, tornando uma alternativa violenta para atingir um objetivo que vai além da manutenção da ordem e se estabelece como uma política de enfrentamento e manifestação de um poder, seja ele oriundo das camadas do Estado - como nas forças policiais ou deslocado do Estado, como no caso recente das milícias cariocas - ou de organizações e grupos que disputam para enriquecer e buscar poder dentre seu nicho específico (como as disputas das facções ou o controle de terras por parte de fazendeiros).

Principais chacinas no Brasil

Como supracitado, as chacinas não têm uma conotação técnica jurídica, podendo ser abrangida como múltiplos assassinatos. Por meio disso, já ocorreram centenas de casos na história recente, em todas as regiões do Brasil. Destarte, serão elencadas as principais chacinas com mais repercussão, impactos e críticas da sociedade, analisando suas especificidades e consequências, e tendo como foco as chacinas nas periferias, nas prisões e no campo.

Chacina do Carandiru - 1992

A chacina do Carandiru, que ocorreu em outubro de 1992, foi a maior chacina das prisões brasileiras, tendo o registro de 111 mortos, segundo a polícia. Entretanto, esse número é contestado por pesquisadores, grupos de direitos humanos e pelos próprios presos, que, ao avaliarem os impactos do episódio, calculam o dobro das mortes em relação aos dados da instituição (MACHADO; MACHADO, 2015; ONODERA, 2007; SALLA, 2007; VARELLA, 2005).

A causa desta tragédia foi uma rebelião, oriunda de uma briga entre dois detentos no interior do pavilhão 9, que provocou uma desordem generalizada e a convocação das forças ostensivas dentro da cadeia. Segundo Onodera (2007), foram mais de 300 policiais com armamento pesado que invadiram o espaço e iniciaram a maior carnificina dos presídios, sem direito a defesa e julgamento. A repercussão internacional foi negativa, denunciando o extermínio e tortura dos presos pela mão do Estado.

Os setores conservadores tentaram legitimar essa ação, argumentando que este era o papel dos policiais, sendo favorecidos por um fato político no contexto das eleições que aconteceram no dia seguinte dessa chacina. O caso do Carandiru foi recebido como uma ótima oportunidade eleitoral para os conservadores, reproduzindo o discurso punitivista nas vésperas da eleição, até conseguirem seu triunfo. O único condenado dessa ação foi o coronel Ubiratan Guimarães, homem responsável por coordenar a operação policial no Carandiru.

Ele foi condenado a mais de 600 anos prisão por conta das mortes de 102 detentos e a tentativas de outros 5 presos, porém, com respaldo dos setores da sociedade e do governo, foi conseguindo recursos da justiça e não chegou a cumprir a sua pena (MACHADO; MACHADO, 2015; ONODERA, 2007). Além disso, ele

conseguiu se eleger como deputado²⁰ no final da década de 1990 e início dos anos 2000, um exemplo da impunidade e banalização das mortes das chacinas.

Anos mais tarde, o complexo prisional do Carandiru foi demolido, iniciando o processo de interiorização das cadeias paulistas e a tentativa de apagar da memória da cidade um dos maiores massacres do Brasil.

Chacina da Candelária - 1993

A chacina da Candelária foi um massacre que chocou o Brasil em 1993. Em julho daquele ano, 8 crianças e adolescentes foram mortos e uma dezena ficaram feridas enquanto dormiam na frente da igreja da Candelária, na região central do Rio de Janeiro. As vítimas tinham entre 11 e 19 anos e moravam nas ruas daquela região. (TERRA, 2018).

Os assassinos passaram de carro momentos antes do massacre, com a intenção de cometer o crime, demonstrando que foi planejada a ação. Após as investigações, descobriram que os acusados eram ligados a milícias, sendo 3 policiais militares na ativa e um outro expulso do batalhão policial. Os motivos são trabalhados em duas hipóteses, a primeira, um acerto de contas por causa da venda do tráfico de drogas na região e a segunda para exterminar as crianças e adolescentes que supostamente teriam gerado problemas aos policiais e moradores.

Um sobrevivente conseguiu denunciar os acusados, sofrendo ameaças e tentativas de assassinato meses depois, o que levou a um pedido de proteção em 1995 para o então presidente da república, se mudando para a Suíça após o solicitação. Dos 4 acusados, 3 foram condenados a mais de 200 anos de reclusão, porém, após 20 anos de pena, eles conseguiram as prerrogativas e estão em liberdade. Já o outro acusado, foi morto durante as investigações, o que levantou suspeitas sobre “queima de arquivo” (SILVEIRA; BOECKEL, 2015).

Chacina do Vigário Geral - 1993

No mês seguinte à chacina da candelária, houve mais um massacre na cidade do Rio de Janeiro, mas agora no Vigário Geral na zona norte. Em agosto de 1993, 21

²⁰ Ele foi eleito deputado em 2002 sob o número da legenda eleitoral 14.111, uma associação direta com os 111 mortos do massacre de 1992.

moradores do Vigário Geral foram assassinados por um grupo de extermínio com 30 integrantes contando com policiais e ex-policiais militares que invadiram a região com o objetivo de matar aleatoriamente.

Esse episódio foi mais um exemplo das chacinas nas regiões periféricas das grandes metrópoles e as vítimas têm o mesmo perfil: homens, jovens, pobres, negros e periféricos (ALCÂNTARA, 2019; BOECKEL, 2018).

O motivo que gerou esse massacre foi a morte de 4 policiais na semana anterior, em que alguns indivíduos ligados à criminalidade da região atraíram os policiais e os assassinaram, em diferentes endereços do bairro. Todas as vítimas dessa chacina não tinham nenhum envolvimento com a criminalidade e nem eram ligadas às facções, o que se traduz na chacina como uma ação de vingança dos policiais/grupos de extermínio e uma demonstração de poder e impunidade.

Com a repercussão extremamente negativa - haja vista que foram duas chacinas em pouco menos de um mês de diferença - a Organização dos Estados Americanos (OEA), neste mesmo ano, levou o Brasil ao banco de réus para o julgamento pela violação dos direitos humanos dos brasileiros nas periferias e favelas do Rio de Janeiro (ALCÂNTARA, 2019; BOECKEL, 2018).

Ao total foram acusados 52 indivíduos com envolvimento na chacina, muitos com formação policial que trabalhavam na segurança pública da cidade fluminense. Desses acusados, dezenas foram absolvidos e voltaram para o serviço policial. Apenas alguns foram condenados, com penas que passam os 100 anos e os assassinos foram expulsos da polícia militar do Rio de Janeiro (ALCÂNTARA, 2019; BOECKEL, 2018).

Chacina de Eldorado do Carajás - 1996

O caso do Eldorado do Carajás no estado do Pará, em 1996, foi um massacre em decorrência das disputas por terra entre camponeses e trabalhadores sem terra contra grandes latifundiários, que terminou com a morte de 21 pessoas e aprofundaram o debate sobre a reforma agrária. Esse fato teve fortes repercussões políticas, com a demissão do então ministro da agricultura e muitas críticas internacionais sobre a violência camponesa no Brasil. (BARBOSA, 2021).

O contexto desse episódio se deu pela repressão violenta da polícia militar no acampamento dos trabalhadores rurais sem terra. Esses trabalhadores pressionavam

os órgãos superiores para a partilha de uma fazenda improdutiva através da reforma agrária, todavia, uma reviravolta não concedeu o aval das terras da região alegando a produtividade do local, e dessa forma a legitimação do território a favor dos latifundiários. Como consequência, o movimento dos trabalhadores acampou na região, e as forças de segurança reprimiram a ocupação.

O acampamento tinha milhares de pessoas. No dia da chacina, cerca de 150 policiais militares efetuaram a dispersão e repressão aos trabalhadores, matando com tiros à queima roupa e uso de faca e facão. Esse episódio ficou conhecido como uma das maiores chacinas relacionadas à questão da terra e a luta entre os latifundiários e os camponeses (BARBOSA, 2021).

Chacina do Castelinho - 2002

A operação Castelinho em 2002 foi outro exemplo da letalidade da PM que proporcionou mais uma chacina em São Paulo. Em uma emboscada, policiais civis deixaram veículos no meio da rodovia estadual e cercaram 12 homens suspeitos de serem da facção paulista 'Primeiro Comando da Capital', que estavam viajando em alguns veículos. Esses indivíduos foram assassinados sem confronto direto, gerando críticas dos grupos dos direitos humanos e da oposição pela forma de atuação dessa operação.

A narrativa policial tentou justificar o massacre como uma tentativa de burlar os planos do PCC. Porém, investigações de autoridades competentes estimularam que toda operação foi planejada e que o objetivo principal era a morte de todos os supostos integrantes do PCC que estavam nesses veículos. Segundo o Ministério Público, a operação castelinho foi uma armadilha contra a facção que contou com a participação de dezenas de policiais e outros profissionais de segurança pública que orquestraram a chacina.

No ano de 2003, foram denunciados 55 indivíduos que participaram do massacre, como aponta a reportagem: "vão responder por homicídio triplamente qualificado (motivo fútil, meio cruel e emboscada) e, em determinados casos, por roubo de duas caminhonetes e fraude processual (sumiço de provas e modificação do cenário do crime)" (ÚLTIMO SEGUNDO/IG, 2003, p.1).

As autoridades policiais que administraram essa operação foram julgadas, entretanto, anos depois os suspeitos foram liberados das acusações por setores da

justiça paulista. Esse caso foi um dos primeiros conflitos públicos entre o PCC e as polícias de São Paulo. A impunidade e a justificativa da extrema violência da ação se tornou uma normalidade, naturalizando a violência policial contra tudo que é suspeito na visão do Estado.

Chacina em Osasco - 2015

A maior chacina - fora dos presídios - do estado de São Paulo foi realizada na região oeste da grande São Paulo, mais especificamente nas cidades de Osasco, Barueri e Itapevi, deixando no total 23 mortos e alguns feridos, impactando toda a região. Segundo as informações, a autoria dessa barbárie foi cometida por policiais e guardas civis municipais, e o motivo foi uma vingança em função do assassinato de dois profissionais da segurança pública dias antes desse ato. Na semana anterior dessa tragédia, esses agentes de segurança pública foram mortos, em decorrência de uma execução no dia 08/08/2015 (UOL, 2015) e uma tentativa de assalto no dia 12/08/2015 (G1, 2015).

Os locais do crime foram as regiões periféricas dessas cidades. Os acusados se dirigiram a bairros que tinham alguma ligação da morte dos profissionais e dispararam aleatoriamente contra pessoas que enquadram no estereótipo de “criminoso”, indo de encontro às pesquisas de Misse (2010) sobre a construção do “sujeito bandido” no Brasil. Isto posto, mais da metade das vítimas não tinham passagem pela polícia e nenhuma tinha envolvimento com alguma facção (G1, 2015).

Assim, esse episódio foi um exemplo de uma demonstração de poder de indivíduos que faziam parte do braço armado do Estado, e utilizaram das prerrogativas da autoridade policial para vingar - sem qualquer condição de investigação e julgamento - moradores inocentes que não tinham relação com a infeliz fatalidade dos profissionais de segurança pública mortos. Os acusados foram expulsos da corporação policial, condenados em júri popular, todavia, após todos esses anos do caso, esse episódio ainda está sob julgamento da justiça.

Chacina de Pau D'Arco - 2017

A chacina de Pau D'Arco foi cometida no ano de 2017 no estado do Pará, onde 10 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela polícia militar e civil em

uma operação que resultou nessa tragédia (G1, 2017). Dentre os mortos, 9 homens e 1 mulher que residiam no local. Esses trabalhadores estavam ocupando uma fazenda improdutiva com dezenas de famílias que lutavam pelo direito à terra, sob o contexto maior das disputas históricas dos movimentos camponeses contra a regalia dos latifúndios improdutivos (G1, 2021).

Os policiais cumpriram mandado de prisão preventiva de 14 pessoas que ocupavam a área. Houve uma disputa de narrativas sobre o caso. Segundo a versão dos policiais, eles entraram no território assentado e foram recebidos a tiros pelas famílias, entretanto, os trabalhadores relataram que a polícia veio com o objetivo de matar e acabar com a ocupação (G1, 2021). Além disso, havia disputas judiciais para o despejo dessas famílias por parte dos fazendeiros. Esse caso ainda está em procedimento judicial, com 16 acusados encaminhados a júri popular e muitas tensões envolvendo a questão da terra.

Chacina guerra das facções - 2017 e 2018

As chacinas nas prisões no norte e nordeste em 2017 e 2018 inauguraram uma nova fase dos desdobramentos das organizações dos presos. Por causa da guerra entre facções como o PCC, Comando Vermelho (CV), Família do Norte (FDN), Sindicato do Crime (SIN-RN) entre outras, foi cometido um banho de sangue com dezenas de mortos e decapitados nas prisões do Amazonas, Acre, Rio Grande do Norte, chocando a opinião pública pelos suplícios, a espetacularização das mortes e do evento.

O estopim para essa guerra foi o fim da união entre o PCC e o CV em razão das disputas do controle de drogas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai em 2016. Assim, nos primeiros dias de 2017 e posteriormente em 2018, houve uma reorganização nas cadeias direcionada às facções, separando presos que eram membros ou simpatizantes dessas organizações, o que culminou com rebeliões a fim de invadir os pavilhões opostos nos quais se encontrariam os inimigos de outros comandos.

Essas chacinas iniciaram uma nova ruptura na história das organizações dos presos, haja visto que os motins não eram pautados por melhorias para a população carcerária ou denunciando as contradições e arbitrariedades do sistema penal, e sim o extermínio de rivais na lógica do crime. A maioria das mortes foi cometida por objetos

cortantes, pedaços de ferro ou ferramentas construídas manualmente para serem armas de guerra. E quando finalizado o objetivo, a decapitação e desmembramento eram tidos como demonstração de poder e vitória.

Chacina do Jacarezinho - 2021

Em Maio de 2021, outra chacina ganhou foco nos noticiários e com repercussão internacional. Na comunidade do Jacarezinho, localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, uma operação policial resultou na maior chacina da história fluminense, com mais de 28 mortos e outras pessoas feridas, com 1 policial vitimado e outros suspeitos de pertencerem à criminalidade local mortos. Essa ação policial foi repercutida nacionalmente e teve impacto internacional, visto o histórico da violência nas favelas cariocas e o momento atípico causado pela pandemia do Coronavírus.

Segundo as forças policiais, houve confrontos entre os policiais e as vítimas, que foram acusadas de pertencerem à criminalidade local para justificar tal ato. Este evento foi a operação mais letal da história carioca e as disputas de narrativas movimentaram o debate sobre segurança pública, em momento que o tema cresceu em razão dos discursos e programa político pós 2018.

No ano de 2022, uma organização da sociedade civil promoveu um memorial em homenagem aos 27 indivíduos suspeitos e 1 policial assassinado no Jacarezinho. Porém, os discursos punitivistas, alinhado a política demagógica, instituiu a derrubada do memorial por parte da instituição policial, com respaldo de políticos conservadores, como o então governador Claudio Castro (Partido Liberal), que reproduziu o discurso moralista e em defesa das forças policiais:

“Cada policial que eu perco, eu perco duas vezes. Por isso que aquele memorial lá, nós tombamos ele. O nome do André [o policial] não merece estar no meio de 27 vagabundos. O único herói que merecia um memorial é o André com seu filho, da idade do meu, que chora até hoje” (RODRIGUES, 2022, p. 1).

Depois de 1 ano desta chacina, não houve uma finalização da investigação do caso, sendo que alguns inquéritos foram arquivados e outros estão em processo. O Ministério Público avaliou que as provas do crime foram modificadas e houveram problemas para o andamento da investigação (REDE BRASIL ATUAL, 2022).

Chacina da Vila Cruzeiro - 2022

Em um intervalo de pouco mais de 1 ano, uma nova chacina ganhou atenção nacional e internacional no Estado do Rio de Janeiro, resultado de uma operação de diversas forças policiais que gerou a morte de 25 pessoas suspeitos de pertencerem à facção criminosa do CV e de atuarem na criminalidade. Este evento ocorreu na Vila Cruzeiro, no complexo da Penha, na zona norte da cidade carioca, no dia 23 de maio de 2022 (FILHO, 2022).

Este caso não foi diferente da norma que ocorre nas favelas cariocas. A forte repercussão colocou novamente a pauta da violência, segurança pública e chacina em destaque, com grupos conservadores e punitivistas, respaldados por políticos e instituições do Estado legitimando a ação dos policiais na operação da Vila Cruzeiro. Até o momento da produção deste artigo, não foi finalizada a investigação deste caso, entretanto, a forma que este evento está impactando na sociedade não foi diferente dos massacres anteriores.

Considerações Finais

Como observado, as chacinas no Brasil são múltiplas e heterogêneas, não havendo uma clareza conceitual no âmbito jurídico, podendo ser caracterizadas como massacre ou “assassinato múltiplos”. A análise desta obra dedicou-se ao estudo sociológico e político do objeto, identificando as dimensões das chacinas e suas consequências na realidade brasileira.

As ações das chacinas podem ser entendidas como uma vingança, suplícios e demonstração de poder, eliminando rivais (como nas chacinas ocorridas pelas facções nos presídios do norte e nordeste), matando indivíduos mais marginalizados (como nas chacinas de Osasco e da Candelária), ou assassinando trabalhadores rurais assentados (haja visto as chacinas de Eldorado de Carajás e Pau D'Arco).

Por fim, os massacres não são fatos isolados, e sim fruto de um complexo processo histórico, sangrento e violento, que naturalizou-se a barbárie em nossa sociedade e provoca intensos debates dentro do campo da segurança pública.

Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA, Fernanda. MST. **Chacina do Vigário Geral e a violência do Estado brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/05/chacina-do-vigario-geral-e-a-violencia-do-estado-brasileiro/>. Acesso em: 20 maio 2021
- ALMEIDA, Denise Ribeiro. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Revista Formadores: Vivências e Estudos 2014.
- BARBOSA, Catarina. Brasil de Fato. **25 anos após Massacre de Eldorado do Carajás, violência no campo dispara no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/25-anos-apos-massacre-de-eldorado-dos-carajas-violencia-no-campo-dispara-no-brasil>. Acesso em: 14 maio 2021.
- BOECKEL, Cristina (Rio de Janeiro). G1. **Sobrevivente da chacina de Vigário Geral evita sair de casa no mesmo dia da tragédia; crime completa 25 anos**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/29/sobrevivente-da-chacina-de-vigario-geral-evita-sair-de-casa-no-mesmo-dia-da-tragedia-crime-completa-25-anos.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2021.
- COSTA, Caio Túlio. **Sobre o medo em São Paulo**: Ainda o espetáculo. Revista USP , n. 80, p. 98-110, 2009
- SILVA, Uvanderson Vitor da; SANTOS, Jaqueline Lima; RAMOS, Paulo César. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- DE LIMA VEDOVELLO, Camila. **As chacinas em São Paulo**: da historicidade à Chacina da Torcida Pavilhão 9.
- DE LIMA VEDOVELLO, Camila; RODRIGUES, Arlete Moysés. **As chacinas em São Paulo**. Revista de Estudos Empíricos em Direito , v. 7, n. 2, p. 161-179, 2020.
- DYNA, Eduardo Armando Medina. **As faces da mesma moeda**: Uma análise sobre as dimensões do Primeiro Comando da Capital. 2021a. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021. Cap. 5.
- FERREIRA, Marcos ASV; FRAGMENTO, Rodrigo. **Degradação da Paz no Norte do Brasil**: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 4, n. 2, p. 91-114, 2019.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Trabalhadores e bandidos**: categorias de nomeação, significados políticos. Temáticas, v. 15, n. 30, 2007.
- FILHO, Herculano Barreto. (Brasil). **'Corpos pelo chão': a procura em hospital no Rio por mortos em chacina**. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/31/hospital-corpos-mortos-operacao-policial-vila-cruzeiro-rj.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

G1 (Pará). **Dez pessoas são assassinadas em fazenda no sudeste do Pará.** 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/dez-pessoas-sao-assassinadas-em-fazenda-no-sudeste-do-para.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2021.

G1 (Pará). Sobrevivente e testemunha-chave da chacina de Pau D'Arco, no PA, é morto após relatar ameaças. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/15/sobrevivente-e-testemunha-chave-da-chacina-de-pau-darco-no-pa-e-morto-apos-relatar-ameacas-vivo-preocupado-entao-melhor-sair-daqui.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2021.

G1 (São Paulo). **Chacina em Osasco e Barueri:** veja o que se sabe e o que falta esclarecer. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/chacina-em-osasco-e-barueri-veja-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer.html>. Acesso em: 14 mai. 2021.

G1 (Sorocaba e Jundiaí). **Nove pessoas morrem em operação da Rota em Várzea Paulista, SP.** 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/09/nove-pessoas-morrem-em-operacao-da-rota-em-varzea-paulista-sp.html>. Acesso em: 20 maio 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil. 2004

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. **Mulher fiel:** às famílias das mulheres dos presos relacionados ao primeiro comando da capital. 2013.

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Carandiru não é coisa do passado:** um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre. 2015.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal:** aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova, (79), 15-38. 2010.

MOREIRA, Alex. **O PCC em São Paulo:** "coletivo de presos" ou "organização criminosa"? 2012.

ONODERA, Iwi et al. **Estado e violência:** um estudo sobre o massacre do Carandiru. 2007.

REDE BRASIL ATUAL (São Paulo). **Massacre no Jacarezinho completa um ano com 24 das 28 mortes arquivadas pelo MP.** 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/05/chacina-no-jacarezinho-completa-um-ano-com-24-das-28-mortes-arquivadas-pelo-mp/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

RODRIGUES, Cléber. (Brasil). **Governador do Rio chama vítimas de chacina do Jacarezinho de "vagabundos".** 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governador-do-rio-chama-vitimas-de-chacina-do-jacarezinho-de-vagabundos/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SALLA, Fernando. **De Montoro a Lembo**: as políticas penitenciárias em São Paulo. Revista Brasileira de Segurança Pública , v. 1, n. 1, 2007.

SILVEIRA, Daniel; BOECKEL, Cristina (Rio de Janeiro). G1. **Chacina da Candelária: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

VEDOVELLO, Camila de Lima et al. As chacinas em São Paulo: da historicidade à chacina da torcida pavilhão 9. Revista de estudos empíricos em direito, 2020.

TERRA (Rio de Janeiro) (ed.). **Candelária: 25 anos de uma chacina num país que não mudou**. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/candelaria-25-anos-de-uma-chacina-num-pais-que-nao-mudou,7c1185a0481d59489b4af0cde5a379d2dfe2m7fa.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

ÚLTIMO SEGUNDO/IG. Repórter Brasil. **MP conclui que Castelinho foi uma “farsa macabra”**. 2003. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2003/12/mp-conclui-que-castelinho-foi-uma-farsa-macabra/>. Acesso em: 20 maio 2021.

UOL (ed.). **Uma semana antes da chacina, PM foi morto em Osasco (SP)** . 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/08/14/uma-semana-antes-de-chacina-pm-foi-morto-em-osasco-sp.htm>. Acesso em: 14 mai. 2021.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. **A guerra das mães**: dor e política em situações de violência institucional. cadernos pagu, p. 79-116, 2011.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru** . Editora Companhia das Letras, 2005.

Capítulo 9
SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS: IMPASSES
NA PROTEÇÃO SOCIAL E NO CUIDADO A
CRIANÇAS E FAMÍLIAS

Delaine Melo
Gabriella Moraes Duarte Miranda
Bernadete Perez Coelho



SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS: IMPASSES NA PROTEÇÃO SOCIAL E NO CUIDADO A CRIANÇAS E FAMÍLIAS

Delaine Melo

Doutora em Serviço Social. Docente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco

Gabriella Morais Duarte Miranda

Doutora em Saúde Pública. Docente do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal de Pernambuco

Bernadete Perez Coelho

Doutora em Saúde Pública. Docente do Departamento de Ciências Médicas da Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO

O trabalho resulta da participação de docentes e graduandos(as) de Fisioterapia, Medicina e Serviço Social no Projeto de Pesquisa “Estudo de coorte das crianças nascidas no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco: os fatores associados à Síndrome Congênita do Vírus Zika”, em curso desde 2016, objetivando analisar as repercussões e associações da microcefalia pela infecção do vírus Zika durante a gravidez. O núcleo de Serviço Social, buscou apreender articulações entre pauperismo e exposição à doença, como determinação social da Saúde, e problematizar a ausência do Estado na proteção social e no cuidado a crianças e famílias, agudizada no contexto da pandemia da covid-19.

Palavras-chaves: Síndrome Congênita do Zika vírus. Pauperismo. Questão Social. Proteção Social. Cuidado. Covid-19.

ABSTRACT

The work results from the participation of teaching and undergraduates of Physiotherapy, Medicine and Social Service in the Research Project “Cohort study of children born at Hospital das Clínicas, Federal University of Pernambuco: the factors associated with Congenital Zika Virus Syndrome”, in progress since 2016, with the aim of analyzing the repercussions and associations of microcephaly owing to Zika virus infection during pregnancy. As a Social Work nucleus, we sought to apprehend links between pauperism and exposure to the disease, as a social determinant of Health, and to problematize the State's absence in social protection and in the care of children and families, exacerbated in the context of the covid-19 pandemic.

Keywords: Congenital Zika virus syndrome. Pauperism. Social issues. Social Protection. Caution. Covid-19.

1. INTRODUÇÃO

O surto do Zika vírus e de microcefalia por infecção congênita do vírus, ocorreu entre os anos de 2014 e 2016 e exigiu diversas ações governamentais e cuidados diferenciados por parte das famílias e de profissionais de saúde com vistas a responder às necessidades e demandas das crianças afetadas. A pandemia do novo coronavírus, complexificou consideravelmente a atenção adequada de tratamento e reabilitação.

Componentes do coletivo da pesquisa “Estudo de coorte das crianças nascidas no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco: os fatores associados à Síndrome Congênita do Vírus Zika”, realizada no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco - HC-UFPE e aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, CCS-UFPE, sob o nº do parecer: 1.723.253 e CAAE: 54734316.5.0000.5208, propõem o presente trabalho com a finalidade de refletir sobre o fenômeno da Síndrome Congênita do Vírus Zika e Microcefalia, complexificação diante da pandemia da covid-19 e as determinações sociais da Saúde.

A pesquisa reuniu docentes e estudantes dos cursos de Fisioterapia, Medicina e Serviço Social e foi guiada pelo método materialista dialético de apreensão do real, com abordagem quanti e qualitativa. O percurso incluiu revisão bibliográfica e pesquisa documental, além da realização dos procedimentos de entrevistas individuais estruturadas aplicadas com familiares, grupos focais realizados com familiares e com profissionais da rede de atenção primária e hospitalar e acompanhamento sistemático das crianças e familiares no Ambulatório de Puericultura do HC em parceria com a equipe multiprofissional do Setor.

O trabalho reflete sobre o sistema de proteção social brasileiro e o Sistema Único de Saúde (SUS) no enfrentamento ao surto do Zika vírus e microcefalia e problematiza as condições de proteção social e cuidado a crianças e famílias afetadas diante da emergência sanitária em nível global causada pela covid-19.

2 PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA– CONFORMAÇÃO E ATUALIDADE

O surto do Zika vírus no Brasil e suas repercussões na vida de crianças e famílias acometidas pela Síndrome Congênita do vírus Zika, adiante SCZ, demandaram respostas efetivas do sistema de proteção social brasileiro. A proteção social por sua vez, exige, conforme Sposati (2013, p.671), a integração de todas as políticas da seguridade social, o que implica esforço para atendimento integral e desfragmentação do atendimento a necessidades sociais, sendo processo inconcluso no Brasil.

Desde os primórdios das ações assistenciais até a atualidade, a proteção social resulta das lutas dos(das) trabalhadores(as), sempre tensionada e limitada pela ordem do capital. Behring e Boschetti (2009), descrevem que no auge da revolução industrial, até mesmo as “tímidas e repressivas” medidas de proteção social elaboradas no período pré-capitalista foram abandonadas, “[...] provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social” (p.51). É só a partir da organização e mobilização da classe trabalhadora que novas regulamentações começam a surgir. As autoras apontam o final do século XIX e início do século XX como marco do enfraquecimento dos argumentos liberais defendidos até então, principalmente pelo fortalecimento do movimento operário e a crise de 1929 (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

De modo geral, as políticas sociais começam a se generalizar após a segunda guerra mundial, durante a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, respondendo às necessidades da classe trabalhadora ao passo que dá condições a manutenção do modo de produção capitalista. De acordo com Behring e Boschetti (2009), políticas sociais e o sistema de proteção social são

Desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (p. 51).

A questão social e suas expressões são objeto de estudo e intervenção do Serviço Social, sendo compreendida como contradição intransponível na sociabilidade capitalista, assentada no antagonismo da sociedade de classes que o concretiza; é definida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação

dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

No Brasil, a partir de 1930 começam a surgir regulações sociais mais estruturadas, porém só com a Constituição Federal de 1988, ao firmar-se a seguridade social, começa a se desenvolver um sistema de proteção social. A forte mobilização popular no bojo do processo da redemocratização, após anos de ditadura militar, a chamada Constituição Cidadã é conquistada e passa a assegurar direitos sociais fundamentais. Os direitos sociais foram ‘arrancados’ da burguesia e seguem enfrentando diversas barreiras à sua efetivação; desde sua formulação, a Constituição Federal e a seguridade social brasileira enfrentam ameaças.

A partir da década de 1990 o receituário neoliberal é implantado no país, demarcando investidas contrárias à consolidação dos direitos conquistados e assegurados no texto constitucional de 1988. Sucede-se uma série de contrarreformas, ainda em curso na atualidade, caracterizadas por ajustes econômicos e políticos que atingiram diretamente as classes subalternas (DURIGUETTO, DEMIER, 2017).

A tendência neoliberal pressupõe o Estado ampliado para o mercado e mínimo para as demandas sociais, impondo a retração orçamentária para políticas sociais, o que agudiza as desigualdades e ameaça a reprodução social. Nesse contexto, as políticas sociais estão cada vez mais focalizadas, já que o Estado representa os interesses do mercado em detrimento das necessidades sociais dos indivíduos (PACHECO; PEREIRA, 2017). Pode-se afirmar que, no Brasil, os setores mais pauperizados da classe trabalhadora vivem em meio a uma forte regressão de direitos sociais e precarização de suas condições materiais de existência

As políticas do sistema de seguridade social brasileiro, a saber as políticas de Assistência Social, Previdência Social e Saúde, têm sido duramente afetadas no processo de contrarreformas do Estado brasileiro. O pensamento ultraliberal contrapõe-se diretamente à propositura da proteção social, cuja noção seria “[...] expressão de dependência, e atribui às suas ações o contorno de manifestação de tutela e assistencialismo, em contraponto a liberdade e autonomia que, pelos valores da sociedade do capital, devem ser exercidas pelo “indivíduo” [...]” (SPOSATI, 2013, p.654).

É esta grave investida contra a seguridade social e os princípios da proteção social que vemos se encaminhar no Brasil nos últimos anos, cujo ataque crucial, a

Emenda Constitucional nº 95 de 2016, representa retrocesso enorme no financiamento e, conseqüentemente, na efetivação das políticas e direitos garantidos ao “congelar” durante 20 anos as despesas primárias. Nesse contexto de conservadorismo exacerbado e de derrotas sucessivas da classe trabalhadora brasileira, situamos o objeto central desse trabalho, o surto do Zika vírus e a SCZ no Brasil e entraves ao processo de cuidado à saúde e sobrevivência dessas crianças e famílias, considerando as determinações sociais que engendram os processos de adoecimento e morte.

3 SAÚDE COMO DIREITO NO CONTEXTO DE CONTRARREFORMAS

A Constituição Federal de 1988, dentre tantas garantias civilizatórias, inaugura uma nova perspectiva para a Saúde no Brasil. Se outrora o acesso a serviços de saúde era restrito cidadãos/cidadãs com emprego regulamentado, a partir do novo marco constitucional a Saúde ganha *status* de bem social e direito universal.

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem sua origem nas proposições e lutas populares das décadas de 1970 e 1980, com destaque para o Movimento da Reforma Sanitária composto por grupos de intelectuais, profissionais de Saúde e lideranças políticas (GERSCHMAN, 1995). O Movimento Sanitarista contou com "participação dos movimentos populares em saúde que proliferaram na década de 1970, originados nos bairros pobres das periferias das grandes cidades, organizados em torno da reivindicação de melhores condições de saneamento, assistência médica e transporte" (ROMERO, 2006, p.7).

Ainda que em face de projetos distintos, o sanitarista e o privatista, a política pública de saúde foi concebida e afiançada por meio da Constituição Federal de 1988, regida "pelos princípios de universalidade e equidade no acesso às ações e serviços e pelas diretrizes de descentralização da gestão, de integralidade do atendimento e participação na comunidade, na organização de um sistema único saúde no território nacional" (LUCCHESE, 2004 p.3).

O SUS imprimiu mudanças importantíssimas na atenção à saúde da população, porém, desde sua origem, encontra-se atrapado por um projeto privatista em seu interior, conflitante com os princípios de universalidade, integralidade e equidade presentes nos marcos legais do Sistema e na Constituição Federal. Ao contrário, a lógica política e gestonária é de favorecimento do acesso do setor privado ao fundo público, gestão dos serviços por organizações sociais (OS) e implemento do

mercado, exemplificada pelo Decreto 10.530/2020, proposto, e posteriormente revogado dada a pressão social, pelo poder executivo que incluía a política de fomento à Atenção Primária em Saúde ao programa de concessões e privatizações do governo, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2020).

Diante da emergência sanitária da pandemia, o desmonte histórico do SUS ganha visibilidade, ao tempo em que se evidencia sua importância como política pública. O país conta com um Sistema que tem excelente estruturação e capacidade assistencial, porém o sucateamento, resultado da histórica escassez de investimentos e dos itinerários privatizantes impostos, em maior ou menor escala, nesses 33 anos de sua existência restringe a potencialidade das ações em saúde. Não há como pensar a pandemia da covid-19 sem problematizar como fator de aprofundamento da crise as políticas de austeridade, cuja lógica determina desorçamentação e desmantelamento das políticas sociais, incluso o sistema público de saúde.

Os serviços públicos de Saúde são os principais equipamentos acessados pelas famílias de crianças acometidas pela SCZ, e pelo tratamento dos seus agravos, por vezes classificados como deficiência múltipla. O Estatuto da pessoa com deficiência, artigo 28, é claro ao apontar que “é assegurada a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário” (BRASIL, 2015). Muitos são os desafios enfrentados pelas famílias e crianças em prover o necessário cuidado em saúde – dificuldade de acesso a serviços básicos e especializados, falta de transporte para deslocamentos, falta de insumos e medicamentos - refletem desafios do próprio SUS em garantir a assistência adequada em todos os seus níveis de atenção; aponta-se que a própria viabilidade do Sistema se encontra sob risco constante frente ao aprofundamento aligeirado da contrarreforma da Saúde.

4 DETERMINAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE E A EPIDEMIA DA SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS E MICROCEFALIA EM PERNAMBUCO

O Zika vírus teve origem em 1947 na Floresta Zika, em Uganda; posteriormente, foi identificado na Micronésia em 2007 e em 2013 na Polinésia Francesa. Em 2014 o Zika surge em vários municípios do Nordeste brasileiro, sendo

que no final de 2015, já tinha sido identificado casos de infecção pelo Zika vírus em todas as cinco regiões do país. (ESPÍRITO SANTO, 2015).

Com base nos dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Boletim Epidemiológico nº 39 (BRASIL, 2018), 59,3% dos casos de Zika no Brasil foi identificado no Nordeste do país, tendo o estado de Pernambuco alcançado um dos índices mais altos do surto da Síndrome Congênita do Zika entre 2014 e 2016. Entende-se que a incidência da epidemia em Pernambuco segue o padrão de pauperismo e, de acordo Débora Diniz (2016), “não haveria uma epidemia como a que se desenvolveu no Brasil se o território não fosse convidativo à disseminação rápida: mosquitos, saneamento precário e uma frágil política de saúde para o enfrentamento da nova doença” (p.38).

Consoante Melo et al. (2018), na cidade do Recife, capital de Pernambuco, os casos seguiram a trilha da pobreza. As autoras trazem dados da Secretaria Municipal de Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais apontam os bairros de maior incidência das notificações: Ibura (14), Várzea (12), Cohab (10), Dois Unidos (9), Areias (8), Nova Descoberta (9), Cordeiro (8) e Água Fria (5), onde a cobertura de esgotamento sanitário é inferior a 50% e parte do esgoto escoar por canais abertos, condição favorável à reprodução dos mosquitos vetores.

No final de 2015, com a epidemia instalada, observa-se aumento significativo dos casos de microcefalia entre recém-nascidos no Nordeste. A comunidade científica volta seus olhos para o Zika vírus como principal causador da Síndrome. Logo, estudos e pesquisas foram motivados, reconhecendo que os estudos epidemiológicos sobre desenvolvimento infantil exigem avaliação das condições ambientais vinculadas aos fatores sociais, econômicos e de atenção à saúde considerando a indissociabilidade entre aspectos biológicos, ambientais e sociais.

A proposta de pesquisa interdisciplinar vivenciada pela participação no Projeto de Pesquisa intitulado “Estudo de coorte das crianças Nascidas no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco: os fatores associados à Síndrome Congênita do Vírus Zika”, pontua, entre outras aproximações, a questão social imbricada no acometimento das crianças com microcefalia e a desigualdade social, vista como um dos maiores fatores geradores do surto de Zika vírus. A inserção de um grupo de estudantes e de uma docente do Curso de Graduação em Serviço Social, buscou ampliar o conhecimento da realidade social das crianças e de suas famílias, com vistas a favorecer o acesso a direitos socioassistenciais, por tratar-se de uma

pesquisa-ação. Dessa forma, foram realizadas 26 entrevistas com pessoa de referência das crianças, em sua maioria mães, com atendimento especializado e socioeducativo, incluindo encaminhamento à rede territorial via Centro de Referência da Assistência Social-CRAS.

Os dados coletados revelaram que o surto da Síndrome Congênita do Zika vírus teve interface com as condições socioeconômicas e sanitárias da população, atingindo enormemente famílias de baixa renda que vivem em áreas periféricas e refletindo a desigualdade social a que são submetidas. Para além da pauperização resultante da desigualdade entre as classes, as famílias encontram óbices na concretização de direitos sociais.

5 SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS NO CONTEXTO DA COVID-19

A epidemia do Zika vírus pronunciou-se não só como um problema de saúde pública, mas também se revelou como expressão da questão social, econômica e política (NUNES; PIMENTA, 2016), desvelando um quadro de desigualdades sociais já existentes e agudizadas. Cinco anos após o surto da microcefalia decorrente do Zika vírus no Brasil, surgiu, em fevereiro de 2020, a pandemia do novo coronavírus²¹ e rapidamente se espalhou por todos os estados brasileiros²², nos diversos setores da sociedade, porém com maior letalidade nas populações mais vulnerabilizadas. Estudos realizados ao longo do ano 1 da pandemia, apresentam perfis e condições de vida das pessoas mais acometidas pela doença. Na cidade do Recife, por exemplo, conforme estudo do geógrafo e professor Jean Bitoun, territórios registrados como Comunidades de Interesse Social (CIS), que são regiões de maior adensamento populacional localizadas na periferia, houve menor registro de casos leves da covid-19, porém com maior quantidade de óbitos comparado a regiões com menor adensamento populacional. Nesses locais há alta presença de pessoas negras (67,66%) com renda per capita média de R\$ 333,5, imbricando os indicadores de raça e pobreza. (BITOUN et.al., 2020).

²¹ Em dezembro de 2019, a cidade de Wuhan, na China, vivenciou um surto de pneumonia de causa desconhecida. Em janeiro de 2020, pesquisadores chineses identificaram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) como agente etiológico de uma síndrome respiratória aguda grave. Lancet [Internet]. 2020 Feb [cited 2020 Apr 27];395(10224):542-5. Available from: > [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)30374-3](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(20)30374-3).

²² Em 3 de fevereiro de 2020, o Brasil declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). Brasil. Diário Oficial da União, Brasília (DF); 2020 fev 4 [citado 2020 Apr 27]; Seção Extra:1. Disponível em > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt188-20-ms.htm.

No que se refere às crianças com microcefalia e suas famílias, a pandemia impactou de diversas maneiras; do isolamento social à maior predisposição a doenças respiratórias, o impacto econômico foi grande sobre as famílias mais pobres. Somaram-se a dificuldade do acesso ao tratamento, seja pela substituição dos serviços terapêuticos presenciais para teleatendimento, seja pela suspensão de programa de transporte para tratamento de saúde – o Programa Pernambuco Conduz, reduziu suas atividades a pacientes que realizam hemodiálise (FONSECA, 2020). Reportagens jornalísticas, apontam involução clínica em consequência da interrupção de atendimentos especializados e no atraso na oferta de medicamentos essenciais ao tratamento diário fornecidas pelo SUS.

Quanto ao perfil econômico das famílias com crianças acometidas pela SCZ confirmadas e/ou em investigação, entre as entrevistadas, todas se encontravam no critério de baixa renda. De acordo com a sistematização dos dados das entrevistas realizadas no projeto, de um total de 26 famílias entrevistadas, 10 possuíam renda proveniente de trabalho informal e 12 haviam se inscrito para serem beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e apenas 2 famílias foram contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC)²³. Em fevereiro de 2020, foi aprovada uma medida para concessão de pensão vitalícia a crianças com microcefalia, entretanto destinou-se apenas àquelas que já possuíam o BPC (ALVES, 2020) demonstrando, mais uma vez, a focalização da Política de Assistência Social, a qual, apesar dos avanços, não garante a universalização do direito a todos/as que dela precisam, como assegura a legislação.

Com a chegada da pandemia da covid-19, as famílias, especialmente as mães, que já haviam passado por uma epidemia, passariam pelo mesmo assombro. Vários casos são relatados mostrando as dificuldades de mães e famílias enquanto o acesso ao benefício financeiro disponibilizado pelo Governo Federal; seguindo o critério do Auxílio Emergencial do Governo Federal, mulheres-mães chefes de família, teriam direito de receber o valor máximo do auxílio e garantir as despesas básicas. Porém, como afirma Germana Soares, presidenta da União de Mães de Anjos (UMA), Associação de Mães de crianças com SCZ, em entrevista concedida no dia 14 de abril

²³ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garante o benefício de um salário mínimo mensal à pessoa idosa maior de 65 anos de idade ou à pessoa com deficiência que comprovadamente não possua meios de prover a sobrevivência nem de tê-la provida por sua família.

de 2020 à TV JORNAL, o direito não chega a todas as famílias e muitas são supridas por doações de cestas básicas, álcool, fralda, máscaras, entre outros itens.

Pontua-se ainda que, ao longo dos anos, a oferta assistencial às crianças diminuiu; em grande parte, isso resulta do menor investimento na política de saúde e por terem se tornado demandas 'ultrapassadas' por novas necessidades de assistência emergencial (OLIVEIRA, 2018). O quadro foi agudizado no contexto da covid-19, afetando a continuidade do cuidado necessário para os avanços clínicos e socialização das crianças. Nunes e Pimenta (2016) pontuam esse processo como parte de uma zona de negligência na saúde

[...] da forma como determinados assuntos ou grupos se tornam visíveis ou invisíveis nesse processo. A negligência pode estar presente mesmo quando é dada muita atenção a determinado assunto, pois a qualidade dessa atenção pode ser superficial, passageira ou não considerar aspectos subjacentes importantes (p. 26).

Tanto a epidemia do Zika vírus quanto a pandemia de covid-19 tomaram imensa proporção nos meios midiáticos, entretanto, questões como estas, especialmente vivenciadas pelas populações mais pauperizadas, tendem a receber menor atenção. A questão central, entretanto, é a política neoliberal assumida pelo Estado brasileiro com profundas repercussões no desfinanciamento da proteção social, negligenciando a gestão do fundo público para atendimento das necessidades humanas da população. No cenário pandêmico, o povo sentiu as duras consequências da retração de direitos e das parcas condições de renda²⁴ que têm demarcado níveis elevadíssimos de insegurança alimentar e nutricional, inviabilizando concretamente a sobrevivência.

6 CONCLUSÃO

A covid-19 é elemento novo e inesperado em nível global, sendo compreensível a dificuldade de enfrentamento imediato das diversas situações oriundas da pandemia. No entanto, a situação da política de saúde escancara fatores já existentes no Brasil desde sua formação e reforçados nos últimos anos com o avanço do ideário neoliberal, a desigualdade de acesso e fragilidade das políticas sociais.

²⁴ Na Assistência Social como política de proteção social, constam algumas 'seguranças': segurança de acolhida, segurança de convivência familiar e comunitária, segurança de sobrevivência/renda, segurança de equidade, segurança de travessia. Para aprofundar: (SPOSATI, Aldaíza. Assistência social de ação individual a direito social. In: RBDC, n. 10, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf.

Desde sua gênese, o Sistema de Saúde brasileiro nunca foi implementado para alcance integral de seus princípios e diretrizes. Deparou-se, e depara-se até hoje, com desafios de gestão, subfinanciamento e disputas mercadológicas. No enfrentamento à pandemia do novo coronavírus tem sido impactado em sua capacidade instalada e demandas sobrepostas ao lado de investimentos reduzidos.

Na esteira de contrarreformas que se desdobraram no Estado brasileiro, há impactos ao SUS; destaca-se, como já apontado anteriormente, a Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos públicos e seus rebatimentos deletérios no que diz respeito ao financiamento das políticas sociais e em especial da de Saúde; os efeitos dessa ofensiva são mais visíveis, no contexto pandêmico em que o Brasil se insere.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças nascidas com microcefalia para continuidade do cuidado e acesso a tratamentos e cuidados em saúde, frente à insuficiência da rede de serviços em Pernambuco, tornaram-se ainda maiores. A assistência foi impactada pela suspensão ou redução drástica de atendimentos presenciais, deixando efeitos de involução clínica, conforme fala de familiares em reportagens na mídia. Vale ressaltar que fatores socioeconômicos e de saúde estão interligadas, sendo que investimentos na saúde da população impescindem de investimentos na vida e nas necessidades humanas de trabalho, renda, habitação e saneamento, educação, cultura, lazer.

No atual cenário, novas barreiras de acesso a cuidados em Saúde se somaram às já existentes; crianças e famílias que outrora, no *rush* da epidemia, enfrentaram o despreparo do Estado para enfrentamento da Síndrome Congênita do Zika vírus, seguem enfrentando a ineficiência das políticas sociais diariamente, sendo que a pandemia da covid-19 traz demandas emergentes ao SUS e a prioridade de gestão da crise sanitária. Sabe-se que a existência do SUS, como sistema universal, foi fundamental para mitigar a devastação causada pelo vírus Sars-CoV2 no país, daí reafirmar-se veementemente os princípios do SUS e a defesa da Saúde pública, universal e de qualidade, bem como o fortalecimento do sistema de proteção social brasileiro.

Vê-se a importância da luta pela ampliação e manutenção dos direitos sociais e de se esperar, como demarca o Mestre Paulo Freire (1992) em sua Pedagogia da Esperança, não como espera passiva, mas que implica “construir, não desistir, levar adiante, juntar-se com outros para fazer de outro modo”, mesmo em tempos tão incertos, em que falas oficiais desprezam diferenças ideológicas, religiosas, sexuais,

geracionais e da condição pessoal, a exemplo das declarações inimagináveis do atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, contrário ao acesso à escola regular por crianças com deficiência, o qual, “em entrevista ao programa Direto ao Ponto, da Rádio Jovem Pan, voltou a comentar as suas declarações sobre crianças com deficiência “atrapalharem” o ensino dos demais estudantes e, em alguns casos, ser “impossível a convivência”. Ribeiro reforçou o discurso que o MEC (Ministério da Educação) e o governo não querem o “inclusivismo” dessas crianças nas escolas e usou novamente o termo “atrapalhar” (UOL, 2021). Quanta luta por lutar!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2020. Bolsonaro anuncia revogação de decreto sobre o SUS; oposição comemora. 28 de out. de 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/703567-bolsonaro-anuncia-revogacao-de-decreto-sobre-o-sus-oposicao-comemora/>. Acesso em 31 de ago. de 2021.

ALVES, Pedro. Cinco anos após Zika, crianças com microcefalia sofrem com falta de terapias e remédios devido ao novo coronavírus. **G1**, 2020. Disponível em:<<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2020/05/20/cinco-anos-apos-zika-criancas-com-microcefalia-sofrem-com-falta-de-terapias-e-remedios-devido-ao-novo-coronavirus.ghtml>> Acesso em: 22 de Jul. de 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 6.ed., São Paulo: Cortez, 2009.

BITOUN, Jean. (et. al.). Nota Técnica – Distribuição desigual dos casos, óbitos e letalidade por SRAG decorrentes da COVID-19 na Cidade do Recife 05/06/2020. Projeto Meios informacionais digitais interativos na produção e difusão de orientações para públicos específicos sobre a Covid-19. **Observatório UFPE Covid-19**. UFPE. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39626/0/notaCOVID.pdf/f91dab20-1ee5-4af9-87f8-b48028b05535>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. acesso em: 27 de jul. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Monitoramento integrado de alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, n. 39, v. 49, 45ª nov. 2015 à 30ª Jul. 2018 semanas epidemiológicas. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/11/2018-047.pdf>. Acesso em: 29 de jul. 2020.

DINIZ, Débora. **Zika: do sertão nordeste a ameaça global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DURIGUETTO, M. L., DEMIER, F. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. Argum, Vitória, v.9, n. 2, p.8-19, maio/ag. 2017.

ESPÍRITO SANTO (estado), Secretaria do Estado de Saúde. Zika Virus. **Portal do governo do Espírito Santo**, 2015. Disponível em: <https://mosquito.saude.es.gov.br/zika-virus>. Acesso em: 20 de Jul. 2020.

FONSECA, Danielle. Mães e pessoas com deficiência sofrem com suspensão do programa PE Conduz. **TV Globo**, Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/07/23/maes-e-pessoas-com-deficiencia-sofrem-com-suspensao-do-programa-pe-conduz.ghtml>. Acesso em: 25/07/2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GERSCHMAN, Sílvia. **A democracia inconclusa**. Um estudo da Reforma Sanitária Brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCHESE, Patrícia T. R. (org.). **Políticas Públicas em Saúde**. Coleção informações para tomadores de decisão em Saúde. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2004.

MELO, D. *et al.* Determinações Sociais da Saúde e o Surto de Microcefalia em Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. p.8.

NUNES, João; PIMENTA, Denise Nacif. A EPIDEMIA DE ZIKA E OS LIMITES DA SAÚDE GLOBAL. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 98, p. 21-46, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445021-046/98>.

OLIVEIRA, Erivânia de Melo Ferreira; MIRANDA, Ana Paula Rocha de; SOUZA Fernanda Marques. Precarização do trabalho e exercício profissional nos serviços de saúde. in: Encontro Internacional de Política Social, 6; Encontro Nacional de Política Social, 13., 2018. **Anais Encontro Nacional e Internacional de Políticas Sociais**. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: www.periodicos.ufes.br/EINPS/article/download/20197/13538. Acesso em: 10 jul. 2019.

PACHECO, J. S. e PEREIRA, P. A. P. Banalização da pobreza no neoliberalismo – “dano colateral” ou dano efetivo? **Revista Sociedade em Debate**, 23(1): 26 - 45, 2017.

ROMERO, Luiz Carlos. O Sistema Único de Saúde: Um capítulo à parte. Publicação e documentação - **Senado Federal** (online), 2006. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/seguridade-social-o-sistema-unico-de-saude-um-capitulo-a-parte/view>> Acesso em: 27 jul. 2020.

SEM auxílio de R\$ 600, mães de crianças com microcefalia pedem ajuda. **TV Jornal**, Pernambuco 14 de Abr. de 2020. Disponível em: <<https://tvjornal.ne10.uol.com.br/bronca-24-horas/2020/04/14/sem-auxilio-de-r-600-maes-de-criancas-com-microcefalia-pedem-ajuda-186982>> Acesso em: 23 de Jul. de 2020.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social e seguridade Social no Brasil. São Paulo: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 116, p. 652-674, out-dez, 2013.

TEIXEIRA, M. **Sobreviventes de uma epidemia, crianças com microcefalia enfrentam desafios de uma pandemia**. Diário de Pernambuco, Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/04/sobreviventes-de-uma-epidemia-criancas-com-microcefalia-enfrentam-des.html>. Acesso em: 25 de jul. de 2020.

UOL Educação. Ribeiro sobre crianças deficientes nas escolas: 'Não queremos inclusivismo'. Agosto 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/24/milton-ribeiro-ministro-da-educacao-fala-criancas-deficiencia.htm>. Acesso em: 31 de ago. de 2021.

VIACAVA, Francisco; OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas de; CARVALHO, Carolina de Campos; LAGUARDIA, Josué; BELLIDO, Jaime Gregório. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 1751-1762, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.06022018>>. Acesso em 26 de jul. de 2020.

Capítulo 10
A POLÍTICA PÚBLICA FRENTE AO PROTAGONISMO
DOS USUÁRIOS: O CASO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO
IFPI

Samara Cristina Silva Pereira



A POLÍTICA PÚBLICA FRENTE AO PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS: O CASO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO IFPI

Samara Cristina Silva Pereira

*Assistente Social do IFPI; Especialista em Educação Profissional integrada à
Educação de Jovens e Adultos - IFPI; Mestre em Políticas Públicas – UFPI, e-mail
samara.silva@ifpi.edu.br.*

RESUMO

A política de educação profissional integrada ao ensino médio, regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004, constitui modalidade prioritária nos Institutos Federais. Seu modelo, propõe a formação de técnicos a partir da educação integral, que congrega educação propedêutica (que habilita para o ensino superior) à formação profissional (voltada para atuação específica no mercado). Frente a estas possibilidades, investiga-se como os estudantes do IFPI conformam tal modelo às suas aspirações profissionais e acadêmicas. Corrobora-se a compreensão de que os atores que se relacionam com a política (operadores e usuários) interferem na materialização de seu desenho e nos resultados (GIOVANNI, 2009). Adota-se metodologia qualitativa e quantitativa, com pesquisa documental, revisão de literatura, aplicação de questionário entre estudantes e entrevista com egressos. Verificou-se que os interesses acadêmicos dos estudantes se sobrepõem aos de atuação como técnico, revelando que os usuários da política, em circunstâncias favoráveis, conformam a mesma aos seus valores e interesses.

Palavras-chave: Política Pública. Educação Profissional. Estudantes.

ABSTRACT

The professional education policy integrated with secondary education, regulated by Decree No. 5.154/2004, is a priority modality in Federal Institutes. Its model proposes the training of technicians from comprehensive education, which brings together propaedeutic education (which enables higher education) to professional training (focused on specific performance in the market). Faced with these possibilities, we investigate how IFPI students conform this model to their professional and academic aspirations. It corroborates the understanding that the actors who relate to the policy (operators and users) interfere in the materialization of its design and results (GIOVANNI, 2009). Qualitative and quantitative methodology is adopted, with documental research, literature review, application of a questionnaire among students and interviews with graduates. It was found that the students' academic interests overlap with those of acting as a technician, revealing that policy users, in favorable circumstances, conform the policy to their values and interests.

Keywords: Public Policy. Professional education. Students.

1 INTRODUÇÃO

A política pública ao ser implementada sofre influência dos valores e interesses cultivados pelos atores que a executam e usuários, haja vista que nem sempre coincidem os objetivos traçados pela política com as aspirações e necessidades de operadores e o público-alvo da ação do Estado. A partir dessa compreensão, o presente trabalho discorre sobre a materialização da política de educação profissional integrada ao ensino médio a partir da experiência dos usuários dessa política pública no Instituto Federal do Piauí – IFPI.

O objetivo fulcral é apreender e discutir os usos que os estudantes da educação profissional integrada no IFPI conferem à formação possibilitada por esta modalidade de ensino. Objetiva-se também discutir o desenho da política de integração da educação profissional com o ensino médio no contexto das políticas educacionais brasileiras, suas finalidades e as disputas que interferem sobre seu delineamento; identificar as práticas dos usuários do ensino integrado no IFPI frente à formação geral e profissional ofertada pela modalidade; evidenciar como as aspirações e interesses dos usuários repercutem sobre o alcance dos resultados de uma política pública.

Conforme Giovanni (2009), as políticas públicas são caracterizadas por “elementos primários”, compostos por distintas dimensões que são: “estrutura formal”, que contém a “teoria da política”, isto é, o delineamento da prática e resultados desejados; “estrutura substantiva” que são os atores, interesses e regras; e “estrutura simbólica”, composta pelos valores, saberes e linguagens construídas pelos atores, e uma “estrutura material”, composta pelo financiamento, suportes, custos (GIOVANNI, 2009). Neste trabalho ressalta-se a estrutura formal, através da apreensão do desenho da política de integração, e a estrutura substantiva e simbólica, que discute os interesses, valores e práticas dos usuários da política.

A metodologia adotada na investigação foi quantitativa e qualitativa, contando com pesquisa documental (com ênfase em regulamentos e leis sobre a educação e nível médio), revisão bibliográfica, aplicação de questionário junto à estudantes do ensino médio integrado à educação profissional do IFPI e realização de entrevistas junto a egressos da modalidade.

O trabalho é composto por três seções e conclusão. A primeira, intitulada *A histórica dualidade entre a educação propedêutica e a profissionalizante: reflexos de uma sociedade de classes*, discorre sobre a histórica cristalização da dicotomia entre o secundário preparatório das elites para a universidade e o profissionalizante preparatório das classes trabalhadoras para o mercado; a segunda, *As reformas do ensino médio e da educação técnica no pós-redemocratização - projetos em disputa*, discute o desenho da política de educação profissional, seu delineamento e propósitos no pós-redemocratização, evidenciando que estes são orquestrados através de disputas políticas orientadas por distintas ideologias; na terceira seção, intitulada *a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio no IFPI frente aos valores e interesses de estudantes e egressos*, discutem como a formação propedêutica e a formação profissional são incorporadas pelos estudantes, que valor e rumo eles conferem à estas formações; esta é seguida pela conclusão, que desataca o protagonismo dos estudantes no direcionamento dos resultados da política pública em foco, conforme seus valores e interesses.

2 A HISTÓRICA DUALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO PROPEDÊUTICA E A PROFISSIONALIZANTE – REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE DE CLASSES

A educação no Brasil passa a ser delineada enquanto política de Estado a partir dos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas, quando da gestação do Estado Interventor e das iniciativas de cidadania social no Brasil. Isso se dá através da conformação das políticas sociais de Estado, caracterizadas pelo abandono do liberalismo e da ideologia do *laissez-faire* em favor do intervencionismo público em todas as esferas da vida social – econômica, política, jurídica e educacional – alterando-se as funções e estruturas do Estado, adaptando-as às condições requeridas pela sociedade industrial (IANNI, 1986).

Nesse contexto, são criados órgãos de acompanhamento e supervisão, como o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e Conselho Nacional de Educação em 1931. A educação secundária ganha relevância política, pois crê-se que tem nela o “poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (SCHWARTZMAN; BOMENY;

COSTA, 2000, p.69). Inicia-se a organização de um sistema nacional de educação com atenção ao nível secundário, relegado em contexto anterior de uma sociedade agrícola em que os meios de produção eram rudimentares e esse nível era ofertado pelas instituições particulares, mantidas pelas elites políticas e econômicas.

As amplas reformas na educação brasileira que regulamentaram o ensino secundário e ensino profissionalizante durante a era Vargas, cristalizaram os rumos distintos dessas modalidades: o secundário preparatório para o ensino superior e dirigido aos membros da elite e o profissionalizante preparatório à atuação prática no mercado e voltado às classes trabalhadoras e seus filhos. Este último revestido de terminalidade, pois não permitia continuidade dos estudos no ensino superior. O texto constitucional aprovado em 1937 ilustra bem o caráter classista desta modalidade. O Art. 129 dizia:

Art 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. [...] (BRASIL, 1937).

São determinações que reduzem o escopo da ação do Estado ao ensino pré-vocacional, conservam o traço assistencialista vigente na educação profissional e conferem-lhe caráter de classe, destinando-a para os pobres. De qualquer modo, essas determinações, ao lado das reformas levadas a efeito desde os primeiros anos de 1930, expressam a necessidade de formação de mão de obra especializada (operários, mestres, técnicos) para a indústria e demais setores modernos da economia, naquele momento, em franco crescimento.

No Estado varguista e ditatorial, início dos anos de 1930 até a metade de 1940, as reformas empreendidas na educação sacramentavam a dicotomia entre educação

propedêutica e educação para o trabalho, e instituiu uma política dual (propedêutico e profissionalizante) como parte da educação média, dentro de uma estratégia de estratificação da sociedade de classes, evidenciando como os interesses do Estado ditatorial em manter uma sociedade hierarquizada revestem-se claramente nas primeiras políticas sociais do Estado interventor brasileiro.

Na democracia instalada a partir de 1946, tal dicotomia foi objeto de contestação e debates durante os 13 anos de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961. A partir desta, a educação profissionalizante teve seu formato flexibilizado, articulando-o ao secundário propedêutico, visando reduzir as distinções nas suas prerrogativas, como a possibilidade de acesso ao ensino superior que passara a ser prevista para egressos do ensino profissionalizante. Tal medida, entretanto, não alterou o quadro da procura por educação profissional, pois o secundário propedêutico era a modalidade preferencial da maioria da população, que via nesse um melhor preparatório para continuidade dos estudos. Assim, os valores e interesses dos usuários os dirigiam à adesão predominante do modelo propedêutico.

Frente a isso, havia nos anos de 1960 uma excessiva demanda por cursos superiores, contrapondo-se a uma limitada oferta no sistema brasileiro. A partir de 1964 quando da implantação do Regime Militar, esse foi um dos motivos que levou a instituição do ensino técnico e secundário em um mesmo curso, sob interesse do Estado. Com isso, pretendia-se que fossem selecionados “apenas os mais capazes para a universidade”, ocupando “os menos capazes”, o que, ao mesmo tempo, “conteria a demanda por educação superior em limites mais estreitos”.

O novo modelo foi instituído no bojo das mudanças introduzidas na educação pela Lei de Diretrizes e Bases de 1971 – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A aceitação do modelo pelas classes dominantes desejosas de uma educação livresca e elitista preparatória não aconteceu e as pressões de grupos da sociedade para retorno do secundário propedêutico independente culminou com o fim da profissionalização compulsória em 1982, restabelecendo-se a dualidade na oferta das modalidades, ainda que com as prerrogativas inauguradas anteriormente (ROMANELLI, 2009). Tal fato evidencia como nas disputas no interior da sociedade as classes dominantes conseguem interferir sobre o desenho das políticas públicas rejeitando dados modelos

e levando a instituição de novos ou retorno de antigos modelos, desde que em conformidade com seus interesses, como no caso em tela.

Nesta esteira, depreende-se que as reformas empreendidas a partir dos anos de 1930 quando inicia a transição do Estado liberal para o Estado interventor e do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial até o fim da ditadura militar, 1985, a educação brasileira, ocorre sobre forte influência dos interesses dos grupos dominantes e cristaliza a educação como meio de manutenção e reprodução das desigualdades, cujo exemplo é a dicotomia entre ensino para as elites (o secundário e o superior) e ensino para as classes populares (cursos de aprendizagem e ensino profissional técnico).

Como se estabelecem as relações entre ensino médio e educação técnica no período pós-redemocratização? É dessa discussão que se ocupa o item a seguir.

3 AS REFORMAS SOBRE O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO TÉCNICA NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO - PROJETOS EM DISPUTA

A ordem política e institucional assentada na Carta Magna de 1988 elaborada na redemocratização do país, incluiu a educação como direito social, atribuindo-lhe, em seu Capítulo III, artigo 205, a função do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A regulamentação, consignada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), tornou o ensino médio a última etapa da educação básica com função formativa para o prosseguimento dos estudos (inciso I do artigo 35), para a preparação básica para o trabalho (inciso II, mesmo artigo), e para a cidadania (incisos III e IV, mesmo artigo).

Segundo Mello (1999, p. 163), foi a primeira vez que “uma lei de educação não diz que o ensino profissional se vincula ao trabalho, mas que toda a educação escolar será vinculada ao trabalho e à prática social [...]”. Traz uma concepção de educação integral, buscando contemplar a complexidade da vida social na formação dos estudantes. Após a instituição da nova LDB, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) vinculado aos ideais da social-democracia, o modelo

de educação profissional foi regulamentado pelo Decreto nº 2.208/1997, que redefinia esta modalidade, dando-lhe sentido distinto do ensino médio e, conseqüentemente, estabelecia uma nova configuração, pois a liberava de conteúdos e funções alheios às suas competências (BRASIL, 1997).

A decisão por esse formato independente, conforme Parecer nº 16/1999 do Conselho Nacional de Educação – CNE/Câmara de Educação Básica-CEB (BRASIL, 1999), era vantajosa para o estudante e para as instituições de ensino técnico. Para o primeiro, pela flexibilidade na escolha de seu itinerário de educação profissional, liberando-o de uma habilitação profissional vinculada a um ensino médio de três ou quatro anos. Para as instituições de ensino técnico, por adquirirem a permanente possibilidade de rever e atualizar seus currículos com maior versatilidade e terem nos cursos técnicos apenas estudantes efetivamente interessados em obterem uma habilitação técnica.

Esse modelo, deparou-se com resistências dos defensores da integração da formação profissional com o ensino médio num único curso, como Frigotto, Ciavata e Ramos (2005, p. 25), que entendiam que o Decreto nº 2.208/1997 vinha “não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

Com a assunção de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república em 2003, alteram-se as correlações de força; os grupos afeitos à educação unitária que constituíam oposição ao governo anterior, passaram a influir no desenho das políticas educacionais. Assim, procedeu-se com reformas anunciadas como sendo a reconstrução da educação profissional como política pública, corporificadas no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e na Lei nº 11.741, de 2008. O primeiro revogou o Decreto nº 2.208/97 e restabeleceu a integração curricular dos ensinos médio e técnico (BRASIL, 2004); e a segunda alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduzindo, na Seção IV, “Do Ensino Médio”, a Seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” (BRASIL, 2008).

A partir de então, a educação profissional, conforme o artigo 4, §1º do Decreto nº 5.154/2004, dar-se-ia:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso [...]; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

A educação profissional integrada, conforme o Documento Base — Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio, “é uma solução provisória”, dada a inexistência de “uma base material concreta” para implementar a desejada politecnia, esta compreendida como “uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica” (BRASIL, 2007, p. 23), cujo princípio norteador é o trabalho a partir do qual os conteúdos se articulam numa totalidade e numa formação disciplinar generalista.

Com o Decreto de 2004, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional passaram a conviver com dois modelos de educação profissional: um, em que é separada da formação geral, tal qual estabelecia o Decreto nº 2.208/1997; e outro, em que se integra à formação geral, constituindo um único curso.

O caráter unitário deveria ser considerado desde “a concepção e ser desenvolvido como tal, desde o primeiro dia de aula até o último. Todos os seus componentes curriculares devem receber tratamento integrado, nos termos do projeto pedagógico da instituição de ensino” (BRASIL, 2004b, p.06). Deveria cumprir ainda todas as finalidades e diretrizes definidas para o ensino médio e para a educação profissional, tendo os diplomas “validade tanto para fins de habilitação profissional, quanto para fins de certificação do Ensino Médio, para continuidade de estudos” (BRASIL, 2005). A certificação apenas poderia ocorrer com a conclusão dos dois cursos. Nos termos do Parecer CNE/CEB 39/2004:

Fica inteiramente fora de cogitação a concessão de certificado de conclusão do Ensino Médio, para fins de continuidade dos estudos, a quem completar

um mínimo de 2.400 horas em três anos, em curso desenvolvido na forma integrada com duração prevista superior a três anos, como foi praxe adotada na vigência da antiga Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 2004b).

A certificação antecipada, segundo o Parecer, “só favoreceu a evasão escolar de alunos dos cursos técnicos”, estabelecendo para os que desejassem a conclusão em três anos, o “curso médio comum”, do contrário, “estarão ocupando vaga indevida e excluindo os que querem se habilitar profissionalmente” (BRASIL, 2004c).

Os modelos educacionais do ensino médio brasileiro vinculam-se a distintas concepções político-ideológicas em torno da relação entre ensino médio e educação profissional e fundamentam-se em modelos e projetos diferentes de sociedade e de Estado. Nas últimas décadas, as versões foram: Educação profissional independente do ensino médio (Lei nº 2.208/1997) no governo de feição social-democrata; vários modelos de educação profissional, independente e integrada ao ensino médio (Lei nº 5.154/2004), na administração de centro-esquerda.

Neste último modelo, que é o vigente, argumenta-se que os cursos ofertados na modalidade do ensino médio integrado ao técnico estariam dirigidos aos estudantes efetivamente interessados em habilitar-se para o exercício de profissões técnicas, sem renunciar à preparação para ingresso no ensino superior. Diante do delineamento de tais objetivos para a educação profissional o modelo integrado, o que se questiona é: como os objetivos e finalidades definidos no modelo integrado convivem com os interesses e valores dos estudantes usuários dessa política?

4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO FRENTE AOS VALORES E INTERESSES DE ESTUDANTES E EGRESSOS

As instituições da rede federal são reconhecidas nacionalmente pela qualidade do ensino ofertado. Isso gera uma forte concorrência para ingresso nestas instituições, com destaque para os cursos do ensino médio integrado. Diante dos objetivos dessa modalidade de ensino, procedeu-se com investigação junto aos estudantes do IFPI e egressos dos seus cursos, conforme especificado a seguir.

Visando conhecer o perfil, expectativas e práticas em relação à modalidade de ensino cursada foram aplicados questionários junto aos estudantes dos seis cursos

técnicos integrados ao médio do *Campus* Teresina Central no período da pesquisa, totalizando 421 respondentes. Esse universo contou com estudantes ingressantes e concluintes, de modo a observar diferenças de posições entre os que estavam há pouco tempo na instituição e aqueles que já haviam sido alvo da ação institucional durante o período de realização do curso.

Através do questionário, buscou-se alcançar elementos das estruturas substantiva (interesses e ações) e simbólica (ideias e valores) presentes entre os usuários. Entre os aspectos abordados estão: motivos para realização de curso no IFPI; realização de cursinho preparatório; quantidade de vezes que se submeteu à seleção; critérios na escolha do curso técnico; aspirações de continuidade dos estudos; perspectivas de atuação no mercado como técnico de nível médio; e realização de cursinho preparatório para seletivos do ensino superior. Os dados foram submetidos a análise estatística, recorrendo-se à medida de frequência e à realização de cruzamento de variáveis para o que se fez uso do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Entre os 487 estudantes ingressantes e concluintes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio (321 da 1ª série e 166 da 4ª), em 2011, 421 responderam ao questionário (281 da 1ª série e 140 da 4ª), representando 86,4% do universo. Destes, 45% são do sexo feminino e 55% do sexo masculino.

O perfil dos estudantes, delineado a partir dos dados, é o seguinte:

Tabela 01 – Perfil dos estudantes da 1ª e 4ª séries dos cursos técnicos integrados do IFPI, *Campus* Teresina Central

Indicador	Resultado em %
Escola de origem	64% escola da rede pública de ensino
Escolaridade da mãe	50,7% ensino médio (38,8% completo e 11,9% incompleto)
Escolaridade do pai	42,7% ensino médio (31,5% completo e 11,2% incompleto)
Renda média do grupo familiar	54,7% ganham acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos

Fonte: Dados trabalhados pela autora.

Verifica-se que a maioria dos estudantes respondentes pertence a famílias com reduzida renda familiar, possui pais e mães com escolaridade média e realizou o ensino fundamental em escolas públicas. Isso mostra que se situam, frente aos critérios de escolaridade e renda, nos estratos inferiores ou médios e que fazem parteda parcela desses estratos que investem na escolaridade, sugerindo que a têm comomeio de ascensão social. Situação similar a dos egressos entrevistados.

No que se refere aos interesses e práticas dos estudantes investigados, estão entre os principais motivos que levaram os estudantes consultados a estudar no curso integrado do IFPI: a qualidade do ensino que a instituição oferece e a possibilidade de obter uma profissão técnica. O ensino de qualidade, como principal motivo para realizar os estudos no IFPI, apresentou-se em níveis muito próximos entre estudantesda 1ª e 4ª séries, 58% e 52%, respectivamente.

O interesse dos estudantes é, sobretudo, por uma educação propedêutica de qualidade que favoreça o acesso à universidade. Isso pode ser compreendido pelo fato de não disporem de alternativas para cursar o ensino médio de qualidade dado sua condição de renda, representando o ingresso nos cursos integrados do IFPI a única possibilidade de acesso à uma educação pública de qualidade.

A qualidade do ensino médio (propedêutico) também é a motivação principal — 5 dos 6 entrevistados — entre os egressos. Conforme ilustrado em um dos depoimentos:

Meu interesse em estudar aqui foi porque **a minha vida inteira estudei em colégio público, e via que, para o ensino médio, o CEFET-PI era o melhor, o melhor preparo e tudo**. Foi o que mais me incentivou a buscar a escola. **Esperava um ensino de qualidade para poder passar no vestibular**, que era o que eu realmente queria. Até porque não tinha condiçãode pagar uma escola, um pré-vestibular, tanto que **o curso que vim fazer nem sabia o que era** (E4'F'20A).

Para eles, a entrada na Escola, deveu-se à fama da qualidade do ensino propedêutico e pelos bons professores, favorecedores da preparação para os exames do ensino superior. O IFPI, apesar de construir sua identidade em torno da profissionalização técnica, figura, nos discursos dos egressos, como estabelecimento de ensino médio diferenciado entre os demais públicos do estado, configurando-se

como única possibilidade para aqueles em condição social desfavorecida realizarem um ensino médio com qualidade e, para aqueles oriundos da rede privada, a oportunidade de usufruir de uma educação de alto nível gratuita.

Para ingresso na Instituição os estudantes empreendem esforços e, até mesmo, sacrifícios de que é parte a frequência a cursos preparatórios, não descartando o acréscimo de um ano na formação média e o curso das disciplinas profissionalizantes. Entre os investigados, 52% realizaram cursinho preparatório, indicando o investimento na preparação para entrada no IFPI, marcada pela acirrada concorrência, e 4,5% submeteram-se ao seu processo seletivo para ingresso por mais de uma vez, acarretando atraso na escolaridade, pois a aprovação ocorreu um ano depois de concluído o ensino fundamental.

Desse modo, o pensamento dos usuários encontra-se amparado nos resultados acadêmicos da instituição, publicamente atestados. Também encontra ressonância nas práticas desenvolvidas pelos docentes das disciplinas de formação geral, pois estes, conforme informaram os estudantes, mesmo atuando em um curso cuja proposta está assentada na formação de trabalhadores, dirigem seus conteúdos e práticas para a função propedêutica preparatória para o ensino superior. Essas situações demonstram que os modos de pensar e agir dos indivíduos, bem como os juízos que formulam, tomam por base aquilo que, de forma implícita ou explícita, encontra-se consolidado nas instituições (DOUGLAS, 1998).

A importância conferida à educação propedêutica assume tamanha relevância para alguns estudantes, que torna a escolha do curso técnico fortuita: para 30,4% deles, a área do curso foi um acaso, tendo, em algumas situações, sido feita pelos pais ou orientada pela menor concorrência. A prevalência, contudo, é dos que consideram a profissão, seja a possibilidade de atuação oferecida (38,7%), seja o interesse em exercê-la (27,4%), e 3,6% por outros motivos, como a influência de amigos e os rendimentos que proporciona.

Entre os respondentes que estão no último ano do curso, 51,1% realizaram ou estavam realizando estágio na área, isto é, um pouco mais da metade, apesar da não obrigatoriedade em quatro dos seis cursos. O estágio de 72,9% dos casos foi obtido através do Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E) do próprio estabelecimento

educacional, materializando seu pensamento quanto à finalidade da formação oferecida. O desenvolvimento de programas de colocação no mercado de trabalho foi um dos aspectos ressaltados pelos egressos.

A Escola põe em ação suas estruturas, substantiva e simbólica, já corporificadas em seus discursos, práticas e valores, para influenciar ou interferir no comportamento dos seus estudantes para que este seja de acordo com o seu pensamento. Tal ação, contudo, depara-se com a reduzida vocação ou identidade com o curso técnico. Essa, conforme Castro (1997), é uma dificuldade que marca os cursos que tentam conciliar cultura geral e profissional, pois, explica, “o *ethos* da escola acadêmica mata a profissionalização” que, devido ao baixo *status*, termina “sendo massacrada pelos valores da escola acadêmica” (CASTRO, 1997, p. 15).

O interesse pela carreira universitária revela-se unânime entre estudantes do ensino integrado investigados. Desse modo, ainda que realizem o ensino médio na modalidade técnica, aspiram a uma formação que os conduza à universidade. Os estudantes do IFPI, majoritariamente (91,6% dos 421 respondentes), desejam prosseguir nos estudos, projetando-se, profissionalmente, em carreira de nível superior. 50% pensando em atuar apenas nessa carreira e 41,6%, conciliando-a com a profissão técnica para a qual o curso integrado preparou. Os que possuem aspiração profissional ter uma carreira técnica são apenas 6,6%. Além disso, entre os concluintes 41% frequentam cursinhos preparatórios, evidenciando os investimentos em torno dos projetos de formação acadêmica entre os estudantes.

Logo, a política de integração entre ensino médio e educação profissional no âmbito do IFPI, longe de atrair estudantes que efetivamente desejam obter uma qualificação profissional e desejam atuar como técnicos, atrai estudantes de camadas populares que veem no ensino de qualidade ofertado pela instituição a possibilidade de ascender socialmente através do ingresso na carreira universitária. A formação profissional, assume assim um papel coadjuvante entre esse público, cristalizando-se como uma mera formalidade a ser cumprida pelos que buscam a excelência do ensino propedêutico ofertado por instituição da rede federal de educação. Isso evidencia como o desenho da política e os resultados que ela alcançará ao ser implementada sofrem a interferência dos usuários. No caso em tela, os estudantes, frente ao modelo de ensino médio que lhe é proporcionado nas instituições da rede federal, adequam o ensino

propedêutico do ensino médio e a formação profissional do técnico aos seus valores, anseios e interesses, com predominância da busca pela progressão dos estudos através do ingresso em cursos universitários.

CONCLUSÃO

A legislação educacional para o ensino técnico tem se diversificado ao longo de sua institucionalização e expressa as disputas e requerimentos dos grupos sociais em torno do seu delineamento e, principalmente, de seu papel no contexto social de uma sociedade classista. Desta feita, o estabelecimento do modelo atual da educação profissional integrada ao ensino médio foi possível graças à alteração das forças políticas no poder do Estado, evidenciando que o desenho da política é resultado de uma complexa disputa política e de ideologias. O projeto educacional instituído através do Decreto nº 5.154/2004, passou a congrega formação propedêutica e profissional em mesmo curso, visando a formação integral do trabalhador a partir da ideologia do ensino unitário.

Os usuários dessa política, entretanto, orientam-se por uma racionalidade distinta daquela que norteia o modelo da integração educacional. A prevalência dos interesses acadêmicos sobre os profissionalizantes, diminui as possibilidades de sucesso da política de profissionalização via ensino integrado, haja vista que a habilitação profissional figura, para os estudantes desta modalidade, como algo acessório. Com isso, a chance dos técnicos formados em tal modalidade colocarem em prática a formação recebida é reduzida. Ressalte-se que, o caso em foco, revela que frente às possibilidades postas pelo próprio desenho da política de educação profissional integrada ao ensino médio, os usuários conseguem protagonizar um direcionamento dos resultados da referida política, conforme suas aspirações, valores e interesses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Presidência da República. 1937. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>>. Acesso em 14 nov. 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 abr. 2011.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil. 1997.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Presidência da República, 2004a.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. CNE/CEB, 2004b.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 1, de 3 de fevereiro de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. CNE/CEB, 2005.

CASTRO, Claudio de Moura. O Secundário: esquecido em um desvão do ensino? In: **Textos para discussão**, nº 2, 1997, Brasília: MEC/INEP.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Trad. Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIOVANNI, Geraldo Di. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, nº 82, NEPP/UNICAMP, 2009

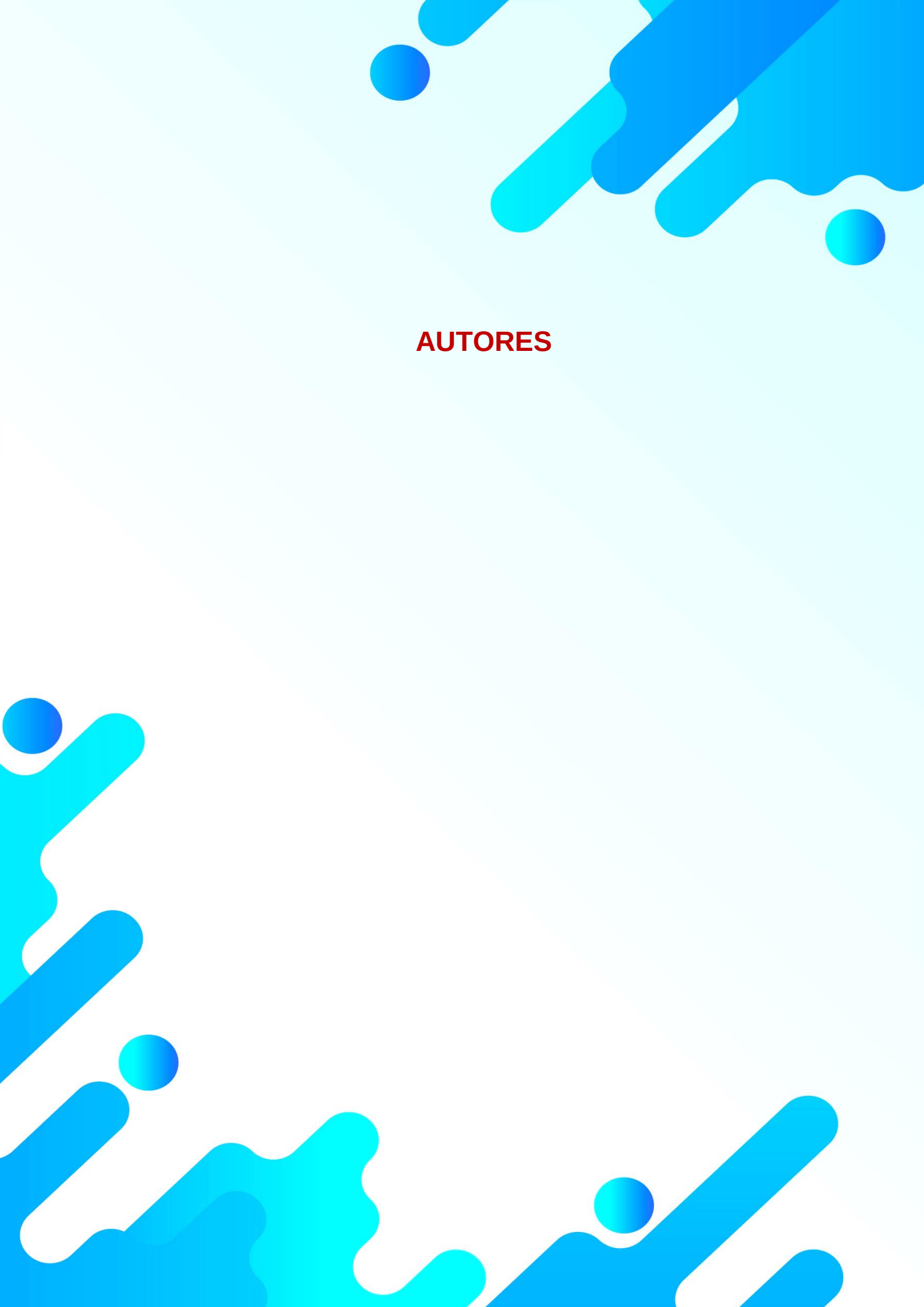
IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1986.

MELLO, G. N. Diretrizes curriculares para o ensino médio: por uma escola vinculada à vida. **Revista Ibero-Americana**, maio/ago. 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 34 ed.

Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo; Paz e Terra, 2000.



AUTORES

Anna Beatriz Correa Rodrigues

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GDÉS); E-mail: rodrigues.anna@discente.ufma.br

Bernadete Perez Coelho

Doutora em Saúde Pública. Docente do Departamento de Ciências Médicas da Universidade Federal de Pernambuco.

Cesar Albenes de Mendonça Cruz

Doutor em Serviço Social pela UERJ. Docente do programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória e Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

Cleiton Jose Lemos de Oliveira

Concluinte do Curso de Serviço Social pela Universidade da Amazônia – UNAMA, 2018.2. saneamentoambiental13@gmail.com

Dayse dos Santos Saraiva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Delaine Melo

Doutora em Serviço Social. Docente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco

Eduardo Armando Medina Dyna

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus Marília. Pós-graduando em Políticas Públicas e Projetos Sociais pelo SENAC. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus Marília (Licenciatura/Bacharelado). Pesquisador do Observatório de Segurança Pública (OSP/UNESP). E-mail: eduardo.dyna@unesp.br

Eduardo Pinheiro Monteiro

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia.

Elane Rodrigues Sousa

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: elane.rodrigues@discente.ufma.br

Eliany Cristina dos Santos Fonseca

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Fernanda do Socorro Pinheiro de Souza

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Gabriella Moraes Duarte Miranda

Doutora em Saúde Pública. Docente do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal de Pernambuco

Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho

Graduada em Serviço Social (UFMA). Especialista em Violência Doméstica Intrafamiliar (USP). Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA).

Iran de Maria Leitão Nunes

Graduada em Pedagogia (UFMA), Especialista em Orientação Educacional (PUC Minas Gerais). Mestrado em Administração e Supervisão Escolar - American World University of Iowa. Doutorado em Educação (UFRN). Pós-doutorado na Universidade Aberta de Lisboa. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão.

Júlia Beatriz Ribeiro Santos

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: julia.beatriz@discente.ufma.br

Karla Byanca Carvalho Ferreira

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GDÉS); E-mail: karla.byanca@discente.ufma.br

Kelven Marcelino Klein

Bacharel em Serviço Social e mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia. kelvenmklein@gmail.com.

Lais Vinhal Faria

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais - UEPA (2019 -).

Larissa da Conceição Barradas

Graduada em Serviço Social - Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - UNIFAMAZ. Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais - UEPA (2019 -).

Larissa Mota Moraes

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais - UEPA (2019 -).

Leida Cabral Nascimento da Silva

Graduada em Serviço Social (UFMA). Especialista em Violência Doméstica (USP). Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós graduação em Políticas Públicas (UFMA). Assistente Social do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão.

Luciana Raquel Moraes Pereira

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GDÉS); E-mail: luciana.raquel@discente.ufma.br

Nayana Cristina Viana da Silva

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais - UEPA (2019 -).

Pamela Mariane da Gama Melo

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais - UEPA (2019 -).

Rubia Suzane Antunes dos Santos

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais - UEPA (2019 -).

Samara Cristina Silva Pereira

Assistente Social do Instituto Federal do Piauí, Mestre em Políticas Públicas pela UFPI.

